



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

FABÍOLA ALVES DE LUCENA

**A COMUNICAÇÃO CLANDESTINA NO MOVIMENTO ESTUDANTIL
EM RECIFE DURANTE A DITADURA MILITAR**

**RECIFE
2016**

FABÍOLA ALVES DE LUCENA

**A COMUNICAÇÃO CLANDESTINA NO MOVIMENTO ESTUDANTIL
EM RECIFE DURANTE A DITADURA MILITAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco como requisito para a obtenção do grau de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Cunha Miranda.

RECIFE
2016

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

L935c Lucena, Fabíola Alves de.
A comunicação clandestina no movimento estudantil em Recife durante a ditadura militar / Fabíola Alves de Lucena. – 2016.
132 f. : il. ; 30 cm.

Orientador : Prof. Dr. Carlos Alberto Cunha Miranda.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em História, 2016.
Inclui Referências e anexos.

1. História. 2. Governo militar – Brasil. 3. Estudantes – Atividades políticas. 4. Comunicação – Governo militar. 5. Comunicação – Criatividade. 6. Ativistas políticos. 7. Militância. 8. Ditadura civil-militar. 9. Clandestinidad. I. Miranda, Carlos Alberto Cunha (Orientador). II. Título.

981 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2017-012)



Fabíola Alves de Lucena

**“A COMUNICAÇÃO CLANDESTINA NO MOVIMENTO ESTUDANTIL EM
RECIFE DURANTE A DITADURA MILITAR”**

Dissertação apresentada ao **Programa de Pós-Graduação em História** da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em História**.

Aprovada em: **18/08/2016**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Alberto Cunha Miranda
Orientador (Departamento de História/UFPE)

Prof.^a Dr.^a Maria do Socorro de Abreu e Lima
Membro Titular Interno (Departamento de História/UFPE)

Prof.^a Dr.^a Marcilia Gama da Silva
Membro Titular Externo (Departamento de História/UFRPE)

A minha família, meu marido *Leandro*,
companheiro de todos os momentos e aos
meus dois filhos, que me tornaram uma pessoa
melhor, *Tomás e Melissa*.
Ao meu avô Arnaud Lucena, (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

A finalização dessa dissertação é mais do que a obtenção de um título. É a finalização de anos de pesquisa. É a superação das dúvidas sobre o tema e das dificuldades na busca de fontes. Várias vezes pensei em desistir, mas o amor pelo assunto me fez superar todos os obstáculos. A cada descoberta aumentava o meu fascínio e curiosidade. Foi uma etapa vencida e a certeza de querer continuar pesquisando.

Gostaria de agradecer em primeiro lugar à Universidade Federal de Pernambuco, onde tive a oportunidade de fazer a graduação e agora o Mestrado. Lugar onde cresci academicamente e fiz grandes amizades.

Ao Prof^o. Dr. Manuel Loff, do departamento de História da Universidade do Porto, Portugal, onde iniciei esta pesquisa. Com ele tive o incentivo de avançar com o tema, mesmo com todas as dificuldades da distância entre os países, proporcionando-me ainda o enorme aprendizado nos caminhos da História.

À Prof^a. Dra. Ana Maria Barros, a primeira professora a abraçar minha ideia na Pós-Graduação em História na UFPE.

Ao meu orientador, Prof^o. Dr. Carlos Alberto da Cunha Miranda, pela força, apoio e atenção prestada ao longo da caminhada, mesmo em momentos pessoais mais complicados sempre tive sua compreensão. Foram de extrema importância suas correções e orientação.

À Prof^a. Dra. Maria do Socorro Abreu e Lima pela enorme ajuda prestada desde a qualificação, com contributos essenciais para a pesquisa. Muito obrigada pela disponibilidade e atenção prestadas ao meu trabalho.

À Prof^a. Dra. Marcília Gama da Silva, que nas poucas vezes que procurei sempre se mostrou disponível e deu muita luz com as indicações no Arquivo Público. Suas indicações foram essenciais para o rumo da pesquisa.

Ao meu primeiro orientador de Graduação em Comunicação Social, Prof^o. Dr. Luiz Anastácio Momesso, que me deu a oportunidade dos primeiros contatos com pesquisa junto aos trabalhadores rurais e, posteriormente, com sua orientação no trabalho de conclusão de curso, onde iniciei a investigação sobre a ditadura militar brasileira. Com sua história de vida, aprendi muito sobre a ditadura militar aumentando ainda mais a vontade de continuar estudando o assunto, a ele dedico minha admiração e carinho.

A todos os entrevistados, especialmente Marcelo de Santa Cruz Oliveira, Maria do Amparo Almeida Araújo, Paulo Pontes e Teresa Wanderley. Também a Marcelo Mário de

Melo que se dedicou a ajudar na reprodução de algumas táticas clandestinas para as gravações do meu vídeo-documentário ainda em 1999.

Ao meu pai José Felipe Ribamar Marques, que foi militante estudantil da Rural na década de 1970 e perseguido profissionalmente pelo regime militar.

À minha mãe que me deu forças para não desistir, mesmo com todos os obstáculos vivenciados nos últimos anos. Seu apoio foi essencial na conclusão desse trabalho e seu exemplo como Professora e Doutora serviram de incentivo para continuar.

Não poderia deixar de agradecer aos amigos de trabalho da Secretaria de Educação - Programa Ganhe o Mundo, que sempre acompanharam as dificuldades, estresses, lamentações e vitórias. Eles vibraram a cada etapa vencida e foram suporte emocional em vários momentos.

Aos amigos da vida, especialmente a Cynthia Campos, Daniela Almeida, Isabella Ferreira, Janaína Lima, Juliana Cavalcanti e Roberta Peregrino e, ainda, aos amigos que a História e Portugal me presentearam.

À família, que sempre deu suporte emocional e também com as crianças, possibilitando momentos de estudos, especialmente nos nomes de Tânia Carvalho, Paulo Carvalho, Michele Lucena Cavalcanti Tenório Gallindo, M^a de Fátima Alves de Lucena, Maria Eulália Alves de Lucena, Joaquim Job Tenório Gallindo, Ari Alves de Lucena e Cristina Uchoa.

Aos meus 6 irmãos que vibram a cada etapa vencida e cada sucesso conquistado: Caroline Marques Machida, Danielle Coelho Marques, Fernanda Lucena de Albuquerque, José Fernando Gomes de Albuquerque Junior, Larissa Coelho Marques e Maria Araújo Marques.

Em especial ao meu marido Leandro, mesmo nos momentos mais difíceis sempre encontrei apoio, força e ajuda na caminhada. Seu apoio emocional foi essencial, nunca terei palavras para agradecer e retribuir.

A toda minha família no Brasil e em Portugal que deu suporte em vários momentos e comemoram cada conquista. Especialmente a minha avó Beatriz Alves de Lucena que foi mãe e avó, grande incentivadora dos estudos.

E finalmente aos meus dois filhos, Tomás e Melissa, por eles eu tento o melhor a cada dia. Eles são um afago na alma em dias difíceis e completam minha vida com amor e alegria.

“A luta do homem contra o poder é a luta da memória contra o esquecimento”.

(Milan Kundera).

RESUMO

LUCENA, Fabíola Alves de. **A comunicação clandestina no movimento estudantil em Recife durante a ditadura militar**. 132 fls. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

Durante o período da ditadura militar brasileira, grupos opositores lutaram contra o regime instaurado e, para colocar em prática as ações, utilizaram métodos e técnicas para se comunicar que não os colocassem em risco. A dissertação tem como objeto principal apresentar a importância da comunicação clandestina utilizada pela militância, que envolvia várias formas e estratégias clandestinas escritas, códigos, senhas, entre outras, caracterizada, principalmente, pela criatividade. O objetivo foi fazer o levantamento no Movimento Estudantil em Recife, e ainda em organizações e partidos clandestinos que aderiram tal prática. O resgate da comunicação clandestina começa em livros biográficos onde são narrados vários exemplos, percorre a história oral através de uma série de entrevistas realizadas com pessoas que militavam no período da ditadura, principalmente entre 1964 e 1974, e é endossado pela análise de documentos da polícia política apreendidos na época da ditadura e nos relatórios policiais sobre as atividades dos militantes. A pesquisa revelou informações que contribuíram para entender a atuação da militância e a relevância do estudo da comunicação clandestina, servindo de referência para outros contextos ditatoriais, reconhecendo que de fato foi essencial em situações de confronto.

Palavras-chave: Ditadura civil-militar. Comunicação. Clandestina. Militância. Criatividade.

ABSTRACT

LUCENA, Fabiola Alves. **The Clandestine communication in the student movement in Recife under the military dictatorship**. 132 fls. Thesis (MA in History). Center of Philosophy and Human Sciences, Federal University of Pernambuco, Recife, 2016.

During the period of the Brazilian military dictatorship, opposition groups fought against the established regime and to put into practice the actions, used methods and techniques to communicate that not jeopardized. The dissertation has as main objective to present the importance of clandestine communication used by militancy, which involved various forms and written clandestine strategies, code, passwords, among others, mainly characterized by creativity. The objective was to make such a survey in the Student Movement in Recife, and still illegal organizations and parties that joined the practice. The rescue of illegal communication starts in biographical books which are several examples narrated, runs through oral history through a series of interviews with people who militated in the period of dictatorship, especially between 1964 and 1974, and is endorsed by the analysis of police documents political seized during the dictatorship and police reports on the activities of militancy. The survey revealed information that helped to understand the role of militancy and the relevance of the study of clandestine communication, serving as a reference for other dictatorial contexts, recognizing that in fact was instrumental in confrontational situations.

Keywords: Civil-military dictatorship. Communication. Clandestine. Militancy. Creativity.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI-1	Ato Institucional nº 1
AI-2	Ato Institucional nº 2
AI -3	Ato Institucional nº 3
AI -5	Ato Institucional nº 5
ALN	Aliança Libertadora Nacional
AP	Ação Popular
APEJE	Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano
APEL	Academia Pernambucana Estudantil de Letras
ARE	Aliança Renovadora Estudantil
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ASI	Assessoria de Segurança Interna
BIP	<i>Bureau d'Information et Propagande</i>
CCC	Comando de Caça aos Comunistas
CEMVDHC	Comissão Estadual da Memória e da Verdade Dom Hélder Câmara
CENIMAR	Centro de Informações da Marinha
CEP	Colégio Estadual de Pernambuco
CGI	Comissão Geral de Investigações
CGT	Confederação Geral dos Trabalhadores
CIA	Agência Central de Inteligência
CIE	Centro de Informações do Exército
CISA	Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNI	<i>La Central Nacional de Informaciones</i>
CNV	Comissão Nacional da Verdade
CODI	Centro de Operações de Defesa Interna
COLINA	Comando de Libertação Nacional
CONCLAP	Conselho Superior das Classes Produtoras
CONSINTRA	Conselho Sindical de Trabalhadores
CSN	Conselho de Segurança Nacional
DAs	Diretórios Acadêmicos
DCEs	Diretórios Central dos Estudantes
DEE	Diretório Estudantil de Engenharia
DEOPS	Departamento Estadual de Ordem Política e Social

DGS	Direção Geral de Segurança
DINA	Direção Nacional de Inteligência
DOI	Destacamento de Operações de Informação
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DSI	Divisão de Segurança Interna
DSI/MJ	Divisão de Segurança de Informações do Ministério da Justiça
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
EME	Estado Maior do Exército
EMFA	Estado Maior das Forças Armadas
ESG	Escola Superior de Guerra
EUA	Estados Unidos da América
FMP	Frente de Mobilização Popular
FPMR	Frente Patriótico Manuel Rodríguez
FUP	Frente Universitária Progressista
GP	Ginásio Pernambucano
GB	Guanabara (Estado)
GTA	Grupo de Trabalho Araguaia
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES	Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
IPM	Inquéritos Policiais Militares
JK	Juscelino Kubitschek
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
KGB	<i>Komitet Gosudarstvennoi Bezopasnosti</i> (Serviço de Inteligência da URSS)
LSN	Lei de Segurança Nacional
M.E.	Movimento Estudantil
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEC	Ministério da Educação
MIR	Movimento de Esquerda Revolucionária
MJ	Ministério da Justiça
MPB	Música Popular Brasileira
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de outubro
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OBAN	Operação Bandeirantes
ORM	Organização Revolucionária Marxista

OSPB	Organização Social e Política do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCBR	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PIDE	Polícia Internacional e de Defesa do Estado
POLOP	Política Operária
POR (T)	Partido Operário Revolucionário (Trotskista)
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PST	Partido Social Trabalhista
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SFICI	Serviço Federal de Informações e Contra-Informações
SIs	Seções de Informações
SISNI	Sistema Nacional de Segurança de Inteligência
SNI	Serviço Nacional de Informações
SNSI	Sistema Nacional de Segurança e Informações
SSI	Subseção de Segurança Interna
SSN	Seções de Segurança Nacional
SSN/MTPS	Seção de Segurança Nacional do Ministério do Trabalho e Previdência Social
SSP	Secretaria de Segurança Pública
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TDE	Terror de Estado
TPN	Teatro Popular do Nordeste
UEE	União Estadual dos Estudantes
UEEs	Uniões Estaduais dos Estudantes
UEP	União Estadual de Pernambuco
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviética
USAID	<i>United States Agency for International Development</i>
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Estudantes Pernambucanos presos no Congresso da UNE, em Ibiúna, São Paulo em Outubro de 1968.....	41
Figura 2: Relatório A UNE após a Revolução.....	45
Figura 3: Paris, Maio de 1968.....	49
Figura 4: Enterro do estudante Edson Luís, morto em protesto no Restaurante Calaboço, R.J., Março de 1968.....	53
Figura 5: Pauta discutida em uma reunião estudantil.....	65
Figura 6: Paulo Pontes e Marcelo Mário Melo (estão na foto).....	66
Figura 7: Exemplo do apoio estudantil à greve do Cabo em Pernambuco.....	67
Figura 8: Manifesto “Os assassinos estão soltos”.....	68
Figura 9: Exemplo de documento confidencial.....	82
Figura 10: Exemplo de panfleto estudantil apreendido pelo DOPS/PE.....	84
Figura 11: Panfleto de divulgação de reunião estudantil.....	98
Figura 12: Exemplo de Palavra Cifrada.....	100
Figura 13: Codinome dos Militantes.....	109
Figura 14: Espionagem da II Guerra Mundial.....	117

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 ANTECEDENTES A 1964 E A CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA DITATORIAL ...	24
1.1 Panorama político 1961 a 1964.....	24
1.2 Reflexões sobre o golpe militar.....	26
1.3 Grupos opositoristas ao governo ditatorial.....	36
1.4 A força do movimento estudantil.....	43
1.5 O ano de 1968 que ficou para sempre.....	48
2 PERNAMBUCO: PALCO DE LUTAS DE RESISTÊNCIA	58
2.1 O governo de Miguel Arraes e o golpe militar em Pernambuco.....	58
2.2 A militância estudantil no Recife.....	62
2.3 A organização dos órgãos de segurança do regime militar.....	74
3 MEMÓRIAS DE UMA ÉPOCA: A HISTÓRIA CONTADA A PARTIR DE PALAVRAS CIFRADAS	88
3.1 A importância da memória na contextualização de fatos históricos.....	88
3.2 Militância e táticas clandestinas no regime militar.....	93
3.2.1 A comunicação clandestina em duas fases.....	95
3.3 A importância da propaganda política na resistência aos regimes ditatoriais.....	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
REFERÊNCIAS	123
APÊNDICE 1: CRONOLOGIA DE ENTREVISTAS	128
APÊNDICE 2: RELAÇÃO DOS PRONTUÁRIOS FUNCIONAIS DO APEJE PESQUISADO	129

INTRODUÇÃO

A escolha do tema desta dissertação surgiu do trabalho de conclusão de curso da graduação em Comunicação Social, onde se realizou um vídeo-documentário de curta duração com 16 minutos, intitulado Militância e Comunicação. O vídeo é composto de vários depoimentos de pessoas que militaram contra a ditadura militar em Recife a partir de 1964 e compartilharam as experiências na condição de clandestinas ou semiclandestinas.

A ideia central do vídeo foi coletar informações sobre a comunicação clandestina, neste caso, entre os militantes, ou seja, como se aplicava esse tipo de comunicação, na maioria das vezes de maneira informal, mas também como tática de defesa em relação aos órgãos de repressão e, na medida em que os depoimentos foram recolhidos, constatou-se que havia muito material disponível. O mais surpreendente é que além do uso entre os militantes, surgiu uma forma diferente da militância se comunicar com a sociedade, seja expondo o pensamento deles em relação ao governo ditatorial ou fazendo denúncias sobre os crimes e prisões a outros militantes.

A militância utilizou de maneira informal e improvisada, principalmente, alguns meios como os panfletos, as bandeirolas e até mesmo os comícios relâmpagos. Surgiram, em uma das entrevistas, dados interessantes também sobre a comunicação clandestina dentro da prisão, ou seja, entre os militantes presos quando precisavam falar sobre assuntos políticos com pessoas amigas ou familiares quando os visitavam. Ou seja, essa comunicação foi praticada em diversos momentos, entre grupos diferentes e conseqüentemente com linguagens também diferenciadas.

Tais fatos são encontrados facilmente em livros biográficos e autobiográficos de militantes da época. Diante da descoberta de tanta informação importante, pôde-se perceber que tal assunto merecia uma maior investigação, até porque a bibliografia sobre o tema Ditadura Militar é vasta, porém em Pernambuco há necessidade de uma expansão, e o subtema comunicação clandestina é apenas coadjuvante dentro do grande tema protagonista Ditadura Militar, merecendo por esses motivos um destaque maior. Mesmo em bibliografias de outros estados há muita precariedade em relação ao tema comunicação clandestina.

A coleta de informações foi bastante demorada e existiram várias dificuldades em reuni-las, talvez esse seja um dos principais motivos de existir pouca bibliografia. Primeiramente porque a comunicação clandestina consiste em detalhes praticados em ações da militância, daí não haver tantas narrativas sobre o assunto. Optou-se pelas entrevistas, focando principalmente no tema, mas mesmo assim, em muitos casos, o entrevistado chegava

a falar duas horas e citava apenas duas formas de comunicação clandestina ou até nenhuma com relevância para a pesquisa. Outra fonte bastante utilizada foram alguns prontuários do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), que mantem o arquivo da extinta Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), cujo acervo possui tanto documentos pessoais ou das organizações e partidos, e também relatórios policiais que citam as táticas de comunicação aplicadas pela militância. Essa fonte foi essencial para o enriquecimento do trabalho porque se descobriu, inclusive, o uso de comunicação clandestina em outros contextos históricos, como por exemplo, durante a 2ª Guerra Mundial, através de relatórios policiais que circularam dentro do Brasil. Para complementar, foram coletadas informações dos livros biográficos e autobiográficos sobre o tema.

A partir dessas observações, foi aprofundado o tema e definido o objetivo básico da dissertação: estudar as formas e estratégias de comunicação clandestinas escritas, não escritas e codificadas, utilizadas por militantes, principalmente do Movimento Estudantil (M. E.) e das organizações clandestinas que combateram o regime do período militar a partir de 1964 até 1970 na cidade do Recife, buscando as seguintes questões: primeiramente, compreender como a comunicação clandestina era praticada nas ações de resistência realizadas por pessoas que não necessariamente estavam clandestinas e, em segundo lugar, entender se a comunicação improvisada e sua eficiência dependiam da ação praticada pelos militantes e se o aparato militar foi capaz de desmembrar e impedir as ações da militância.

A narrativa histórica na dissertação percorre até o Ato Institucional nº 5 (dezembro de 1968), ou seja, foi o marco que acarretou uma mudança expressiva na comunicação clandestina, contudo, são citados exemplos mesmo quando essa foi aplicada em outros momentos da ditadura.

Uma parte da pesquisa esteve focada em analisar, principalmente, o M. E em Recife que foi referência de resistência ao regime no Estado de Pernambuco. Os encontros dos estudantes se concentravam geralmente nas Faculdades de Engenharia e Direito, ambas localizadas ao lado do Quartel General do IV Exército, centro da cidade do Recife. Essas faculdades viraram uma espécie de polo porque estudantes de outros cursos tinham o costume de frequentar o lugar que se tornou referência de encontros e reuniões tanto entre os universitários, como também atraía os estudantes secundaristas das escolas próximas, como é o caso do Colégio Estadual de Pernambuco (CEP), atual Ginásio Pernambucano (GP), ícone também de combate à ditadura. Outro ponto importante da pesquisa são as organizações políticas clandestinas que existiam no Estado. Foram escolhidas essas duas vertentes porque

estavam em conexão, visto que muitos estudantes faziam parte de alguma organização e/ou partido clandestino tornando inviável a separação.

Esse tipo de estratégia de comunicação clandestina não surgiu na ditadura brasileira e foi bastante praticada em outros sistemas ditatoriais, nos quais as pessoas sofriam algum tipo de proibição ou censura para expor suas posições ideológicas e políticas. A ideia de aprofundar o assunto é justamente entender como a comunicação clandestina foi executada pelos militantes em Recife e também encontrar possíveis semelhanças e diferenças com outras já existentes.

Na França durante a Segunda Guerra quando o país vivia diante da ocupação alemã, com um governo francês liberal conservador, antidemocrático e colaboracionista, o jornal *Defense de La France* serviu de modelo para mostrar como foram idealizadas o que eles chamariam de **folhas clandestinas**: estudantes e professores da Universidade de Paris decidiram criar um órgão militante para exprimir suas ideias e tentar libertar o povo francês do controle propagandístico alemão. Eles procuraram a ajuda de diversos industriais, adeptos da causa, para conseguir dinheiro, papel e material de impressão, mesmo sendo rudimentar. Depois de vários meses de preparação, em Agosto de 1941, surgiu o jornal *Defense de La France*. Mesmo assim, faltava resolver o problema da distribuição. Montou-se então uma organização de difusão com amigos, familiares e simpatizantes, que com o tempo se transformou num dos movimentos mais importantes de resistência da zona norte francesa. Essa resistência também foi constituída de agências de imprensa para fornecer notícias confiáveis às publicações clandestinas, como o *Bureau d'information et propagande* (BIP) e muitos jornais editaram folhetos para analisar e aprofundar determinados temas, os chamados *cahiers*. Em 1943, foi criada a Federação Nacional da Imprensa Clandestina, que definiu o que viria a ser o futuro estatuto da Imprensa da Libertação, em acordo com as organizações da resistência e as autoridades do governo provisório (QUINTERO, 1994).

O primeiro objetivo da pesquisa está centrado nos meios de comunicação utilizados pelos militantes que combatiam o regime militar, desde os mais rudimentares até a descoberta de táticas de guerra. Trata-se de um resgate, a compilação de informações sobre essa rede de comunicação informal e clandestina, escrita, não escrita e codificada.

Dentro desse aspecto, primeiramente, foi feito um levantamento sobre os signos e códigos que surgiram nos relatos dos entrevistados, e logo em seguida tentou-se identificar os seus significados, como por exemplo, qual o objetivo principal da mensagem. Foi descoberto que o uso desses códigos tanto serviu para evitar que os militares descobrissem alguma ação da oposição, como também para encobrir algum pensamento ideológico e ainda transmitir mensagens entre os próprios membros da organização.

De acordo com Pignatari (2002, p. 19), “toda relação que se estabelece entre duas coisas estabelece um vínculo de alguma ordem que é expresso em termos de linguagem – e isto vale tanto para as realidades do mundo físico como para as do mundo social e cultural”.

Foram analisados o teor dos signos utilizados e a intenção da mensagem que estava sendo transmitida. O importante é a medida de conteúdo de informação, que é na verdade uma propriedade ou potencial dos sinais e estão intimamente ligados à ideia de seleção, escolha e discriminação. Segundo Pignatari (2002, p. 22):

A informação a ser comunicada deve ter uma fonte e um destino distintos no tempo e no espaço, onde se origina a cadeia que os une e que constitui a comunicação. Para que a informação seja passada é necessário reduzi-la a sinais aptos a essa transmissão. Esta operação é chamada codificação e quem realiza é o transmissor ou emissor, que envia ao seu destinatário. Mas nenhum sistema de comunicação está isento a possibilidade de erros. As fontes de erros são chamadas ruídos.

Partindo desse princípio básico da teoria da informação, serão também levados em consideração todos os possíveis ruídos que fizeram falhar muitas informações durante a clandestinidade, como por exemplo, uma pessoa que deixou de receber um recado de um encontro, ou o recado que não foi claro devido aos possíveis códigos usados onde o receptor não decifrou. Ou seja, serão avaliadas as inúmeras possibilidades do que funcionava bem e mal nesses canais de informação.

Ainda no segmento dessa teoria da informação serão tratados os signos e suas figuras de retóricas. Do que já foi lido sobre o tema em questão, havia muita utilização da metáfora. Música e poesia eram as mais usuais, principalmente nas prisões. No caso da música popular brasileira da época, um bom exemplo foi Chico Buarque, que foi um dos que mais exprimiu através de suas letras a angústia e revolta do momento em que passava e utilizava bastante a metáfora para que os censores do regime não desconfiassem, como por exemplo a música “Apesar de Você”, que implicitamente clamava a falta de liberdade:

Hoje você é quem manda
Falou, tá falado
Não tem discussão
A minha gente hoje anda
Falando de lado
E olhando pro chão, viu
Você que inventou esse estado
E inventou de inventar
Toda a escuridão
Você que inventou o pecado
Esqueceu-se de inventar
O perdão [...] (BUARQUE, *apud* NASCIMENTO; CADIOLLI, 2013).

Depois de considerar os conceitos básicos da comunicação, no terceiro capítulo foram feitos o levantamento e a sistematização das formas de comunicação tendo sido elencadas contextualizando historicamente sua aplicação. O objetivo foi fazer um cruzamento de dados empíricos com uma interpretação teórica de comunicação, e a partir dessas análises foi possível entender a importância de tal levantamento científico como contributo para a história não só brasileira, mas também ao que se refere à implantação de governos ditatoriais aplicado em diversos países.

Le Goff (1994) afirma que a interdisciplinaridade é um dos fenômenos que faz parte de um novo campo do saber. No caso da pesquisa pretendeu-se unir História e Comunicação, duas ciências que se complementaram na investigação, pois são essenciais e tem suas devidas funções.

A ampliação do documento histórico é um ponto importantíssimo da metodologia dessa pesquisa. Alguns entrevistados ainda guardam hoje em seus arquivos pessoais muitos documentos de sua militância: bilhetes, postais, cartas, panfletos etc. Esse tipo de documentação foi enriquecedor na coleta de informações. Além disso, documentos desse gênero estão no APEJE, pois muitos foram apreendidos durante o regime ditatorial.

De acordo com Elias e Scotson (2000), há uma estreita ligação entre a capacidade de perceber e estudar os seres humanos em configurações e a capacidade de manter fora da pesquisa os juízos de valor estranhos ao tema investigado. O autor chama atenção para que o pesquisador que estudar isoladamente e tentar explicar a união de grupos, como se eles fossem coisas separadas, a pesquisa corre o risco de ficar “estéril”. Essa afirmação é de extrema relevância para a pesquisa, pois o objeto de estudo esteve focado nos grupos estudantis e nas organizações políticas mais expressivas do Estado, como eles estavam localizados dentro do contexto histórico, ou seja, como eram as relações desses grupos em seu meio, como esses grupos influenciavam a sociedade e como os militantes atuavam no combate ao regime ditatorial.

Foi considerada a importância de trabalhar com o conceito de Sociedade Civil, pois o contexto histórico das décadas de 1960, 1970 e 1980 levou as sociedades a assumirem um novo significado, pois em quase todos os países da América Latina houve anos de expansão de ditaduras militares, cuja tarefa principal era eliminar todas as formas associativas que se manifestassem em forma de lutas e aspirações dos setores sociais explorados e excluídos, como os sindicatos operários, ligas camponesas, associações indígenas etc. Para esses grupos de associações, o termo **civil** era a representação de tudo que se colocava em oposição às medidas arbitrárias impostas pelo regime militar e funcionava no objetivo de reconstituir tais grupos e associações interessados em reatar a ação política. Gonzáles (2006, p. 22) afirma

que: “a sociedade civil foi entendida como uma nova força, capaz de exigir do Estado não somente a diminuição da repressão, como maior responsabilidade social”.

A História Oral é uma metodologia também utilizada e uma obra de referência é a de Delgado (2006, p. 16), onde a autora afirma que a história oral é um “terreno multidisciplinar que se utiliza de música, literatura, lembranças, documentação escrita, fontes iconográficas, para estimular a memória”. Na pesquisa em questão, há uma multiplicidade de fontes que ajudarão em compor uma parte da história da comunicação clandestina. No caso das entrevistas, as mesmas foram temáticas, pois fizeram referência a experiências ou processos específicos vividos ou testemunhados pelos entrevistados. Como Delgado (2006, p. 24) refere: “História Oral e pesquisa documental, normalmente caminham juntas e se auxiliam de forma mútua”.

Melo (2014), além do balanço da produção acadêmica, faz uma crítica à historiografia que vinha sendo desenvolvida até o momento em que se completaram os 50 anos do Golpe. O autor relata algumas observações a respeito dos temas escolhidos para os eventos relacionados e critica primeiramente a ausência de trabalhos pesquisados sobre trabalhadores e sindicatos. Na verdade, o autor menciona três teses que resumem tais publicações daquele momento: 1) esquerda e direita foram igualmente responsáveis; 2) havia dois golpes em andamento nos idos de 1964; 3) a resistência à ditadura não passou de um mito, que no conceito de Melo só demonstrou um declínio intelectual e conservadorismo político na produção acadêmica.

Melo (2014, p. 158) afirma que Caio Navarro de Toledo, por exemplo, já havia mencionado em um artigo na Revista Crítica Marxista, essa nova vertente “tanto de natureza ideologicamente conservadora, quanto sua fragilidade empírica” e destaca obras que trouxeram novidades na pesquisa: “1964, A conquista do Estado” de René Armand Dreifuss, que aborda de forma clara a influência americana e o IPES como a principal organização da sociedade civil atuante no processo, pois era fortemente apoiado por recursos vindos do governo dos EUA. Mas é Angelina Figueiredo com a obra “Democracia ou Reformas?” que aparece como leitura alternativa a Dreifuss, argumentando que nem a esquerda nem a direita possuíam apego ao regime democrático.

Ainda de acordo com Melo (2014), Angelina Figueiredo desvia o foco da explanação de Dreifuss da direita civil militar, do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), da embaixada dos EUA, para também responsabilizar a própria esquerda oposicionista pela ditadura militar. Ainda são destaques para o autor o clássico de Moniz Bandeira, “O governo de Goulart e as lutas sociais no Brasil”, e ainda a “Operação *Brother Sam*” de Phyllis R. Parker. Os trabalhos de Jorge Ferreira vêm endossar o de Angelina Figueiredo, reforçando

que havia uma radicalização tanto da esquerda, quanto da direita, mas que uma grande parte da população assistia aos conflitos calada.

Fico (2004) argumenta que os primeiros estudos sobre o golpe militar partiram de cientistas políticos e não dos historiadores, devido, principalmente à carência de fontes documentais. Além do que muitos atos cometidos pelo sistema ditatorial foram acobertados, assim como os documentos que pertenceram aos militares. Nos anos 1940 a 1960 havia uma predominância dos estudos acadêmicos sobre temas relacionados à colônia, em sua maioria pelos professores catedráticos tradicionalistas, porém nas décadas de 1970 e 1980 surgiram estudos do marxismo e da Escola de *Annales*. A influência acadêmica do marxismo tinha preferência pelo movimento operário como objeto de estudo em meados do século XX, assim como pela história republicana (CATARIN, 2004).

A importância do estudo do marxismo era também uma forma de se posicionar contra o governo militar. Segundo Fico (2004), estudar temas sobre os militares poderia indicar que se estava cometendo uma poluição moral. As primeiras narrativas sobre o golpe aparecem em formato memorialístico, porém as primeiras publicações factuais surgiram no Governo de Geisel, após 1974. Luís Viana Filho, chefe da casa civil de Castelo Branco e Daniel Krieger, líder do governo do senado, foram os primeiros a narrarem os fatos que os próprios vivenciaram, apesar de serem oficiais.

As obras dos generais Jayme Portella de Mello e Hugo Abreu narraram as fragmentações internas relacionadas aos diferentes grupos existentes desconstruindo a falácia da “unidade militar”. Já no final dos anos 1970 e início da década de 1980, no contexto da abertura do regime militar, os ex-militantes Fernando Gabeira (1996) e Alfredo Syrkis (1980) lançaram os livros, respectivamente “O que é isso Companheiro?” e “Os carbonários”, com narrativas sobre as experiências vividas na luta armada e guerrilha urbana que se tornaram sucessos editoriais.

Os livros biográficos e autobiográficos merecem um destaque na atual pesquisa e foram citados ao longo da dissertação através de exemplos no uso da comunicação clandestina. Uma obra importante, referência principalmente sobre o Recife, é a de Cavalcanti (2008), “O Caso eu conto como o Caso foi, A Luta Clandestina”, que, ao narrar sua atuação de militante, também nomeia muitos exemplos de algumas estratégias de comunicação clandestina. Cavalcanti (2008, p. 147) narra um claro exemplo:

Pelópidas Silveira, certa ocasião, ao telefonar para um amigo, ouviu sua própria voz, num ‘repeteco’ de gravação, por erro dos controles da central de espionagem [...] Criou-se então um mecanismo de autodefesa, um vocabulário de comunicação, uma gíria, um verdadeiro dialeto de despistamento [...]. Nas rodas dos perseguidos políticos, o partido era

‘clube’, para as famílias dos presos o advogado era o ‘médico’. A ‘ameaça de gripe’ podia significar, nada mais, nada menos, a iminência de encarceramento em alguma delegacia ou quartel.

No livro autobiográfico **O Baú do Guerrilheiro**, do jornalista paulista Fernandes Júnior (2004, p. 239), que foi militante estudantil a partir de 1966, foi possível encontrar informações muito curiosas a respeito do tema que enriqueceu bastante a pesquisa:

No começo cheguei a me empolgar, pois aprendi muita coisa com companheiros ex-militares que haviam sido treinados em Cuba: técnicas de codificação, e de ocultação de mensagens, fabricação de explosivos e de bombas, métodos de contra-inteligência.

Fernandes Júnior (2004) faz referência à comunicação improvisada, como foi, em muitas vezes, a utilização da memória para não deixar pistas, em várias citações ele diz que foi preciso decorar as informações para não correr o risco de ter anotações em papel. Ou seja, a comunicação clandestina era usada tanto de forma mais profissional, como de forma improvisada.

Por conter uma proximidade com o tema da atual pesquisa, foi utilizada a dissertação de Mestrado de Mônica Mourão Pereira (2009) da Universidade Federal Fluminense, intitulada “A Esquerda bem informada, a estratégia de comunicação política do PC do B em dois tempos”, que analisa as estratégias comunicativas do Partido Comunista do Brasil – PC do B em dois momentos, na década de 1970, quando o partido atuava na clandestinidade, e também o contexto político atual do PC do B. Em um dos capítulos ela detalha como eram as estratégias da rede de comunicação clandestina, que usou desde a infiltração em jornais da imprensa alternativa até o envio de textos para as rádios Tirana, na Albânia, e Pequim, na China.

Silva (2014), na obra *Informação, Repressão e Memória: a Construção do Estado de Exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985)*, também serviu como uma importante referência, pois a autora analisou o funcionamento da polícia política em Pernambuco, que foi parte integrante da complexa e eficiente rede de informações, servindo como base de sustentação do regime militar. O livro é importante na dissertação porque a principal fonte utilizada foram os arquivos do DOPS-PE localizado no APEJE, no qual a pesquisadora utilizou além do documento político dos arquivos policiais, os documentos apreendidos dos grupos opositores, principal foco da nossa pesquisa. A partir dessa análise de documentos, foi possível saber como estava estruturada a rede de informações no Estado, as conexões com os órgãos de segurança em nível nacional, que em trabalho conjunto conseguiram esfregar muitas ações dos grupos opositores.

Complementando esse tópico sobre a organização da rede de informações, fez-se uso da obra de Fico (2001), “Como eles Agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política”, quando, pela primeira vez, um pesquisador teve acesso aos documentos do acervo da extinta Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça (DSI/MJ), que contém vários documentos trocados entre os diversos órgãos de segurança e informações: Centro de Informações do Exército (CIE), o Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA), o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), o Serviço Nacional de Informações (SNI), a Comissão Geral de Investigações (CGI), as segundas seções das unidades militares, as DOPS vinculadas às secretarias estaduais de segurança etc. Além do que o principal objetivo do livro é esclarecer o funcionamento das comunidades de informações e de segurança da ditadura militar. O livro aborda por outra ótica como a Ditadura Militar foi capaz de se organizar e conseguir se aperfeiçoar para desarticular os grupos oposicionistas. Essas duas últimas obras serão as principais referências do segundo capítulo.

Um título de grande contribuição para essa pesquisa foi o “Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)”, de Alves (2005), onde, segundo a autora, o Estado se legitimou em três fases de institucionalização estatal, na obra se discute uma a uma detalhadamente, utilizando-se também da economia como uma das referências principais para mostrar a consolidação do regime ao longo dos três períodos por ela descritos.

Outra referência bibliográfica de Pernambuco é “Direita Volver, o Golpe de 1964 em Pernambuco”, de Coelho (2004), importante para compreender como estava a política no Estado e, principalmente, em Recife, e qual era a visão do Governo Federal em relação a Pernambuco, que tinha Miguel Arraes como Governador e Pelópidas Silveira como Prefeito, comprometidos com o projeto de reformas, contra as quais foi dado o Golpe de 64. O livro também traz um panorama da esquerda em Pernambuco, importante para conceber sua formação e atuação durante o período militar fornecendo muitas informações, tanto em nível nacional, como local, relatando várias situações de resistência, inclusive do Movimento Estudantil no Estado.

Relativamente ao estudo do Movimento Estudantil, uma grande obra usada foi a de Poerner (2004), “O Poder Jovem”, escrito em plena ditadura com a primeira edição lançada em 1968. O autor traça a trajetória dos principais combates dos estudantes desde o período colonial até o Século XX. Importante obra que confirma a influência e atuação do Movimento Estudantil em fatos históricos da política brasileira.

No primeiro capítulo, foi contextualizado o momento histórico em nível nacional, nos antecedentes ao Golpe de 1964, a importância da memória e o fato histórico e a formação dos

grupos opositoristas dando ênfase ao Movimento Estudantil com sua importância no Brasil e também em outros países. O ano de 1968, tanto no Brasil, como em vários países, foi retratado pela sua devida importância, onde é possível se ter uma dimensão dos jovens no combate aos sistemas ditatoriais e as mudanças ocorridas no mundo na década de 1960 sob vários aspectos, tanto político, como no social, econômico e cultural.

No segundo capítulo, foi elaborada uma abordagem sobre o Governo Arraes no contexto do Golpe Militar e a militância estudantil em Recife no pós-golpe até meados de 1970. Também foi relatado como estava construído o organograma dos órgãos de segurança no país e as conexões locais, ou seja, entre os estados brasileiros, essencial para compreender como o aperfeiçoamento do aparato militar e a informação foram importantes para o desbaratamento dos grupos opositoristas.

No terceiro capítulo estão identificadas as táticas de comunicação clandestinas de acordo com as fases e as semelhanças vivenciadas na militância. A primeira fase é a de 1964-1968, e a segunda fase no Pós-AI-5. Ainda estão relatadas algumas práticas coletadas nos documentos da polícia política relacionadas à 2ª Guerra Mundial, em documentos também encontrados na APEJE, mas com semelhanças às vivenciadas durante o período ditatorial.

1 ANTECEDENTES A 1964 E A CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA DITATORIAL

1.1 Panorama político 1961 a 1964

Os anos que antecederam o Golpe de 1964 foram de grande efervescência política, econômica e social no país. Juscelino Kubitschek (JK), que finalizava seu governo no início de 1961, adotou a política nacional-desenvolvimentista que pretendia em desenvolver “50 anos em 5”, lema principal de sua campanha para presidente com a tentativa de passar a ideia de um governante dinâmico e inovador. JK teve sua origem política no Estado Novo de Getúlio Vargas e pertencia ao Partido Social Democrático (PSD), um partido mais conservador. João Goulart, seu vice, era do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ou seja, essa coligação dava um aspecto ao governo de JK de centro.

O foco econômico do seu programa de governo ficou conhecido como Plano de Metas, que focava em vários pontos de ação distribuídos em energia, transportes, (sendo esses dois os prioritários), alimentação, indústrias de base e educação. No entanto, exigiu por parte do governo emissão de papel moeda e a instalação de multinacionais no país, resultando um crescimento da inflação e uma maior presença de capital internacional na economia brasileira. É criado em seu governo o “tripé econômico”, uma aliança entre o capital multinacional, nacional e estatal, marcado por fortes investimentos, principalmente, de capital estrangeiro no país. JK foi um grande incentivador da entrada de grandes empresas internacionais nomeadamente do setor automobilístico (MOREIRA, 2007).

A Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) foi criada por ele, assim como a cidade de Brasília, que se tornou a capital do país. Porém, o “tripé econômico” fez com que o país tivesse uma economia dependente. De acordo com Alves (2005), o conceito de “desenvolvimento dependente” é aplicado quando um país fornece a matéria-prima para as economias industriais avançadas, o que não quer dizer que signifique um subdesenvolvimento permanente e estagnação econômica no país, mas pode vir a causar um processo de desenvolvimento econômico distorcido. Ainda segundo Alves (2005), o conceito de desenvolvimento é o que determina o aumento produtivo de uma sociedade nas áreas tecnológicas, sociais, políticas e culturais, ou seja, um país que é capaz de gerar seu próprio crescimento.

Em uma nação que vive de uma economia dependente, os problemas sociais continuam e a tendência é aumentar. Crescem também as disparidades de distribuição de renda, os índices de desemprego mesmo com novas fábricas, e conseqüentemente, os níveis

de vida são muito baixos para a maioria da população. Tais medidas de “desenvolvimento” adotadas por JK pareciam grandiosas, mas beneficiavam principalmente parte da população de renda média e alta, deixando a grande maioria em péssimas condições de vida. E isso vem se agravar após o Golpe de 1964, que seguiu essa mesma linha econômica.

JK governou com o apoio dos seus correligionários que eram os chamados grupos progressistas, os quais acreditavam na industrialização com apoio do capital internacional e criticavam o modelo agrário-exportador. Segundo eles, o maior problema da economia era a oligarquia fundiária, sob a alegação que esta inibia a formação de um mercado interno consumidor de industrializados.

Em oposição, estavam os nacionalistas econômicos, que em 1960 romperam definitivamente com a política nacional-desenvolvimentista, sendo o principal fator do conflito a entrada do capital estrangeiro no processo de industrialização e desenvolvimento. E juntando-se a estes, muitos intelectuais, estudantes e sindicalistas, também defendiam o projeto de industrialização formado a partir de bases nacionais. Eles ansiavam não só o desenvolvimento da industrialização, mas também a melhoria de qualidade de vida e de trabalho para a população rural e urbana (MOREIRA, 2007).

Mesmo com esse contexto político instável, JK termina o governo com 80% da população considerando que ele, de fato, acelerou o desenvolvimento do país, de acordo com uma pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística. Por outro lado, quando o seu sucessor, Jânio Quadros assumiu em janeiro de 1961, havia um clima de insatisfação geral e instabilidade política. Seu vice que era seu opositor (naquela época o Presidente e o vice eram eleitos separadamente) era novamente João Goulart, conhecido popularmente como Jango. Ainda em agosto do mesmo ano, Jango estava em uma visita diplomática à China quando Jânio Quadros renunciou ao cargo. João Goulart tinha a intenção de aplicar uma política nacionalista a partir do capital privado nacional e buscar o apoio dos trabalhadores (FICO, 2008).

Os militares direitistas que eram a favor do capital estrangeiro, aproveitando que Jango estava fora do país, empossam Ranieri Mazzilli, que era Presidente da Câmara dos Deputados. Isso cria uma instabilidade política, já que a Constituição era clara sobre quem teria que assumir o poder e neste caso seria o Vice. Brizola lança a Campanha da Legalidade, que exigia a posse de Goulart. No Congresso Nacional, parte dos parlamentares também queria impedir a posse de Goulart e enquanto o Vice não voltava da viagem da China, o parlamento tentou implantar uma política conciliatória com os militares e alteraram o sistema político do Presidencialismo para Parlamentarismo, no qual o Presidente assumiria mas quem governaria seria o Primeiro-ministro, situação que privava João Goulart de importantes poderes. Tancredo Neves do PSD é

então nomeado Primeiro-ministro assumindo em 2 de setembro de 1961, mas demite-se em Julho de 1962. Após um plebiscito, o sistema político volta a ser presidencialista e Jango, finalmente, em 1963, retoma seus plenos poderes (FICO, 2008).

Entre 1961 e 1963 o sindicalismo atingiu momentos de muita atuação. Nesse período ocorreram mais de 430 paralisações. Líderes do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), mesmo proibidos legalmente, eram recebidos em Palácio pelo Presidente da República, o que vinha a reforçar a ideia de que Goulart pretendia transformar o país numa república sindicalista. Porém, sabe-se que Goulart dava preferência a lideranças sindicais que trocavam a independência política e ideológica, para receber facilidades e favores do Governo. Ao mesmo tempo em que Goulart dava apoio à classe trabalhadora, ele também não descartava o apoio político e parlamentar de setores mais conservadores, porém ficou claro que ele adotaria as “reformas de base”, que eram uma interpretação trabalhista da linha política discutida pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) no final dos anos 1950 e visava, segundo Fico (2004, p. 17): “direcionar o desenvolvimento capitalista brasileiro no rumo de uma revolução nacional e democrática”.

O alargamento da democracia liberal também foi um dos pontos de reivindicações, junto com a reforma agrária, nos primeiros anos da década de 1960. O PCB, na ilegalidade desde 1947, tinha alguns dirigentes eleitos por outros partidos e trabalhava na clandestinidade, não conseguia realizar encontros e reuniões abertas ao público.

Em Pernambuco, ainda nos anos 1950 surgem as Ligas Camponesas com o objetivo de organizar os trabalhadores rurais, especificamente os pequenos proprietários e parceiros. O advogado Francisco Julião, defensor das ligas, é também o responsável por formar o grupo de advogados que passam a atuar nas delegacias das Ligas, que chegaram a ter 10 mil associados em 1961, distribuídas em 40 delas. Na área urbana aumentam as manifestações e protestos por melhores condições de trabalho. Nacionalmente surgem diversas organizações de vários segmentos sociais reivindicando por mudanças e benefícios aos trabalhadores. Também no início dos anos 1960 desenvolve-se o sindicalismo rural, voltado para organizar assalariados do campo. O nível de reivindicações e de lutas aumenta em especial no ano de 1963, quando as mesmas organizaram uma greve durante o governo de Miguel Arraes (LIMA, 2005).

1.2 Reflexões sobre o golpe militar

São muitos os questionamentos sobre os motivos que levaram ao Golpe dado pelos militares em 1964. Segundo Toledo (2004), este foi um golpe contra as reformas sociais

sustentadas por amplos setores da sociedade brasileira e contra a democracia política limitada alcançada em 1945, logo depois da saída do Estado Novo. O próprio General Geisel afirmou em 1981 que não houve uma revolução, como argumentavam os militares, e sim um movimento contra Goulart, contra a corrupção e contra a subversão, mas ele assumiu que as forças armadas não tinham interesse em construir algo novo para o país.

O golpe foi uma ação repressiva contra a politização das organizações dos trabalhadores e contra o amplo e rico debate ideológico e cultural que estava despontando no Brasil. As classes dominantes entendiam que todos os movimentos de operários, trabalhadores, estudantes eram uma anarquia, subversão e “comunização” do país (TOLEDO, 2004).

Fico (2008) afirma que Jango foi bastante criticado por incompetência administrativa desde quando foi ministro do Trabalho no governo de Getúlio Vargas. Por outro lado, há também o reconhecimento da sua habilidade política, pois mesmo quando era ministro, ele teria sido um grande negociador com os líderes sindicais, atitude que era mal vista pelos políticos tradicionais.

O fato de Jango não ter autorizado um bombardeio aéreo para conter as forças da coluna de Mourão no dia 31 de março foi, para muitos, um ato de covardia, mas Fico defende que Goulart não tinha apoio militar necessário e expressivo capaz de armar uma defesa contra o golpe, preferindo não resistir e deixar o Rio de Janeiro na madrugada do dia 1º de Abril. Seguiu para Brasília, passou pelo Palácio do Planalto e pela Granja do Torto onde se encontrou com a família e com Darcy Ribeiro, de lá foi ao encontro de Leonel Brizola em Porto Alegre. De Porto Alegre viajou para Montevidéu (FICO, 2008).

Ao que tudo indica João Goulart foi avisado do apoio norte-americano aos golpistas, o que pesou bastante em sua decisão de não resistir. Tal decisão só reforçou para a imagem dele de indeciso, incompetente e covarde. Foram muitas as críticas a Goulart deixando uma imagem negativa, reforçada posteriormente pelo regime militar. Era evidente a falta de habilidade política de Goulart para a área militar, a preocupação era apenas com os comandos do Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, esquecendo-se de regiões mais afastadas aumentando o descontentamento crescente, além disso, ele trocou várias vezes o ministro da Guerra, o que também não favorecia a uma estabilidade com o setor militar (FICO, 2008).

Segundo Napolitano (2014), o golpe não foi só uma rebelião militar e sim um conjunto heterogêneo de novos e velhos conspiradores contra Jango e contra o trabalhismo: civis e militares, liberais e autoritários, empresários e políticos, classe média e burguesia, que juntaram forças para combater as reformas e o avanço do comunismo. A perda das reformas acordadas no Congresso nas eleições parlamentares em 1963 e o esforço de melhorar a

economia do país desnortearam o governo de Goulart. Setembro de 1963 começou com a derrota do último projeto da reforma agrária no Congresso, daí em diante se instalou uma crise político-militar solapando o governo nos meses que se seguiram.

Nesse mesmo mês aconteceram muitos embates entre grevistas e militares, principalmente porque estes não toleravam a classe sindical devido à influência comunista e a crescente luta pela reivindicação de direitos trabalhistas. Nesse contexto é criada a Rede da Democracia, articulação golpista que contou com o apoio da imprensa e que foi chave essencial na conspiração que se formava no final de 1963.

A imprensa liberal-conservadora argumentava que a luta pelas “reformas de base” era apenas um pretexto para a desordem social e que o Presidente era manipulado pelo Partido Comunista. Notícias baseadas nessa linha eram disseminadas, assim como a de que o Governo estaria preparando um golpe revolucionário e esquerdista que possibilitaria sua reeleição. Ainda de acordo com Napolitano (2014) tais publicações serviram para que a opinião pública cada vez mais se posicionasse contra o Governo, ou a chamada “opinião publicada”, como o autor rotulou, que na verdade era a pressão da classe dominante. Do seu ponto de vista, o modo de governar de Goulart favorecia os proletários e camponeses que se organizaram em movimentos e desejavam melhores condições de vida, e essa subida das camadas mais pobres é sempre vista por quem está no topo da pirâmide como uma ameaça, mesmo nos dias de hoje. O fantasma político do comunismo assombrava mais ainda e boa parte da classe média acreditava nos discursos anticomunistas da imprensa e de algumas instituições civis e religiosas, de que Moscou dominaria o Brasil.

Alguns autores defendem a conspiração para a queda do governo de Jango através de outras linhas. No caso de Fico (2008), ele esclarece que há uma grande diferença entre a campanha de desestabilização de Goulart e a conspiração para consumir o Golpe. Há comprovações de que o projeto de desestabilização foi patrocinado desde 1962 por várias organizações brasileiras e norte-americanas. Em relação ao Golpe existem evidências que os preparos foram iniciados apenas em 1963 e foi bastante desarticulado entre os próprios militares. Porém, os dois processos tem ligações.

Durante a campanha para as eleições parlamentares de 1962 a intervenção norte-americana foi intensificada no processo político brasileiro. Lincoln Gordon assumiu que foram gastos uma média de US\$ 5 milhões de dólares para financiar a campanha eleitoral dos candidatos favoráveis à política norte-americana e opositores de Goulart. Fico (2008) ainda afirma que Lincoln Gordon se dizia arrependido, mas confirmou que isso foi o começo de todo o processo que tornou a Embaixada dos Estados Unidos no Rio de Janeiro um ator

político plenamente envolvido nos negócios internos brasileiros. Para Lincoln Gordon, tal negociação foi sugerida pela CIA e reforçada pelo próprio.

A estratégia era não deixar que os recursos da Aliança para o Progresso fossem parar nas mãos do governo federal ou de governadores que criticavam os Estados Unidos, como era o caso de Leonel Brizola (RS) e Miguel Arraes (PE). A embaixada dos EUA afirmava que Arraes *cubanizaria* o Brasil se chegasse ao poder. Era orientação das forças americanas impedir qualquer ação que pudesse fortalecer a imagem de Arraes como liderança, mas também deveriam evitar confronto público dando a impressão de perseguição a Arraes.

A opinião de Alves (2005) é que a descentralização do sistema político e econômico deu aos Estados real autonomia decisória, como ficou visível em Pernambuco com Miguel Arraes e no Rio Grande do Sul com Leonel Brizola. Mesmo com a expansão do poder do capital internacional e de setores nacionais agregados, grupos sociais cada vez mais organizados exigiam maior participação e uma reforma da estrutura social brasileira.

O sistema de democracia formal em vigor desde 1946, com o fim do Estado Novo começa a viver constantes crises institucionais. Setores da sociedade que eram marginalizados passam a ter uma maior participação colocando em confronto exigências e interesses que não eram conciliáveis num sistema de desenvolvimento dependente-capitalista. Diante desse quadro, as instituições da democracia formal mostravam-se cada vez mais incapazes de resolver tais contradições. Com isso, as expectativas populares chegaram a um descompasso entre o nível de aspirações e o de resultados, ocasionando muita insatisfação a determinados contingentes eleitorais (ALVES, 2005).

Esta autora ainda argumenta que a ideologia de segurança nacional foi um instrumento importante das classes dominantes, relacionadas ao capital estrangeiro, que serviram para justificar a perpetuação por vias antidemocráticas de um modelo explorador de desenvolvimento dependente. A tomada de poder foi antecedida pela política de desestabilização que englobava multinacionais, capital estatal associado-dependente, o governo dos Estados Unidos e os militares brasileiros. Tal conspiração para o Golpe de 1964 foi levada a efeito por instituições civis como o IPES (ALVES, 2005).

O Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) se empenhavam em confeccionar materiais anticomunistas e faziam propagandas negativas ao governo articulando vários setores da sociedade. O IPES foi fundado no começo de 1962 pelo General Golbery do Couto e Silva, e possuía um discurso antigovernamental e antirreformista com o intuito de criar, segundo Napolitano (2014, p. 48) uma “nova elite política e ideologicamente orientada para uma modernização conservadora do

capitalismo brasileiro”. O IPES foi importante articulador dos setores civis e militares, principalmente no final da crise do Governo Goulart. O IBAD foi criado em 1962 e foi bastante ativo na campanha eleitoral para conter o avanço anticomunista. Ambas as organizações eram financiadas pela CIA e foram essenciais para estruturar os diversos atores do golpe: empresários, parte da classe média, sindicalistas anticomunistas, representantes do capital multinacional e lideranças militares conservadoras, com um discurso homogêneo que ajudou a construir a imagem do reformismo da esquerda como a “antessala do comunismo” (NAPOLITANO, 2014, p. 49).

Esse discurso antigovernista e antirreformista veio auxiliar os interesses dos grandes proprietários de terra que se sentiam amedrontados pelos projetos de reforma agrária, e também as multinacionais que se sentiam ameaçadas pelo nacionalismo econômico pretendido pela esquerda. Os conservadores legalistas concordavam que não daria para separar, politicamente, o Presidente das forças esquerdistas. A conspiração da direita espalha a tese de um “golpe preventivo”, e usam como justificativa a ideia de que a esquerda estaria articulando um golpe. Porém, não há provas concretas de que isso fosse verdade. Napolitano (2014, p. 51) analisa afirmando que:

Para um presidente sem trunfos para negociar com um congresso arisco às reformas que exigissem reforma da Constituição de 1946 (mesmo as mais moderadas), perdendo apoio entre as elites presidenciais e bombardeado pela imprensa, as ruas pareciam ser um sopro de vida. Aproximar-se da política das ruas significava aproximar-se dos movimentos e organizações de esquerda.

A esquerda brasileira compartilhava de muitos valores semelhantes, mas estava dividida quanto à implantação do reformismo e da revolução. Para os reformistas, por exemplo, da Frente de Mobilização Popular (FMP), que foi um grupo criado por sindicatos, estudantes e até alguns subalternos das forças armadas, defendia que as reformas fortaleceriam a democracia social e o nacionalismo econômico. Já para o PCB, as reformas funcionariam como um ciclo de transição para a criação do socialismo, e naquele momento essa visão pecebista era a que mais se aproximava dos pensamentos de Goulart, isto porque era defendido o desmanche do congresso nacional e a convocação de uma assembleia constituinte eleita pelo voto popular (ALVES, 2014).

Fico (2008) também avalia a deposição de João Goulart argumentando que o mesmo sofreu o golpe porque introduziu assuntos que até a Ditadura Militar complicou-se ao enfrentar, como por exemplo, a reforma agrária, a questão da habitação popular, o analfabetismo e a reforma universitária. Assuntos que levaram Goulart a um alto índice de popularidade entre as camadas mais necessitadas dando a impressão de fomentar conquistas populares, e, ao mesmo tempo, ameaçar à elite. Por outro lado, Fico também concorda com

Napolitano de que Goulart não conseguiu criar uma política militar eficiente, agravando assim o descontentamento por parte dos militares.

De acordo com o posicionamento de Toledo (2004) a esquerda e setores nacionalistas não devem ser isentos neste processo que terminou em Golpe, pois várias atitudes proliferadas por esses grupos contribuíram, como a empatia com a rebelião dos sargentos em Brasília em setembro de 1963, as greves da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), palavras de ordem como “reforma agrária, na lei ou não marra”, “força aos gorilas”, exaltadas em assembleias de trabalhadores. Porém, é no comício de 13 de Março de 1964, que a crise política ganha proporção. Goulart faz um discurso inflamado deixando claro que aplicaria as “reformas de base” ao assinar um documento que confirmava mudanças na presença de 200.000 mil pessoas. A visão alarmista de tal comício cresce nos noticiários de TV, de que Goulart juntamente com o PCB, a CGT e as forças nacionalistas estariam preparando um golpe.

Toledo (2004) enumera dois pontos cruciais que teriam provocado a oposição ao governo: o primeiro foi a complacência com a insubordinação de cabos e marinheiros revoltosos no Rio de Janeiro, e o segundo foi o discurso panfletário realizado por ele no dia 30 de março, numa assembleia de sargentos da Polícia Militar, no Automóvel Clube do Brasil. Goulart acusou as forças reacionárias e golpistas e defendeu para a salvação do país o golpe das reformas.

Conforme Toledo (2004), fica claro que mesmo que o Governo e as forças progressistas tenham aguçado a crise política, é fato que quem planejou e colocou em prática o golpe contra a democracia foram as classes dominantes, setores conservadores com suas forças políticas e entidades de classe. Várias manobras golpistas já vinham acontecendo entre 1950 e 1960 e tais setores sempre se mostraram contrários ao alargamento das liberdades políticas e dos direitos sociais dos trabalhadores.

O golpe de 1964 acaba com as organizações políticas, reprime movimentos sociais e foi recebido pelas classes dominantes como uma revolução. Toledo (2004, p. 76) ainda defende que as classes populares também têm culpa em parte porque não tomaram atitude alguma para evitar a derrubada, pois, estavam desorganizadas e desfragmentadas. Forças progressistas e de esquerda não ofereceram resistência e Goulart negou-se a mandar ação repressiva argumentando que não queria provocar uma guerra civil (FERREIRA, 2004).

O golpe de Estado estava com data marcada para alguns dias depois do dia 31 de março, mas as tropas comandadas pelo General Olympio Mourão Filho¹, comandante da 4ª

¹ O General Olympio Mourão Filho sempre “parecera afoito demais” aos olhos dos verdadeiros líderes da conspiração golpista. Ele também foi autor de documentos falsos, conhecidos como “Plano Cohen” sobre uma

região militar em Juiz de Fora (MG), anteciparam-se. Mourão Filho tomou a iniciativa de atacar o Rio de Janeiro com o apoio do governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto. As tropas avançaram lentamente com pouca adesão das forças legalistas e os principais conspiradores viram que não podiam mais recuar, tomaram as iniciativas para que o Golpe se concretizasse naquela mesma madrugada do dia 31 (FICO, 2004).

Não houve resistência da parte de João Goulart que, segundo ele, pretendeu evitar uma guerra civil. Jango também não acionou seu dispositivo militar e seguiu viagem para o Rio Grande do Sul. Darcy Ribeiro, que era chefe da Casa Civil de Goulart, emitiu um documento dizendo apenas que o Presidente tinha viajado para o Rio Grande do Sul e se encontrava à frente das forças legalistas, mas que estava em pleno exercício dos poderes constitucionais. A intenção do ofício de Darcy Ribeiro era dar tempo para que Goulart reagisse. Esse comunicado causou euforia em sessão no Congresso Nacional presidido na altura por Moura Andrade (senador do PSD pelo Estado de São Paulo), que criticou a atitude de Goulart e utilizando o argumento de que numa hora gravíssima da vida brasileira o país não podia ficar sem governo nomeou para presidente da República o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, encerrando a sessão. Porém, foi em vão, o poder estava realmente no Rio de Janeiro e na manhã do dia 1 de Abril o General Costa e Silva autoneomeou-se comandante do Exército Nacional, e nessa condição, pode assumir o controle do Comando Supremo da Revolução, que foi uma junta militar composta por ele, pelo almirante Augusto Hamann Rademaker Grunewald e pelo brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo (FICO, 2004).

Alguns governadores comprometidos com o Golpe, como Carlos Lacerda (GB), Magalhães Pinto (MG), Ildo Meneghetti (RS), Ademar de Barros (SP), Ney Braga (PR) e Mauro Borges (GO), tentaram convencer o Comando Supremo da Revolução a indicar o nome do General Castelo Branco para Presidente da República, sendo rejeitado por Costa e Silva. Depois de uma longa reunião, Costa e Silva foi finalmente convencido a aceitar o nome de Castelo Branco e acabou por assumir o cargo de Ministro da Guerra, atual Ministério do Exército (FICO, 2001).

No dia 9 de Abril, Costa e Silva ainda conseguiu, enquanto chefe do Comando Supremo da Revolução, expedir o Ato Institucional nº 1, o AI-1. Nascia a chamada “Linha Dura” dentro do Exército, responsável pela Operação Limpeza².

suposta revolução comunista em 1937. A farsa foi utilizada como justificativa para a instauração da ditadura varguista (FICO, 2004, p. 16).

² Operação Limpeza: Logo após o golpe foi iniciada a “operação limpeza”, ou seja, para os militares significava a “eliminação dos corruptos e subversivos da vida nacional”. O AI-1 permitiu as primeiras cassações de mandatos parlamentares e suspensões de direitos políticos. Mas o objetivo principal era mesmo “varrer” todos

A “Linha Dura” queria o aprofundamento da ditadura e da repressão. Castelo Branco pertencia a uma ala militar chamada de “linha moderada³”(FICO, 2001).

Codato (2004) explana bem os ciclos políticos dentro do regime ditatorial-militar e apresenta, inclusive, medidas decretadas pelos vários governos onde dividiu em “ciclos de repressão” e “ciclos de liberalização”. Importante estudo para diferenciar as divergências existentes entre os militares que causaram transtornos políticos em várias situações.

Rezende (2013) analisa como a legitimidade do regime militar foi sucedida, não apenas pela imposição em forma de poder, como também através de diversas esferas (econômica, política e psicossocial) para que fosse estabelecida uma determinada forma de sociedade. O regime militar queria, de acordo com Rezende (2013, p. 32) a “internalização de uma concepção de mundo por todos os segmentos sociais”.

Já no primeiro Ato Institucional (AI-1), dado a 9 de abril de 1964, percebe-se a transferência do poder constituinte do povo (Constituição de 1946) para a revolução, a “revolução vitoriosa” é o termo citado no preâmbulo do AI-1, ou seja, a revolução como o poder constituinte se autolegitima. Tanto o primeiro ato como todos os que se sucederam eram parte de uma ideia disseminada pelo regime: a crença de que o movimento de 1964 somente se legitimava porque ele expressava, sob todos os aspectos, os interesses do povo brasileiro. Ou seja, os que tomaram o poder construíram um sistema de valores e ideias capazes de sedimentar o referido pensamento na sociedade. A busca dessa legitimidade se baseava na construção de uma hipotética ideia de democracia.

Como não era possível ter autoridade e domínio sobre todas as pessoas, medidas opressoras foram tomadas ao longo do período ditatorial, através dos atos institucionais e/ou constitucionais. Houve por parte de alguns militares uma tentativa de legalizar o poder através da relação de uma suposta natureza democrática e, com isso, alcançar uma opinião pública favorável às intenções do regime. A ditadura concebia um ideário de democracia baseado em um sistema de sedimentações e valores como a questão da segurança nacional, ordem, família, entre outros, porém a ideia de direitos políticos e individuais estavam ausentes (ALVES, 2005).

que estivessem ligados ao governo anterior, a partidos políticos de esquerda, comunistas ou infiltrados por comunistas em movimentos sociais. Também eram “alvo” da “operação limpeza” os intelectuais, professores, estudantes, líderes sindicais, e até organizadores de movimentos católicos nas universidades e no campo. Há uma estimava que, cerca de 50.000 pessoas foram presas nos primeiros meses após o Golpe (ALVES, 2005).

³ Fico (2001) detalha as diferenças das linhas existentes entre os militares, “dura” e “moderada”. Ele afirma que “não se pode falar do papel dos militares genericamente, pois existiam diferenças significativas entre os que apoiavam e/ou integravam o sistema de informações de segurança que sempre queriam mais punições e vida longa para a ditadura”. Trataremos melhor desse assunto no segundo capítulo.

O AI-1 limitava drasticamente os poderes do Congresso Nacional, podendo o Presidente da República introduzir emendas constitucionais. O referido Ato suspendia ainda, temporariamente, as garantias de imunidade parlamentar, dando poder ao Executivo de cassar os mandatos de representantes governamentais de qualquer nível. O ato ficou conhecido principalmente pela cassação de mandatos e foi nesse contexto que aconteceram as operações “pente-fino” e “arrastão”, manobras policial-militares usadas para deter a massa com bloqueio de ruas, buscas nas casas de possíveis suspeitos, além do que as pessoas podiam ser inspecionadas a qualquer momento e em qualquer lugar (ALVES, 2005).

Pesquisas realizadas nos arquivos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), indicaram que a repressão militar esteve concentrada mais nos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul e Pernambuco, locais onde aconteceu o maior número de prisões arbitrárias. Ainda em 1964 houve uma campanha da imprensa contra a tortura que, segundo Alves (2005), foi a primeira vez que um movimento organizado de oposição da opinião pública teve força para exigir mudanças nas táticas do Estado de Segurança Nacional.

Empossado como presidente no dia 15 de Abril de 1964, substituindo a Junta Militar (Comando Supremo da Revolução), Castelo Branco vai aplicar um governo rotulado pelos próprios militares de mais moderado, diferente ao que a “Linha dura” de Costa e Silva pretendia. Ainda em seu mandato, Castelo Branco decretou o Ato Institucional nº 2, o AI-2, assinado no dia 27 de Outubro de 1965, que tinha como principais medidas a eleição indireta para Presidente da República, suspensão dos direitos políticos e a cassação de mandatos parlamentares. Também decreta o fechamento do Congresso Nacional, redige a Lei de Segurança Nacional, decreta uma Lei de Imprensa restritiva e não escolhe o seu sucessor. É também a partir do AI-2 que o pluripartidarismo foi extinto, ficando apenas dois partidos políticos: Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que teoricamente estava na oposição, mas não tinha voz perante o novo governo instaurado. O último artigo determinava que o AI-2 teria vigência até 15 de Março de 1967, data de posse do novo presidente (GASPARI, 2002d).

A Constituição de 1967 foi redigida 2 meses antes da posse de Costa e Silva e boa parte das medidas arbitrárias dos Atos Institucionais foi incorporada. A Constituição de 1946 estava voltada para a segurança em relação a forças externas e defesa das fronteiras, já a de 1967 se moldava na Doutrina de Segurança Interna, com a teoria de guerra psicológica e do inimigo interno. Essa nova Constituição também estabelecia que o Conselho de Segurança Nacional teria como principal objetivo supervisionar a defesa da segurança interna, ou seja,

tornou-se um órgão oficial da Presidência da República para atuar com organizações de informação e segurança.

A aprovação da Lei de Segurança Nacional tornou legal a noção de guerra interna, ou seja, qualquer brasileiro civil poderia ser acusado de subversivo. Castelo Branco, com isso, atestava que a **Linha Dura** passasse da condição de grupo de pressão para ser o Sistema de Segurança a partir do qual seria permitido investigar, prender, interrogar, na condição de polícia política, ou seja, foi um retorno da operação limpeza. O General decreta o Ato Institucional nº 3, o AI-3, em Fevereiro de 1966, o qual teve como uma das principais medidas a proibição das eleições diretas para governador em todo o país. Os governadores passariam a ser eleitos indiretamente pela maioria absoluta de votos nas respectivas Assembleias Legislativas. Os prefeitos de todas as capitais seriam escolhidos pelos governadores e, nas demais cidades, pelo voto popular secreto. Assim o Estado controlaria os estados maiores e mais importantes (FICO, 2001).

A oposição ao regime vai ganhando força nas ruas, fábricas, escolas, universidades. Em março de 1968, já no Governo de Costa e Silva, a polícia agride manifestantes em um confronto e o estudante Edson Luís, de 18 anos, é morto em frente ao restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro. Fato que vai piorar ainda mais o clima de euforia e contestação. O ano de 1968 é marcado pelo aumento de manifestações, em especial dos estudantes, crescem as lutas operárias, aumentam o enfrentamento e as denúncias contra o regime militar (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1987). Dentro de todo esse clima que vivia o país, o governo decreta o mais duro de todos os atos, o Ato Institucional nº 5, o AI-5, em 13 de dezembro de 1968. Assim estava consolidada uma ditadura sem disfarces, como cita Gaspari (2002c). O Congresso Nacional é colocado em recesso e 69 parlamentares são cassados. Em agosto de 1969, Costa e Silva é afastado da presidência por motivos de saúde, mas o vice, que era um civil, é impedido de assumir por se opor ao AI-5.

Segundo Alves (2005), o AI-5 deu início ao 3º ciclo da repressão. O 1º ciclo em 1964 concentrou-se em eliminar pessoas que politicamente tivessem algum tipo de ligação a João Goulart. A repressão física caiu sobre trabalhadores e camponeses que insistiam em resistir ao Governo ditatorial. O 2º ciclo (1965-1966) foi ao nível de cargos eletivos: fechamento do Congresso, cassações e perseguições políticas. De uma maneira geral, os setores de oposição que vinham sustentando a necessidade da luta armada assumiram posição predominante após o 13 de Dezembro de 1968, data que foi decretado o AI-5. E, de acordo com vários autores, a partir de 1969 começa a fase mais dura da ditadura em termos de violência, tanto no meio rural, como urbano.

Em Janeiro de 1969, Carlos Lamarca que era oficial do 4º regimento de Infantaria com base em Quitaúna, São Paulo, comandou um grupo de oficiais e soldados em assalto ao depósito de armas do regimento. Eles eram membros da organização clandestina Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). São decretados os Atos Institucionais 13 e 14, que diziam que todos os presos políticos trocados por dignitários sequestrados seriam banidos do território brasileiro, tornando também a pena de morte, prisão perpétua e banimento aplicáveis em casos de guerra psicológica, guerra revolucionária ou subversiva. Os atos foram consequência do episódio do sequestro do embaixador dos Estados Unidos, Charles Burke Elbrick (ALVES, 2005). Pela primeira vez um membro do corpo diplomático era sequestrado por guerrilheiros armados na América Latina. Tal sequestro foi organizado pela Aliança Libertadora Nacional (ALN) e pelo Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8) a 4 de setembro de 1969. O fato foi notícia no mundo todo, atraindo as atenções internacionais para a luta armada no Brasil.

No dia 29 de setembro de 1969 também foi instalada a Lei de Segurança Nacional, que constituía a aplicação prática dos argumentos teóricos da ideologia da Segurança Nacional, permitindo que o Estado exercesse total arbítrio no estabelecimento do que constituiria crime contra a segurança nacional. Em 30 de outubro de 1969 é eleito o General Emílio Garrastazu Médici, trazendo o lema Segurança e Desenvolvimento.

1.3 Grupos opositoristas ao governo ditatorial

“Quando a ditadura é um fato, a revolução é um dever”⁴.

Mesmo antes de Abril de 1964, quando eclodiu o Golpe Militar que levou à queda do governo de João Goulart, já existiam algumas organizações partidárias proibidas pela legislação em vigor. Após o Golpe, o governo militar trata de criar um complexo sistema repressivo para combater o que chamava de subversão, reprimindo qualquer atividade considerada suspeita.

Como já se referiu em tópico anterior, inicialmente foi utilizada a “Operação Limpeza”, prendendo e torturando pessoas que lideravam os movimentos sociais de esquerda. O combate ao comunismo era um dos principais argumentos utilizados pelo regime para justificar tais atos. Ainda em 1964 foi criado o Sistema Nacional de Informação (SNI), que

⁴ Extraído do filme “Trem Noturno para Lisboa”, de Bille August.

passa a subordinar todos os outros órgãos repressivos: os centros de informações das três Armas, a Polícia Federal e as polícias estaduais. Com o intuito de agregá-los e compor as suas ações, foi criado o Destacamento de Operações de Informação (DOI), Centro de Operações de Defesa Interna (CODI), instituição que se tornou oficial em 1970 (ALVES, 2005).

No Brasil, na década de 1960, a filosofia marxista vinha com a grande novidade que era a incursão do estruturalismo. Sendo os 15 anos pós-guerra marcados pelo caráter humanista do Marxismo, ou seja, a valorização do indivíduo e seus valores democráticos. Atitude favorecida pela “desestalinização” soviética, defendendo agora um caminho pacífico para a revolução. Em contrapartida, o estruturalismo de Althusser declarava que o humanismo funcionava como um falso problema para o Marxismo, eliminando a subjetividade em favor do objetivismo absoluto. A teoria althusseriana vem afirmar que o marxismo não é ideologia e sim a ciência da luta de classes e da Revolução, ideia que foi bastante bem recebida pelos intelectuais da esquerda no Brasil (GORENDER, 1987).

Nos quatro primeiros anos após o Golpe o número de manifestações, protestos e passeatas aumentava consideravelmente, assim como a pressão do regime, com prisões e torturas a estudantes e pessoas consideradas pelos militares como suspeitas ou subversivas. Falar-se-á, a partir de agora, de alguns desses partidos e organizações que endossaram a luta armada e o Foquismo⁵.

A maioria dos partidos e organizações clandestinas tinha orientação marxista, sendo que quase todos surgiram de dissidências do mesmo tronco, o Partido Comunista Brasileiro – PCB, fundado em março de 1922. O PCB defendia um caminho pacífico para o socialismo, trazendo grandes divisões dentro do partido:

Tais grupos se diferenciam, entre si, em torno de questões chamadas programáticas (como cada organização enxerga a sociedade brasileira e quais mudanças propõem em sua estrutura), estratégicas (qual o caminho geral a ser seguido para chegar ao poder e conseguir aquelas transformações) e táticas (métodos de ação e propostas de conteúdo mais imediato) (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1987, p. 90).

⁵ Foquismo: A esquerda brasileira tomou conhecimento da *Teoria do Foco* (foquismo), desde “A Guerra de Guerrilhas”, 1960, autoria de Che Guevara e de “Revolução na Revolução?”, de Régis Debray, um folheto de 1967. Inserido na “onda” de exaltação da guerrilha rural, Debray afirmava que as cidades são o túmulo da Revolução, chamando os revolucionários urbanos de acomodados burgueses da esquerda. O foquismo tinha como prioridade o foco militar sobre o foco político e o foco guerrilheiro sobre o partido, pois os cubanos faziam críticas ao burocratismo e à corrupção que assolavam certos partidos comunistas. O foquismo influenciou guerrilhas que ferveram na América Latina, nos anos 60: Colômbia, Venezuela, Guatemala, Nicarágua, Argentina e Peru. E em 1967, foi quando Che Guevara aplicou a teoria na Bolívia. Os agrupamentos trotskistas ortodoxos rejeitaram o foquismo e a estratégia chinesa da guerra popular. Continuaram a se inspirar no modelo insurrecional soviético. A prioridade eram as lutas operárias nas cidades sob a direção do partido de vanguarda. Eles defendiam o caminho armado para a conquista do poder, mas recusavam o terrorismo e a luta armada isolada das massas (GORENDER, 1987, p. 80-81).

O Partido Comunista Brasileiro possuía uma estratégia de transição pacífica ao socialismo e já em 1962 ocorre a primeira divisão que deu origem ao Partido Comunista do Brasil (PC do B), que vem declarar seu surgimento em 1922 (ano de surgimento do PCB), mas argumenta que em 1962 passou apenas por uma reorganização. O PC do B acreditava que o caminho para o socialismo teria que ser através da luta armada, motivo esse o causador dessa divisão, uma vez que para o PCB a luta armada era um equívoco no Brasil. Após o Golpe de 1964, o partido sofreu duras perseguições e foi praticamente desmantelado.

O bloco ortodoxo do PCB se reúne em torno de Luís Carlos Prestes, adota uma tática de sobrevivência editando o jornal *Voz Operária* e vincula-se ao MDB, para uma ação parlamentar legal. Segundo relato de Silva (2002), logo após o golpe militar houve bastante pressão dos militares principalmente no Nordeste, pois os militares acreditavam que era onde estaria abrigado o maior centro de atividade do PCB do país. Camponeses e comunistas que atuavam durante o governo de Miguel Arraes foram o principal alvo da repressão. Outro grande rompimento do PCB aconteceu em 1967 quando Carlos Marighella, membro do comitê executivo do partido, rompeu publicamente com o mesmo porque, para ele, a guerra de guerrilha urbana teria que ser a estratégia revolucionária central. A partir daí, ele deixa o partido e sai para fundar a Aliança de Libertação Nacional (ALN), que contou com a adesão de ex-militantes do partido comunista.

Muitos partidos tornaram-se adeptos da revolução socialista como uma etapa presente e não de futuro. A Organização Revolucionária Marxista Política Operária (ORM-POLOP) acreditava na revolução socialista sem precisar passar pela etapa presente a qual era rotulada por este de burguesa, e defendia a tomada de poder via luta armada. A POLOP chegou a realizar três congressos (1961, 1963 e 1964), antes do Golpe. Foi bastante difundida no meio universitário, porém se restringiu muito ao meio intelectual e à produção teórica, o que dificultava sua penetração nos movimentos de massa. O Partido Operário Revolucionário (Trotskista) (POR (T)) era formado por uma geração de jovens intelectuais e estudantes e tinha como fonte inspiradora a revolução cubana. Mesmo com bastantes resultados positivos nos contatos com operários urbanos e rurais, o extremismo em determinadas posições terminou por afastar o POR(T) dos movimentos de massa, que era seu ideal (SILVA, 2002).

O partido Ação Popular (AP) surge em Junho de 1962, ao mesmo tempo em que acontecem grandes mudanças na Igreja Católica a partir do pontificado de João XXIII e do aprofundamento da luta de classes no Brasil. Seus membros tem origem na Juventude Universitária Católica (JUC) e, em 1963, assume sua definição pelo socialismo, porém sem inspiração marxista. Os adeptos se declaram com uma ideologia própria, buscando apoios

doutrinários em pensadores católicos, dando origem à formação de um socialismo humanista. A AP contou com representantes das mais variadas categorias intelectuais como os professores, profissionais liberais, artistas e jornalistas. Desde o início teve a preocupação de ganhar força nos meios operários e dos camponeses, mas foi no meio universitário que se destacou. Já antes de 1964 a AP obteve posição de destaque na União Nacional dos Estudantes (UNE) e em organizações estaduais (ALVES, 2005).

A Aliança Libertadora Nacional (ALN) surge do rompimento de Marighella com o PCB em 1967, defendendo a Guerrilha urbana como principal estratégia. Foi a mais expressiva organização surgida do tronco do PCB e tinha também o nome de Joaquim Câmara Ferreira como liderança. O programa da ALN alterava o “foquismo de Debray” adotando a tática de guerra de guerrilha urbana no lugar de guerra de guerrilha rural, que era tradicionalmente promovida por outros partidos políticos de esquerda clandestina. Em geral, com exceção da ALN, as organizações de luta armada utilizavam-se das suas atividades urbanas apenas como ponto de apoio para o principal esforço que era o preparo e concretização do foco rural, que levasse a guerra de guerrilha do campo. As ações urbanas garantiam fundos e armas que seriam enviados à militância nas regiões rurais. Porém, a maioria dessas organizações nunca chegou à etapa rural, ficando então a etapa da luta armada restrita aos conflitos urbanos (LIMA, 2007).

Segundo Gorender (1987), o pensamento de Marighella teve consideráveis mudanças relacionadas aos ideais do PCB quando ele passou seis meses em Cuba no segundo semestre de 1967. Depois de romper com o PCB ele funda o Agrupamento Comunista, que viria se tornar a ALN. Entre 1965 e 1969, Marighella associou seu dinamismo revolucionário prático a uma forte produção literária com publicações assinadas e não assinadas que delineariam os ideais da ALN. A ALN tinha afinidade com o anarquismo, que era a ausência de direções centralizadoras, sem escalões e que adotaria como estratégias principais a libertação nacional para concluir com o poder socialista, enquanto que o pensamento de Guevara era o socialismo uniforme. Por exemplo, ainda com relação à guerrilha rural, Marighella introduziu mudanças em relação a estratégia *guevarista*, pois partia primeiro da guerrilha urbana, que era a principal tática da revolução.

Clausewitz citado por Harnecker (2012, p. 8) define tática como a “teoria relativa à utilização das forças armadas na ação bélica. Em outras palavras, tática é a atividade que consiste em ordenar e dirigir os diferentes choques que ocorrem no curso de uma guerra”. Ainda sobre a guerrilha rural, Marighella adotou como estratégia as colunas guerrilheiras no lugar dos focos, depois das falhas do foco do Caparaó e de Guevara. Em 1969 ele lança o

Minimanual do Guerrilheiro Urbano, traduzido para várias línguas. A ALN ganhou projeção dentro e fora do país quando em setembro de 1969 sequestrou o embaixador norte-americano, junto com o MR-8, conseguindo libertar 15 presos políticos e divulgar um manifesto lido em cadeia nacional na TV. A militância da ALN tinha 70% dos ativistas da Dissidência estudantil de São Paulo, depois os universitários e por último os operários (ALVES, 2005).

De acordo com Harnecker (2012, p. 26):

Para que uma revolução seja vitoriosa é necessário unir uma maioria absoluta da população para lutar pelas reivindicações dessa revolução [...] muitas das vezes existe uma maioria que está integrada por forças sociais que representam diversos interesses de classe.

Já o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) acreditava que a revolução não podia ser democrático-burguesa, mas popular, destinada a destruir o Estado de classe e construir um governo popular revolucionário. O partido tinha em sua direção, operários, aliados aos camponeses e às camadas empobrecidas. Defendia a luta através da guerrilha rural. Um dos motivos de rachar com o PCB foram as atitudes dos dirigentes através de punições e intervenções consideradas arbitrárias a determinados membros do partido que terminaram por sair. Em Setembro de 1967, após uma reunião nacional da Corrente Revolucionária surge o núcleo de fundadores do PCBR.

O Movimento Revolucionário 8 de outubro - (MR-8) também surge de uma cisão com o PCB, tinha esse nome para lembrar a data de captura de Che Guevara. Defendia a necessidade da construção de um novo partido marxista através da luta armada. Ficou conhecido pelo sequestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, que realizou em conjunto com a ALN, em setembro de 1969, do qual participou.

Gorender (1987, p. 101) justifica que se de todos os fragmentos tivessem chegado a uma conclusão unitária: “o rumo da reorganização, seria um bom começo para estruturar um partido importante pela força de sua militância, mas aconteceu o contrário, prevaleceu a fragmentação e a dispersão em direções diferentes”.

No começo de 1968 havia um visível e declarado descontentamento popular, e nessa ocasião, parte das organizações de esquerda inicia as ações armadas em São Paulo como foi o caso da ALN de Carlos Marighella. Em Junho do mesmo ano aconteceu a passeata dos 100 mil no Rio de Janeiro e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) liderada por Carlos Lamarca lança um carro com explosivos contra o Quartel-General do II Exército, em São Paulo, no Ibirapuera. Logo a seguir, o Comando de Caça aos Comunistas (CCC) revida e ataca o Teatro Ruth Escobar, onde estava sendo encenada a peça Roda Viva, de Chico

Buarque, espancando os atores e destruindo os cenários. Dois dias depois, esse mesmo grupo coloca uma bomba na Associação Brasileira de Imprensa do Rio de Janeiro.

A violência se espalhava indo além do movimento operário e estudantil. Em Outubro do mesmo ano, o XXX Congresso da UNE acontecia em sigilo no interior do Estado de São Paulo, na cidade de Ibiúna, sendo descoberto logo no primeiro dia pelos militares após a denúncia de um morador de perto do sítio onde estava acontecendo o congresso. A tropa da Força Pública cercou o sítio e prendeu cerca de 700 estudantes (Figura 1), que foram levados em ônibus para o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e para o Presídio Tiradentes em São Paulo. Esse fato esfacelou boa parte do Movimento Estudantil, uma vez que muitos líderes foram presos e torturados (NAPOLITANO, 2004).

Figura 1: Estudantes Pernambucanos presos no Congresso da UNE, em Ibiúna, São Paulo em Outubro de 1968.



Fonte: Prontuário Funcional nº 0430 - APEJE-PE

Após o Decreto do AI- 5, em 13 de Dezembro de 1968, encerrava-se o “capítulo” da luta de massas. Algumas organizações como a VAR-Palmares (junção da VPR e COLINA), ALN, Grupo de Trabalho Araguaia (GTA), MR-8, Ala Vermelha e a Dissidência Universitária da Guanabara, ainda conseguiram fazer ações como várias expropriações e assaltos a bancos. Esses fatos eram noticiados nos jornais de forma bastante tendenciosa deturpando a imagem da esquerda revolucionária, tanto é que os militantes passaram a ser chamados de terroristas (PAZ, 2008).

A polícia repressiva do Estado cada vez mais aumentava o cerco e prendia muitos militantes. Muitos desses, sob tortura, pouco a pouco terminavam por denunciar outros

membros das organizações e, assim, os grupos e organizações foram se dissipando. O núcleo de tortura estava associado à Operação Bandeirantes (OBAN) e agia principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo, mas também atuou em outros Estados. Em São Paulo, a OBAN se instalou no 36º Distrito Policial, lugar que se tornou o mais famoso centro de tortura no Brasil (ALVES, 2005).

De acordo com Napolitano (2014), o sequestro do embaixador dos EUA foi apenas uma desculpa para a liberação do aumento da repressão, e daí em diante o período fica conhecido como ‘anos de chumbo’. O ano de 1969 foi de crise política causada pela doença do Presidente Costa e Silva, pois diversos grupos militares eram divergentes quanto à política econômica e também à maneira como estava sendo conduzida a repressão à guerrilha, o que causou confusão na escolha do sucessor. Enquanto isso, organizações de esquerda cresciam e o nome de Mariguella triunfava na mídia como símbolo de guerrilheiro, temido e admirado ao mesmo tempo. Em eleições direta e restrita apenas a gerais, o General Emílio Garrastazu Médici é eleito novo presidente do Brasil e assume em 1969.

Algumas ações de guerrilha também tinham como objetivo a arrecadação de dinheiro para a criação das redes de infraestrutura para poder manter as organizações, visto que seus membros viviam na clandestinidade. A tática era de que todos os grupos teriam que passar para a fase de “guerrilha rural”, que os militantes consideravam ser essencial para a luta contra o regime. Em 1969, acontecem os sequestros de diplomatas em troca do exílio de presos políticos, também ficou marcado pela morte de vários quadros importantes das organizações clandestinas ou pelo seu desaparecimento. O PC do B seguia com a estratégia de guerrilha rural na região do Araguaia desde 1967, núcleo que foi descoberto em 1972, tendo sido eliminados praticamente todos os seus membros.

Alguns fatos como a derrota no processo das reformas, a queda rápida do governo constitucional e a perda de ação política perante as massas e camadas populares levaram as esquerdas a refletirem. Muitos questionamentos surgiram a partir da visão dos militantes em torno do que falhou, e logo dois culpados foram apontados: um foi do ex-presidente João Goulart, considerado conciliador e frágil como líder político, fato já refletido aqui no início do capítulo. O outro foi o PCB, a maior organização de esquerda que defendia uma revolução pacífica e democrática, o que lhe ocasionou a perda de espaço entre as massas e a própria militância que rompe e faz surgir várias dissidências dentro da própria esquerda.

Harnecker (2012) afirma que para o entendimento de uma situação política e comandar um movimento revolucionário das “forças sociais” é necessário fazer um estudo exato das forças que se enfrentam. Tomando como exemplo a revolução burguesa na Rússia

em 1905, a autora questiona como estavam agregadas umas contra as outras e o grau de consciência de cada classe e como tal situação era capaz de influenciar umas as outras.

1.4 A força do movimento estudantil

Dentro do contexto oposicionista, o movimento estudantil (M. E.) foi um dos mais atuantes e um dos que mais resistiu ao regime ditatorial instalado. O movimento teve um grande crescimento após 1964, ganhando respaldo e simpatia da população e sendo capaz de aglutinar outros grupos de resistência nas suas atividades de combate e apoio de vários setores da população, como da classe artística, professores, operários, entre outros.

De acordo com Albuquerque (1977), o M.E. sempre marcou presença no cenário político latino-americano. Muitos dirigentes políticos que fizeram história iniciaram a vida política no movimento estudantil, como foi o caso de Salvador Allende, no Chile. Para o autor, “o meio estudantil aparece como o único setor de camadas médias urbanas organizado politicamente”, ou seja, é uma força capaz de neutralizar e mobilizar qualquer projeto político das classes dirigentes.

Albuquerque (1977) ainda afirma que três fatores explicam a participação dos estudantes nos movimentos sociais recentes na América Latina: **primeiro**, porque o M.E. obteve reconhecimento institucional, chegando a ser no Brasil legalmente oficializado, foi capaz de organizar suas bases, formar quadros, escolher dirigentes. O que fazia com que os estudantes escolhessem suas próprias reivindicações, sendo elas, econômicas, políticas ou culturais; **segundo**, porque foi a organização partidária ou semi-partidária que esteve presente em vários órgãos do M.E. (diretórios estudantis e grêmios, por exemplo), pois qualquer movimento que quisesse se expressar dentro do M.E. precisaria se organizar para influenciar na formação de cargos, isso fazia com que algumas organizações clandestinas, durante o período ditatorial, mantivessem relações diretas com líderes estudantis e vice-versa; **terceiro**, foi o fator “alianças”. Ao mesmo tempo em que mostravam autonomia interna e eram coerentes diante das autoridades universitárias e governamentais, a luta ideológica e a representação partidária, muitas vezes levavam o M.E. à necessidade de forjar alianças para que houvesse representação estudantil.

Diante desses fatores, não foi difícil que o M.E., muitas vezes, fosse chamado para apoiar determinados projetos políticos. No Brasil pode-se citar o exemplo da UNE, criada em 1937, que esteve sempre presente nos acontecimentos não só estudantis, mas também políticos vivenciados no país. Logo depois do surgimento da UNE foram criadas as Uniões

Estaduais dos Estudantes (UEEs), que representavam a entidade a partir de cada Estado. Nas faculdades, surgiram os grêmios e os centros acadêmicos (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1987).

Na década de 1960 a UNE teve um papel fundamental para o estabelecimento de uma unidade de ação na política estudantil em nível nacional, apesar de todas as divergências que existiam entre as lideranças das entidades menores. Foi uma década marcada por um grande aumento do número de estudantes universitários em nível mundial, porém as universidades não tinham uma estrutura física, organizacional e intelectual para receber tal influxo. O Brasil tinha, em 1965, 155.781 estudantes universitários, ocasionando o surgimento de um novo grupo social. É a partir daí que vai se formar mais da metade do contingente das organizações de esquerda que militaram durante o período em que os militares estiveram no poder (SILVA, 2002).

Em 1964, a UNE deu total apoio às campanhas em prol das “reformas de base”, também apoiadas pelo Governo de João Goulart. Grupos conservadores a favor do golpe de Estado apontavam a UNE como uma das “sete cabeças do dragão comunista”. Após o Golpe, a sede da UNE no Rio de Janeiro foi ocupada, saqueada e queimada por elementos golpistas, através do CCC, organização paramilitar de direita.

Alguns estudantes que militavam na ala da esquerda acreditavam que o Socialismo viria por etapas. Outros, através da guerra popular prolongada. A geração de 1960 acreditava numa transformação iminente no mundo, ideal que ultrapassava fronteiras e oceanos, atingindo tanto países socialistas, como capitalistas. Na mesma época, a rebelião estudantil denunciava os malefícios produzidos pela sociedade industrial. Dentre as principais propostas elaboradas pelos estudantes no Brasil citadas na década de 1960 estavam: a democratização do ensino, o ensino gratuito e voltado à cultura nacional. É importante destacar a participação dos estudantes nas assembleias das escolas, pois se acreditava que a Reforma Universitária refletiria os objetivos dos estudantes (SILVA, 2002).

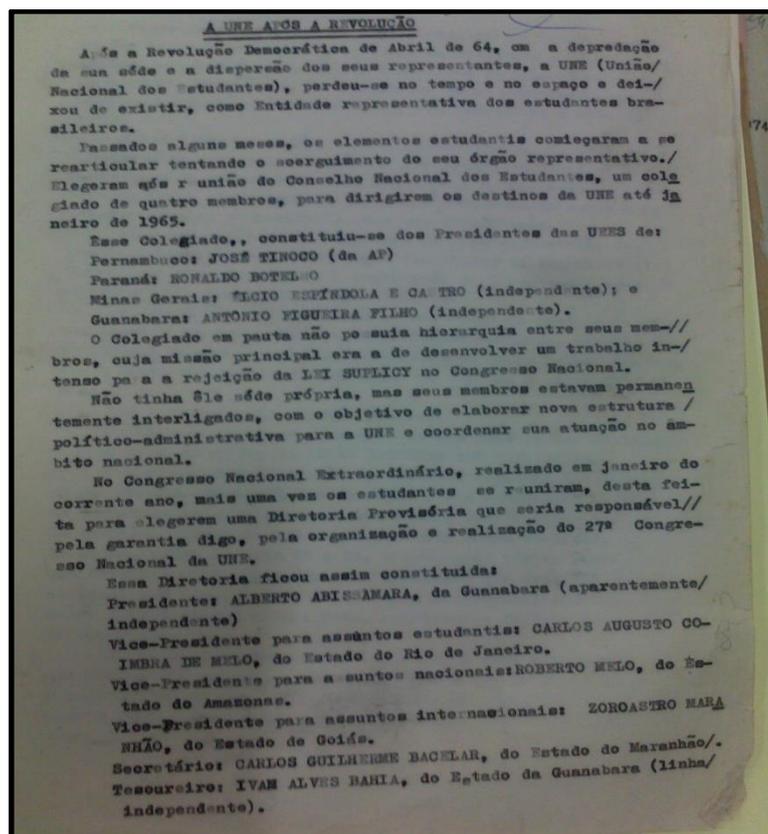
Em 9 de novembro de 1964, é aprovada a Lei Suplicy⁶ (em alusão ao Ministro Flávio Suplicy de Lacerda) que vem colocar a UNE na ilegalidade, e também as Uniões Estaduais de Estudantes. A lei não teve êxito, pois vários segmentos estudantis se uniram para lutar pela sua revogação. A oposição foi tão forte e intensa que levou Castelo Branco a revogá-la. Em 1965, ela é finalmente implementada com o objetivo de expurgar qualquer tipo de

⁶ A Lei Suplicy teve um efeito positivo, que foi o de aglutinar novamente os estudantes porque logo a seguir o golpe, houve um esfacelamento do M.E., devido às perseguições de seus líderes. Foi uma fase de reorganização do movimento para a luta a favor da revogação da lei. Ver mais em O Poder Jovem (POERNER, 2004, p. 212-213).

organização estudantil e despolitizar o ambiente nas universidades. Para isso, foram criados os Diretórios Acadêmicos (DAs), que tinham supervisão das assessorias de segurança das Universidades, mas a UNE boicotou as eleições desses diretórios. No entanto, as antigas entidades reivindicadas pelos alunos não foram legalizadas, ao contrário, foi proibida a existência de qualquer órgão que articulasse os estudantes em nível regional ou nacional. Mesmo assim, a UNE e as Uniões Estaduais continuaram suas atividades ilegalmente até o decreto do AI-5 (SILVA, 2002).

No Prontuário nº 7.458 da APEJE (Figura 2) foi encontrado um relatório de 18 páginas com o título “A UNE após a Revolução”, que foi apreendido pelo centro de informações da Marinha, com data 10/08/65. Alguns tópicos merecem destaque, como por exemplo, aparece o termo “estudantes profissionais” que, de acordo com a análise, referem-se aos estudantes que passavam anos nas universidades, atrasavam a conclusão do curso, e alguns alternavam até entre vários cursos para fazer política estudantil.

Figura 2: Relatório A UNE após a Revolução



Fonte: Prontuário Funcional 7.458. APEJE-PE, 1965.

Outro documento do mesmo prontuário tem um panfleto da UNE referente à Lei Suplicy (UNE), onde descreve a lei completa e ao final tem o posicionamento contra da UNE em relação à lei, mas no texto a UNE afirma que mesmo sendo contra fará uma consulta

direta aos estudantes. No referido prontuário ainda existia um documento do Presidente da Academia Pernambucana Estudantil de Letras (APEL), Artur de Andrade, endereçado ao delegado da Secretaria de Segurança Pública (SSP) denunciando alguns estudantes. E ainda, um documento do Presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE), Djair Barros Lima, com data de 13 de maio de 1965, afirmando que por causa das suas posições assumidas em relações aos estudantes de Engenharia, vem recebendo ameaça. Ele cita alguns estudantes que o estão ameaçando, entre eles, Mardo (vice-presidente do Diretório de Engenharia), Ruy Frazão, José Maria e Renato (APEJE, 1965?).

Grosso, Zaidan Filho e Machado (2008) definem em duas as concepções do Movimento Estudantil nos anos 1960: o período populista, antes de 1964, e o Movimento Estudantil de 1968, gerador de uma intensa discussão sociopolítica em que a questão universitária não foi o tema principal. Após o Golpe, o movimento estudantil em Pernambuco, por exemplo, era dividido em manifestações de direita e esquerda. Foram registradas manifestações de apoio ao recém-instalado Regime Militar, mas ao promover ações objetivando concretizar a reforma universitária, os estudantes conheceram a face autoritária do regime. Nesse momento, o discurso dos líderes estudantis de esquerda começou a ganhar estatuto de verdade e, conseqüentemente, apoio entre os estudantes da direita (SILVA, 2002).

De acordo com o depoimento de Aécio Gomes de Matos, ex-aluno de Engenharia na Escola de Engenharia de Pernambuco da UFPE e membro da UNE/PE, ele afirma que a presença do PCB foi bastante ativa no estado, influenciada por Gregório Bezerra e Paulo Cavalcanti. Mas o movimento católico também foi bastante importante, que tinha como liderança Dom Hélder Câmara. Contribuíram também a Juventude Operária Católica (JOC) e a JUC. Será explanado mais detalhadamente esse assunto no segundo capítulo, que tratará do contexto histórico no Estado de Pernambuco (MACHADO, 1977).

Em 1966, os estudantes voltaram às passeatas e manifestações contra o sistema de ensino que o Governo Militar queria impor. No acordo realizado entre o Ministério da Educação (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID), para tornar o ensino universitário pago, e principalmente, pela USAID, o objetivo de consolidar a dominação ideológica e cultural dos EUA no Brasil e na América Latina⁷. Como relata Fernandes Júnior (2004), em meados de setembro, oito faculdades de São Paulo e cinco do Rio de Janeiro entraram em greve contra a política ditatorial. No dia seguinte, os protestos

⁷ Acordo MEC-USAID: Ver mais detalhes do programa no livro *O Poder Jovem*, de (POERNER, 2004, p. 214-231).

foram em Belo Horizonte, e logo depois as greves e manifestações se espalharam pelo país, movimento que ficou conhecido como a “Setembrada”.

O dia 22 de Setembro de 1966 ficou denominado como o Dia Nacional de Luta contra a Ditadura, o que gerou protestos por todo o país. Tais protestos também serviram para denunciar a violência contra estudantes, solicitar mais verbas para as universidades públicas, entre outros. Também foi nesse ano que os estudantes pregaram o voto nulo para as eleições no Legislativo, pois em 11 estados haveria ainda eleição direta para os governos, como já foi aqui citado.

Poerner (2004, p. 241) comenta que 1966 foi um ano muito importante para o M.E., porque houve uma transição da temática das liberdades democráticas para “a denúncia da intervenção norte-americana na educação e em outros setores da vida nacional”. Às vésperas do 29º Congresso da UNE, em 1967, foi formada a Frente Universitária Progressista (FUP), pela União Estadual dos Estudantes (UEE) da Bahia e de Pernambuco, sob a alegação de que a UNE havia se tornado um monopólio de forças políticas.

A FUP tinha os seguintes lemas: a reconquista dos direitos, o fortalecimento e a democratização da UNE, em defesa dos interesses dos estudantes e da universidade, das liberdades democráticas e direitos do povo (POERNER, 2004). Porém, havia uma divergência tática entre os estudantes, alguns deles estavam mais preocupados com a formação de grupos menores e coesos, ou seja, com critérios qualitativos e com pensamento direcionado à luta armada; e outros davam ênfase à quantidade, ou seja, na conscientização popular, de massa, por acreditarem na originalidade do processo revolucionário brasileiro.

No Prontuário nº 29. 819 do APEJE foi encontrada a edição nº 34 Setembro de 1967 do Jornal Combater, o qual exibe uma nota sobre o Congresso da UNE:

Por enquanto resta-nos para o Movimento Estudantil, a perspectiva apresentada pelos comunistas, que surgiu de uma análise conseqüente do que seja a pequena burguesia – de suas vacilações e limitações de classe e de seu papel auxiliar no processo revolucionário – e que se consubstanciou na apresentação de um programa visando unir, fundamentalmente, as grandes massas do meio universitário. Vamos levá-la avante (APEJE-PE, 1967).

O Jornal ainda relata a ação do Congresso da UNE em São Paulo e coloca o posicionamento do Jornal em relação ao M.E.: Congresso da UNE: Uma vitória sobre a ditadura, Autor: Ciro:

Enquanto isso, calmamente, revelando extraordinário avanço em seu grau de mobilização e organização, os estudantes brasileiros – cômicos de que canalizavam para si as aspirações democráticas de todo um povo se movimentaram nas ruas de São Paulo, transmitindo pontos, recebendo delegações, ultimando preparativos para a fase inicial do congresso. [...] No

fato de não se ter encontrado, apesar dos esforços feitos, pelos comunistas lá presentes, um ponto de vista unitário para o encaminhamento das questões no Movimento Estudantil. A própria ação do governo ditatorial e o aparente avanço do imperialismo no mundo determinam entre os estudantes, no geral, integrantes da pequena-burguesia, uma série de posições inconsequentes, de incompreensões acerca do rumo a ser dado à revolução, do papel que nela cabe a cada setor e às classes que dela participam. A proletarização crescente da pequena-burguesia, motivada pela ação objetiva da ditadura, tende a levá-la a uma radicalização inconsequente e a superestimar a sua força no processo revolucionário. Resulta na tendência que quer ver a pequena burguesia superposta ao proletariado e este fato constatou-se no congresso [...]. As forças políticas [...] não chegaram a apresentar um programa de lutas adequado ao Movimento Estudantil. Consumou-se a tentativa de transformar a UNE em um partido político, o que levará a um afastamento progressivo da massa atuante na Universidade (APEJE-PE, 1967).

O Prontuário nº 1.729 do APEJE possuía um documento da Delegacia de Segurança Social com data de 04 de janeiro de 1968 com a citação de flagras de estudantes jogando panfletos e boletins subversivos e foram apreendidas faixas com dizeres considerados subversivos pela polícia, assim como insultos aos dirigentes da nação. No mesmo documento menciona que foi descoberto o aparelho do Jornal Combater (PCB) e muitos relatórios de pessoas que denunciavam ações militantes.

1.5 O ano de 1968 que ficou para sempre

[...] How many roads must a man walk down
 Before you can call him a man?
 How many seas must a white dove sail
 Before she sleeps in the sand?
 Yes, and how many times must cannonballs fly
 Before they're forever banned?
 The answer, my friend, is blowin' in the wind
 The answer is blowin' in the wind [...]⁸.

[...] Quantas estradas um homem precisará andar
 Antes que possam chamá-lo de homem?
 Quantos mares uma pomba branca precisará sobrevoar
 Antes que ela possa dormir na areia?
 Sim, e quantas balas de canhão precisarão voar
 Até serem para sempre banidas? [...]

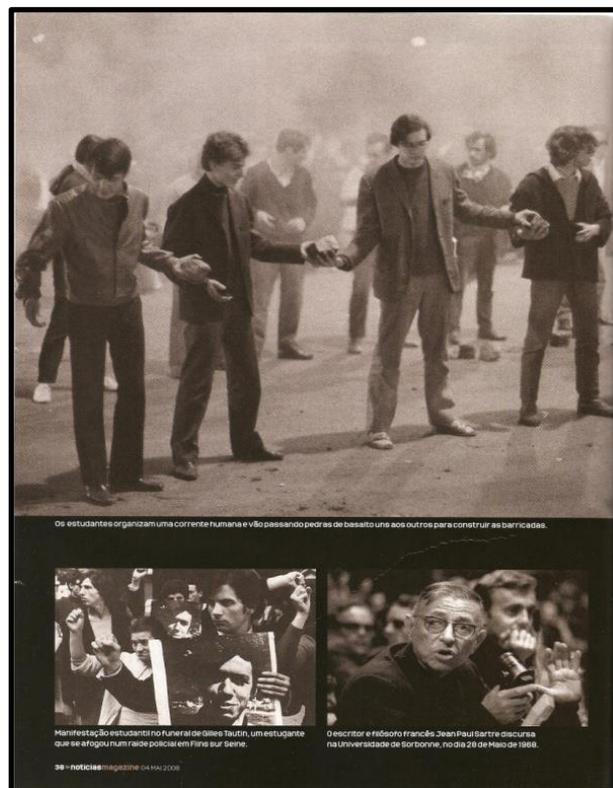
Como afirma Kurlansky (2004), existiram outros anos de Revolução em várias partes do mundo como, por exemplo, 1848. Com a diferença que esse ano foi restrito à Europa, assim como é possível citar também a Segunda Guerra Mundial. Mas 1968 foi diferente

⁸ Trecho da canção Blowin' in the Wind, Bob Dylan, 1963.

porque vários países passaram por diversas transformações ao mesmo tempo, desde as lutas estudantis a grandes mudanças sociais, políticas e culturais. Surgiram muitos movimentos e o lema era ser anti-autoritário, ou seja, havia um profundo desgosto pelo autoritarismo, os rebeldes rejeitavam a maioria das instituições, dos líderes e partidos políticos.

A França foi a precursora ou um dos países que mais influenciou e inspirou grande parte do movimento em outros lugares, fazendo 1968 tornar-se um dos anos mais importantes do século XX e referência para as gerações seguintes. Foi um ano que trouxe grandes mudanças em diversos setores, abrindo novas discussões e permanecendo para sempre na memória não só daquela juventude, mas com sua importância histórica para o mundo. Como diz o título de Ventura (2008a) foi realmente “o ano que não acabou”. Esse tópico pretende retratar o que aconteceu em várias esferas, tanto política, social, econômica e cultural em diversos países, e como foi possível essa coincidência de fatos, protestos e movimentos ao mesmo tempo entre países tão distantes.

Figura 3: Paris, Maio de 1968.



Fonte: Catálogo “Direito à Memória e a Verdade”, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Governo Federal - (BRASIL, 2009).

A sociedade francesa não atravessava nenhuma crise econômica, política ou militar, porém o desejo revolucionário se tornou mais marcante que a própria situação revolucionária. Matos (1981) questiona em seu livro “As barricadas do Desejo”, o que realmente se passou

em 1968: Levante? Revolta? Revolução?, e afirma que o Maio de 1968 não pode ser entendido em sua generalidade, pois seria perdido em sua atualidade e originalidade. A autora também concorda que o Maio parisiense não foi um fato isolado, até porque diversos países tiveram seu Maio de 68, e não havia nenhum centro de direção clandestino, havia uma simultaneidade, mas não uma direção.

As reivindicações acadêmicas passam ao plano político. Os estudantes reclamam a liberdade de manifestantes presos, a punição dos responsáveis pela repressão e, por fim, a mudança nas estruturas políticas. A Universidade ocupada tem um significado para os estudantes, pois é um local de reunião e discussão. A Sorbonne em Paris é o símbolo da cultura francesa e do ensino conservador, e este símbolo é transformado em centro geométrico do movimento. Estudantes em Nanterre resolveram entrar em greve por motivos relacionados à Universidade, como a liberalização dos estatutos, as reformas dos cursos, a construção de uma residência estudantil, e ainda, contra a intervenção dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã. A classe operária francesa deu total apoio aos estudantes e, aproveitando a ocasião, reivindicaram pela redução da jornada de trabalho e melhores salários. No entanto, o movimento foi interrompido quando o presidente Charles de Gaulle, antecipando as eleições, sai vitorioso, com o apoio da classe média urbana e rural (MATOS, 1981).

O conflito teve início a nível cultural, depois político e em seguida econômico, e a ciência começou a ser questionada. Estudantes entram em conflito contra os aparelhos de integração, manipulação e agressão. Eles recusam o que chamam de imperialismo mistificante da ciência, ou seja, no entendimento dos jovens, segundo Matos (1981, p. 20): “para que a ciência e a técnica sejam liberadoras, é preciso que se modifiquem sua orientação e seus objetivos atuais dos meios de destruição sociais”.

Inspirados no Pensamento de Marcuse, “não são a tecnologia, a técnica e a máquina que exercem a dominação”, mas sem a autoridade dos senhores que especificam o número, a duração da existência, o poder e até a significação na vida dos homens, ou seja, se a ciência e a técnica estão a serviço da mercadoria, o saber está a serviço do poder (MATOS, 1981).

Nos Estados Unidos surgiram diversos movimentos pelos direitos civis, movimentos feministas e movimentos contra a Guerra no Vietnã. E em países como França, Itália e Brasil crescem movimentos operários e estudantis. Kurlansky (2004) argumenta quatro fatores que serviram para criar o 1968: o movimento pelos direitos civis, que na época era recente e original, fazia os jovens sentirem-se diferentes, e a partir daí eles começam a rejeitar todas as formas de autoridade, servia como uma afirmação para a classe jovem. A música citada no início deste tópico de Bob Dylan, “*Blowin’ in the Wind*”, tornou-se um dos principais hinos

nos movimentos pelos direitos civis. Essa mesma juventude abraçou a causa contra a Guerra no Vietnã e em todo o mundo jovens mostravam sua insatisfação contra a presença americana no Vietnã.

Tudo isso ocorre justamente no momento em que o veículo de comunicação Televisão ganhava proporção, mas ainda era suficientemente novo para não ser controlado por empresas que defendem determinados interesses como nos dias de hoje. Jovens em várias partes do planeta assistiam a proliferação dos diversos movimentos e se identificavam. Ao mesmo tempo, Marshall Mc Luhan, filósofo canadense, surge com o termo “aldeia global”, que representava justamente aquele momento em que inovações tecnológicas tendem a encurtar distâncias reduzindo todos a uma mesma aldeia, e que dessa forma todas as pessoas estariam interligadas.

A primavera de 1968 foi marcada por um levante de protestos em diversos países: nos EUA cerca de 30 escolas se rebelavam e os estudantes não se contentavam apenas em passeatas, normalmente eles preparavam uma ação, como a tomada de prédio da Escola ou Universidade. O movimento estudantil pela paz em Colúmbia promoveu o boicote das aulas durante um dia inteiro, em protesto contra a Guerra no Vietnã. Na primeira semana da primavera, aproximadamente 1000 estudantes passaram a controlar o prédio da Universidade Howard, a principal universidade negra nos EUA. O protesto era contra a falta de cursos sobre história negra no currículo.

Na Itália não foi diferente, estudantes também protestavam contra as más instalações na Universidade de Roma, colocando uma longa bandeira vermelha de um prédio ao outro. A Universidade ficou 12 dias fechada devido à violência, pois 200 estudantes ficaram feridos no primeiro dia. Professores e funcionários juntaram-se aos estudantes contra a brutalidade policial. Na Alemanha, uma associação estudantil alemã que representava 300 mil estudantes alemães uniram-se em protesto contra a Guerra do Vietnã, depois passaram a questões alemãs, como por exemplo, o reconhecimento da Alemanha Oriental (KURLANSKY, 2004).

A Universidade de Madri iniciou fechada na primavera devido às manifestações estudantis contra o regime fascista que, em Abril, aprovava uma missa em memória de Adolph Hitler. No Japão, estudantes também protestavam contra a presença da máquina militar americana engajada na Guerra do Vietnã. A juventude japonesa era uma geração anti-militarista. A organização *Zengakuren*, que era a Federação Nacional das Associações Estudantis, efetuava várias ações de protesto, muitas vezes violenta e o governo chegou a encaminhar a aprovação de leis de segurança repressivas para controlar a *Zengakuren*. No Reino Unido, os estudantes protestavam também contra a Guerra do Vietnã, mas

posteriormente focaram-se nas questões locais, como a quantidade de bolsas do Governo para a Educação e o controle nas Universidades (KURLANSKY, 2004).

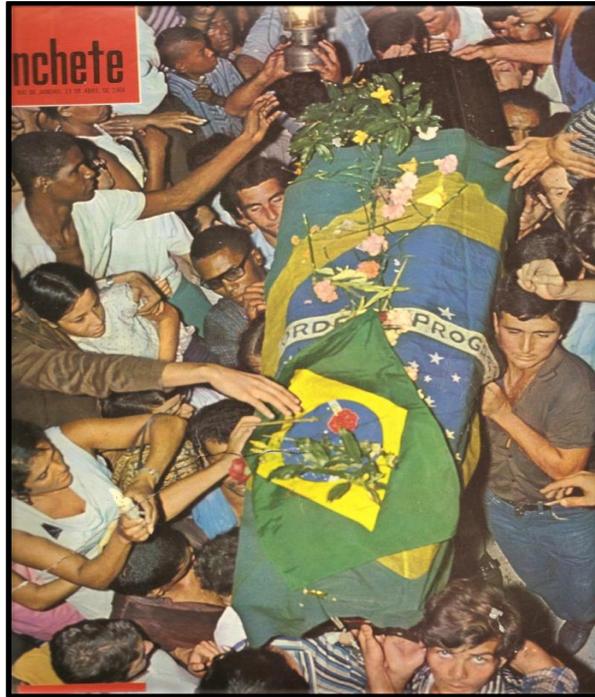
Havia uma nova maneira de reivindicar, que era outra cultura que não se mistura com a violência e a arbitrariedade da autoridade, e ainda introduz um elemento estético na contestação. O Movimento Hippie é um exemplo que quem tem as vozes são os poetas e escritores, é onde a arte entra no lugar da política, o *flower power* lança flores contra a polícia armada (MATOS, 1981).

No Brasil não foi diferente, já nos primeiros meses de 1968 a impressão que dava é de que havia certa abertura política mesmo com o sistema ditatorial. Essa sensação de democracia provocou uma onda de otimismo, fazendo com que muitos esquecessem o medo e assim começaram a surgir manifestações em prol da liberdade: jornalistas denunciavam as injustiças em seus artigos; editores lançavam livros sobre a realidade nacional; padres promoviam debates nas igrejas e escolas. Nesse momento, a música popular foi um dos principais meios de protesto. São canções, como a clássica Caminhando, também intitulada de Para não dizer que não falei das flores, do cantor Geraldo Vandré, que depois da sua apresentação no Festival Internacional da Canção, no Maracanãzinho, no Rio de Janeiro, torna-se o hino das passeatas de protesto (NAPOLITANO, 2004).

De acordo com Groppo, Zaidan Filho e Machado (2008), 1968 fez surgir uma nova esquerda voltada não só para a justiça social, mas para valores libertários do indivíduo e para a defesa do meio ambiente.

Foi também em Março de 1968 que aconteceu a trágica morte do estudante Edson Luís (Figura 4), assassinado por uma patrulha da Polícia Militar, no Rio de Janeiro, em pleno protesto contra a má qualidade da comida no Restaurante Universitário Calabouço. Esse episódio fez crescer ainda mais, nas principais capitais do país, aumento de passeatas e protestos contra a violência policial desordenada. Foi a partir desse acontecimento que o M.E. começou a crescer de maneira rápida e inesperada, comparada ao apogeu de Setembro de 1966. Em contrapartida, isso trouxe um endurecimento maior da repressão policial.

Figura 4: Enterro do estudante Edson Luís, morto em protesto no Restaurante Calaboço, R.J., Março de 1968.



Fonte: REVISTA MANCHETE, 1968.

O primeiro de Maio de 1968 no Brasil foi marcado por diversas passeatas e protestos encabeçado pela classe trabalhadora, principalmente a operária, voltando com toda força depois da repressão Pós-64 que prendeu parte dos seus líderes por todo país. Em Junho, no Rio de Janeiro, acontece a maior passeata da história do país, a **passeata dos Cem mil**, como ficou conhecida. Estudantes, padres progressistas, operários, intelectuais, donas de casas, pertencentes a várias classes sociais juntavam-se e realizaram cinco dias de protestos depois da **sexta-feira sangrenta**.

Segundo análise de Poerner (2004, p. 252), a respeito dos acontecimentos estudantis de Setembro de 1966, “as lideranças não souberam promover um recuo organizado, para a acumulação de forças”, e isso acarretou consequências relevantes, dentre elas as lutas estudantis que não assumiram um caráter nacional, a rearticulação de direitistas nas Universidades, o desinteresse pelas eleições com um aumento em abstenções em Agosto de 1967 e os resultados pouco convincentes do 29º Congresso Nacional dos Estudantes, onde muitos delegados voltaram a dar preferência às bandeiras de lutas estudantis do que às político-revolucionárias, atitude considerada pelo autor imatura e infantil e que ajudou a enfraquecer o movimento, apesar do Congresso ter conseguido maior representação de estudantes do que o anterior.

Como bem disse Ventura (2008a, p. 18): “a nossa história começa com um réveillon e termina com algo parecido a uma ressaca”⁹. É assim que o autor relata no clássico “1968, o ano que não terminou”, que sua geração “foi com paixão à luta, dando a impressão de que estava disposta a entregar a vida para não morrer de tédio”. Ele afirma que existe uma lembrança de longe no imaginário coletivo onde alguns rotulam como uma geração de heróis, outros como um “bando de porralocas”, expressão pejorativa bastante utilizada para designar pessoas como “irresponsáveis ou não estavam preocupadas com o momento atual”. O autor afirma que a história de 68 é um período bastante rico e diversificado para ser entendido a partir de uma só visão.

O período que vai de 1964 a 1968, além da efervescência política vem a ser também de grande vigor cultural e artístico. Havia uma relativa liberdade de criação e expressão, mesmo com toda vigilância do regime autoritário. Artistas e intelectuais procuravam respostas sobre o porquê da derrota, referindo-se ao golpe militar. Os artistas atingiam apenas a classe média consumidora de cultura, já que as ligações que havia com operários e camponeses foram desfeitas pela repressão do governo ditatorial (FREITAS, 2005).

A consciência social se transformava em prioridade de luta contra o regime militar e a cultura passou a ser supervalorizada, pois era um dos poucos espaços de atuação da esquerda. Essa mudança de comportamento no modo de expressar coincide com os casos relatados à autora dessa dissertação quanto ao uso da comunicação clandestina. No terceiro capítulo, serão abordados mais claramente os diversos tipos de mensagens justamente das fases (1964-1968) e no Pós-AI 5 (a partir de 1969). Enquanto que na primeira fase era possível algum tipo de expressão política e cultural, na segunda, foram necessárias mudanças no modo de emitir a mensagem entre os militantes, além do uso da criatividade.

Música e TV foram dois fortes símbolos da moderna indústria cultural brasileira. Nos idos anos 1950 a televisão era acessível apenas às camadas mais ricas, já a partir de 1962, com o uso do videoteipe, houve uma proliferação de programas que passaram a penetrar na casa dos brasileiros com sucesso: O Fino da Bossa, que mostrou Elis Regina ao conhecimento do público, tornando-se símbolo da moderna MPB, as novelas diárias também tiveram grande impacto como O Direito de Nascer exibida em 1964, e ainda muitos outros programas começaram a fazer parte do dia a dia dos brasileiros, como Noite de Gala, Clube dos artistas, Flávio Cavalcante, Hebe Camargo etc. É nesse contexto que surgem os festivais da canção, a

⁹ Trecho extraído de Zuenir Ventura em “1968, o ano que não terminou”.

partir de 1965, trazendo outros públicos para o veículo, criando harmonia entre a qualidade e a popularidade (ARAÚJO, 2007).

Entre 1966 e 1968, os festivais de música tornaram-se o principal veículo de manifestação da canção dita como engajada e nacionalista. São muitas as histórias clássicas desses festivais, como o final épico em Outubro de 1966, no II Festival de MPB da TV Record entre Chico Buarque com A Banda e Geraldo Vandré e Theo de Barros com Disparada, fazendo o júri decidir as duas como campeãs. Ambas traduziam e representavam o momento da realidade brasileira, e havia um público que apreciava essa resistência cultural ao sistema ditatorial militar, uma resistência que enaltecia elementos culturais nacionais e populares, é nesse momento que se consagra o termo MPB (Música Popular Brasileira). Segundo Napolitano (2004), a televisão proporcionou um alargamento da faixa etária consumidora de MPB renovada, lembrando que até o programa O Fino da Bossa tinha um público basicamente familiar.

O ano 1967 foi marcado pela popularidade da arte que se dizia “engajada”. Em vários meios como no cinema, música, teatro e televisão, dava a impressão que o país havia se tornado de esquerda. Tal fenômeno cultural contrastava com a realidade política do país, pois o controle aumentava com um regime que demonstrava querer permanecer no poder, acabando com a esperança daqueles que ainda acreditavam que a ditadura seria apenas transitória. Foi o ano em que a esquerda se dividiu entre os que acreditavam na luta política, ou seja, uma luta pacífica, e aqueles que romperam com os seus partidos para defender a luta armada.

Com o regime militar cada vez mais firme e uma esquerda também mais empenhada e disposta a radicalizar a luta contra os militares, Napolitano (2004, p. 60) diz que a cultura vem novamente a sofrer um paradoxo: “a arte engajada (música popular e teatro) e os intelectuais de esquerda desfrutaram de cada vez mais espaço e prestígio na mídia e na indústria cultural, mas ao mesmo tempo se isolavam cada vez mais do contato direto com as classes populares”.

No cinema, por exemplo, o grande destaque foi Terra em Transe, de Glauber Rocha, no Teatro a peça O Rei da vela, dirigido por José Celso Martinez Correa e na música Chico Buarque lança Roda Viva, rompendo a imagem de bom moço. Porém o grande impacto da MPB em 1967 foi com Alegria, Alegria de Caetano e Gilberto Gil com Domingo no Parque. O uso de guitarras elétricas quebrando as regras da MPB nacionalista, além de inovações nas letras e na performance dos artistas, marcaram as duas obras. Eram os primeiros sinais de que 1968 viria carregado de inovações e muita irreverência, trazendo com ele o movimento Tropicalista como o grande protagonista.

O ano de 1968 traz o Movimento Tropicalista atingindo diversas áreas artísticas, como as primeiras obras citadas acima, e com a divulgação de um manifesto intitulado “Cruzada Tropicalista” escrito por Nelson Mota e publicado no Jornal Última Hora no Rio de Janeiro. O nome Tropicália surge a partir de uma obra de Helio Oiticica, montada em meados de 1967 no Museu de Arte do Rio de Janeiro, servindo de inspiração para uma canção homônima de Caetano Veloso (*apud* SILVA; AZEVEDO, 2007, p. 6): “o monumento não tem porta, a entrada é uma rua antiga, estreita e torta, e no joelho uma criança feia e morta, estende a mão”. Enquanto a esquerda nacionalista tentava atuar na questão de superação histórica dos males da origem e elementos arcaicos da nação, o tropicalismo nascia resgatando e assumindo esses elementos, como fez Caetano citando a carta de Pero Vaz de Caminha tendo como fundo musical os sons de uma floresta tropical e indígenas.

Napolitano (2004, p. 63), defende que o Tropicalismo foi um conjunto de “elementos diversos e fragmentados da cultura brasileira”, nacionais e estrangeiros, modernos e arcaicos, eruditos e populares, indo buscar a antropofagia de Oswald de Andrade em 1920, a “deglutição de elementos estéticos, que aumentam sua força criativa”. A única coisa que se pode afirmar é que o tropicalismo nunca foi um movimento com unidade, pelo contrário, havia um conjunto de opções estéticas e ideológicas bem heterogêneas. E foi na música que o tropicalismo obteve maior êxito com o público e fama, com o lançamento do LP “Tropicália ou *Panis et Circensis*”, em Agosto de 1968.

O disco era uma fusão de sons, gêneros, citações poéticas, tudo isso com canções assinadas por Gil, Caetano, Torquato Neto, Capinam e Tom Zé. O repertório passava por Frank Sinatra a Beatles, tudo isso sem o mínimo de coerência sistêmica. A música foi sucesso no Festival Internacional da Canção, e mesmo sendo a favorita, porém detestada pelos militares, a grande campeã foi Sabiá, de Tom Jobim e Chico Buarque. Esse Festival ficou marcado porque foi nele que Caetano fez o famoso discurso, sob vaias, durante a exibição da música *É Proibido Proibir*. De acordo com Napolitano (2004, p. 73):

Talvez nunca mais tenha havido na sociedade brasileira, uma síntese mais acabada entre arte, vida e política, como naquele momento [...] a cultura era uma espécie de cimento que reforçava identidades e valores político-sociais que informavam aquela geração.

A grande maioria dos artistas de canção popular romântica da década, como por exemplo, Roberto Carlos e Paulo Sérgio, eram rotulados de alienados, porém Araújo (2007) justifica a alienação em função do lugar social ocupado por cada um deles. Os episódios que marcaram 1968 foram impactantes mais na classe média intelectualizada e em setores

populares organizados, sem sucesso em outros segmentos sociais. O cantor Odair José afirma não ter participado da Passeata dos Cem Mil porque estava trabalhando.

Araújo (2007, p. 47) afirma como vários desses cantores, ditos como cafonas, confessaram que o decreto do AI-5 não interferiu nas suas vidas, reforçando mais uma vez que o contexto político em 1968 tinha como envolvidos os intelectuais e artistas de formação da classe média e justifica citando Pollack para explicar a “existência de histórias plurais, de cronologia plurais em função de uma vivência diferenciada de realidades”. Mesmo distanciada do teor político, a produção musical desses artistas vai denunciar o autoritarismo vivenciado em segmentos populares.

No próximo capítulo será abordado o cenário político em Pernambuco, especificamente Recife que foi uma cidade de grande destaque no combate ao sistema ditatorial. Ainda estão contextualizadas a polícia política em nível nacional e em Pernambuco, explanando como estavam interligadas e como funcionavam na perseguição da militância oposicionista.

2 PERNAMBUCO: PALCO DE LUTAS DE RESISTÊNCIA

2.1 O governo de Miguel Arraes e o golpe militar em Pernambuco

Um relatório apresentado à Assembleia Legislativa de Pernambuco referente à Segurança Pública (SSP) em 1961 confirma um acordo entre alguns estados brasileiros e os Estados Unidos, e Pernambuco era um deles. O objetivo desse acordo era treinar os órgãos policiais para funções que viriam a ser exigidas futuramente. O relatório mostra claramente o investimento dos Estados Unidos da América (EUA) em conferências e palestras sobre assuntos de polícia técnica, além de viagens de intercâmbio cultural e estágios. O convênio foi firmado entre o Governo do Estado da época, Cid Sampaio, com o Governo Americano. Os militares que recebiam a qualificação eram do alto escalão da Secretaria de Segurança Pública (SSP), que posteriormente repassavam as informações para o restante da corporação. Silva (2014, p. 75) afirma que: “aparelhar os órgãos de controle significa dar mais munições para o gerenciamento ideológico da sociedade, fortalecendo os jogos de poder ligados aos conspiradores do golpe militar de 1964”. Tal convênio entre a SSP e os EUA funcionou nos anos anteriores à gestão do Governador Miguel Arraes de Alencar no Governo de Pernambuco. Ao assumir, em 1963, Arraes em seu discurso de posse faz várias críticas à atuação da polícia no Governo anterior de Cid Sampaio e menciona que a SSP perderá seu caráter político que, segundo ele, deforma a principal finalidade da polícia que é a solução de problemas específicos. O novo Governador deixa claro que irá romper com o projeto anterior firmado com os EUA, principalmente no que se refere às estratégias de ordem política, contrariando os interesses de uma parcela da corporação que argumenta como um retrocesso na modernização da polícia. Tal rompimento vem proporcionar uma grave crise entre o Governador e a polícia do Estado, que passa a ignorar as exigências do Governador, como por exemplo, a omissão com os crimes relacionados aos trabalhadores rurais em apurar os casos e até em prender os criminosos. Após Miguel Arraes ter sido deposto do cargo com o golpe de 1964, a SSP volta a apoiar os programas e investimentos americanos, como por exemplo, o acordo entre Agência dos Estados Unidos para Desenvolvimento Internacional (USAID), Ministério da Educação (MEC), Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), onde técnicos percorriam o Estado com o intuito de identificar regiões que pudessem ter o investimento. A SSP também volta a ser beneficiada com mais recursos: “equipamentos de escuta e telefonia, melhores instalações, um gabinete do secretário mais

bem aparelhado e confortável com mesa grande de reunião, aprimoramento da Escola de Polícia”, etc. (SILVA, 2014, p. 80).

O pouco tempo de governo de Miguel Arraes foi o suficiente para Pernambuco ficar na mira dos opositoristas que estavam organizando o golpe, até porque o cenário favorecia as três esferas do Governo: João Goulart na Presidência, Miguel Arraes no Governo do Estado e Pelópidas Silveira na Prefeitura do Recife. Ou seja, Pernambuco era um ponto bastante forte da esquerda no país. A preocupação dos EUA com o governo de Miguel Arraes era bem anterior ao Golpe de 1964.

Cavalcanti (2008) relata um episódio de quando Arraes era candidato e o Governador do Rio Grande do Norte, Aluísio Alves, em visita aos EUA, ouviu do próprio Presidente Kennedy a preocupação em saber se Arraes iria vencer as eleições em Pernambuco. Outro dado relacionado ao interesse do imperialismo norte-americano no Estado de Pernambuco é que o corpo diplomático chegou a compor 12 vice-cônsules nesse mesmo período. Fato que ficou justificado posteriormente através de revelações dos arquivos secretos da Agência Federal de Investigações (CIA), de que o próprio cônsul Douglas McLean foi elemento da CIA, com o objetivo de espionar o que ocorria no Estado, inclusive controlando planos do IBAD e coordenando os recursos da campanha. O próprio Miguel Arraes denunciou à Câmara dos deputados, quando esta criou uma comissão para investigar as origens e a influência do IBAD na vida política nacional, que foi pressionado economicamente por multinacionais como: Texaco, Shell, Coca-Cola, Souza Cruz, entre outras. A campanha às eleições para governador com os candidatos Arraes e Cleofas foi de grandes debates, comícios populares fervilhavam na cidade. A reforma agrária era tema e os trabalhadores rurais eram força atuante. Arraes era chamado de “Zé Ninguém” pelos adversários, e até um enorme muro foi erguido de madeira no centro da cidade fazendo alusão ao muro de Berlim, na tentativa de associar o problema da Alemanha às eleições em Pernambuco.

O IBAD era forte presença nas eleições, chegou a comprar programas de televisão de grande popularidade na época, expondo campanhas subliminares contra Arraes. Mesmo assim, ele tem uma vitória histórica, com a participação do povo, com interferência de forças conservadoras, internas e externas, com lutas reivindicatórias na cidade e no campo. No contexto nacional, Arraes vai se posicionar em lado contrário aos interesses da burguesia industrial e ao processo de desnacionalização da economia. Rumores de uma “cubanização” em Pernambuco pairavam na mídia e entre grupos conservadores, pois a Prefeitura da cidade do Recife estava nas mãos de Pelópidas que também era simpatizante das causas populares e sociais.

A luta entre trabalhadores rurais e latifundiários era outro desafio do governo de Arraes, além do aprofundamento das crises sociais entre os trabalhadores da cidade e seus patrões. O contexto em que o Estado vivia era crítico, mas Arraes fez um governo marcado por negociações e avanços representados com o “acordo no campo”¹⁰ diminuindo bastante os conflitos entre os proprietários de terras e os trabalhadores rurais, tanto que no dia 30 de Março aconteceram centenas de prisões de líderes sindicais e dirigentes das Ligas Camponesas, e ficou ainda pior após a queda do governo federal e da prisão de Miguel Arraes (CAVALCANTI, 2008).

Coelho (2004) relata que o primeiro ano do Governo de Miguel Arraes foi de implementação dos direitos dos trabalhadores rurais, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e com o Estatuto do Trabalhador Rural, rompendo práticas antigas e abalando as estruturas políticas e econômicas tradicionais. O dinheiro passa a circular na Zona da Mata e as questões entre patrões e empregados eram submetidas ao poder judiciário e o governo não reprimia a organização sindical. Nesse contexto, a oposição governamental passou a enaltecer algumas dificuldades que são normais em qualquer processo de transição de Governo, onde pequenos incidentes eram transformados em catástrofes e a responsabilidade era sempre do Governador. Essa oposição estava articulada entre vários núcleos civis e militares e aproveitavam-se do controle da mídia, com isso passavam a anunciar os problemas como se fossem apenas locais, como por exemplo, as greves operárias que estavam acontecendo em vários lugares em nível nacional.

Soavam notícias preocupantes do governo de Arraes, inclusive no estrangeiro, muitas destas forjadas em jornais impressos, como incêndios em canaviais, invasões de propriedades e até a criação de um exército revolucionário de camponeses que nunca existiu. Pernambuco passa a ter uma imagem de que estava praticando uma verdadeira “cubanização” no Nordeste, o que veio causar preocupação nos núcleos opositores e apoiadores do Golpe Militar, e até mesmo nos Estados Unidos. Ou seja, enquanto Miguel Arraes tentava de maneira pacífica resolver as disputas no campo, a oposição estava focada em distorcer a imagem do Estado e Arraes passa a ser visto como principal agitador e comunista, o grande responsável pela desestabilização da economia (CAVALCANTI, 2008).

O seu governo também recebeu acusação de que estavam sendo treinadas milícias populares com armamento vindo de Cuba e da Tchecoslováquia, pela instalação de ligas

¹⁰ Acordo no campo: iniciativa do Governo do Estado junto às categorias envolvidas em atividades ligadas à produção do açúcar (usineiros e trabalhadores), na tentativa de solucionar conflitos devido à dificuldade em quantificar o valor das tarefas em remuneração para garantir o pagamento do salário mínimo legal.

camponesas, sindicatos rurais e associações de bairros, e que, na clandestinidade, haveria substituição das antigas células do PCB, encarregadas da alfabetização em massa através do método Paulo Freire, e todas essas instruções estariam vindo de Havana e de Moscou e o principal mentor era o próprio Arraes. Essa era uma das imagens disseminadas no país e no exterior, tornando Pernambuco um dos principais alvos dos militares assim que se consumou o golpe (CAVALCANTI, 2008).

A noite do dia 31 de Março de 1964 no Campo das Princesas foi bastante confusa porque Arraes estava numa conferência com o Conselho Sindical dos Trabalhadores de Pernambuco (CONSINTRA) e, ao mesmo tempo, corria a notícia que tinha sido deflagrado um movimento militar em Minas Gerais. No dia 1 de abril, as rádios da cidade, às dez da manhã, transmitem um comunicado oficial assinado pelo General Justino, em nome do IV Exército, e pelo Almirante Augusto Roque Dias Fernandes, do III Distrito Naval, apoiando o Golpe Militar.

Na mesma manhã, no gabinete do governador encontravam-se os coronéis, o almirante Dias Fernandes, o governador Miguel Arraes, o prefeito Pelópidas Silveira e Celso Furtado, superintendente da SUDENE. Dias Fernandes, em nome dos militares, comunicou ao governador que as Forças Armadas determinaram acionar uma revolução contra o governo federal para conter o avanço da “baderna reinante no país”, porém ia respeitar os privilégios de Arraes e recomendaram que ele fosse ao Rio de Janeiro de imediato conversar com João Goulart, mas que a Polícia Militar iria ficar sob o controle do IV Exército. Arraes ouviu tudo atentamente e disse que naquele momento talvez até já fosse um prisioneiro do IV Exército, ou que já saísse preso daquela sala, mas que jamais sairia desmoralizado. Também falou que jamais se submeteria à limitação das prerrogativas constitucionais e, completou dizendo que, além de tudo, tinha também nove filhos que no futuro saberiam como o pai se comportou naquele momento (CAVALCANTI, 2008).

Cavalcanti (2008, p. 404) agrega, em forma de versos:

Levado então à presença / Do General Alves Bastos / Gregório, os pulsos
sangrando, / Nem assim se pôs de rastros / Quando este lhe perguntou / Onde
as armas escondera. Respondeu: Se armas tivesse, / Não era desta maneira /
Que eu estaria agora / Mas com as armas na mão / Junto com o povo lá fora.

Como é relatado por Coelho (2004), muitos coronéis já estavam articulados com os conspiradores do Golpe no sul do país, como o General Castelo Branco, que tinha sido há menos de um ano comandante do IV Exército, na cidade do Recife, e antes dele havia sido o General Costa e Silva. Miguel Arraes, mesmo com grande apoio da população, não estimulou

nenhuma iniciativa de luta armada, por acreditar que seria inviável uma reação de apenas um Estado do Nordeste em acompanhar um movimento nacional. Estações de rádio e TV e redações de jornais do Recife foram ocupadas pelo Exército logo no 1º de Abril, e foram obrigadas a divulgar apenas notícias que convinham aos militares.

A partir daí passou a ser divulgada a prisão do Governador, mesmo ainda não sendo concretizada, no intuito de desestimular qualquer tentativa de resistência. Às duas da tarde chega um comunicado de que Jango não era mais presidente da República, pois havia sido deposto pelas Forças Armadas, tal decisão abrangia o afastamento do governador do seu cargo. Na mesma tarde, Arraes foi preso no 14º Regimento da Infantaria e de lá seguiu para a ilha de Fernando de Noronha, onde permaneceu durante 35 dias. Pelópidas Silveira foi deposto no dia 2 de Abril.

Outra figura importante nesse período foi Gregório Bezerra, militante do PCB de grande destaque. Ele estava no município de Palmares quando foi surpreendido pela notícia do golpe, preso e trazido para Recife onde foi torturado em praça pública pelas mãos do Coronel Vilocq. Algumas pessoas que estavam presentes não apoiaram à ação do Coronel e a Arquidiocese pediu clemência ao General Justino Alves Bastos, comandante do IV Exército, livrando da morte (LIMA, 2005). Gregório Bezerra tinha estreitas ligações com os trabalhadores rurais e os alertou para uma possível luta com os militares, visto perceber o movimento de tropas do exército em regiões fronteiriças de Pernambuco. No dia 1 de Abril ele segue para Recife na tentativa de falar com dirigentes do PCB, mas não encontrou ninguém, de volta ao interior percebe que vários lugares já estavam tomados pelos militares. Em Ribeirão foi preso pelo capitão Álvaro do Rego Barros, da polícia militar do Estado. De lá voltava para Recife onde seria apresentado ao novo secretário de Segurança Pública, coronel Ivan Rui Andrade de Oliveira, sendo torturado barbaramente em praça pública. Quem assume o governo de Pernambuco é o vice Paulo Guerra que tinha ligações estreitas com os militares e ganhou a confiança de assumir o Governo, porém, tornou-se apenas um executor de ordens dos comandos militares. Na Prefeitura do Recife, assumiu Augusto Lucena (COELHO, 2004).

2.2 A militância estudantil no Recife

O Movimento Estudantil na América Latina na década de 1960 tem suas orientações de acordo com os problemas de desenvolvimento da sociedade e o faz a favor da classe operária, do campo e das camadas urbanas em geral. Ou seja, os três aspectos: econômico, social e político, combinam-se no M.E. latino-americano e são determinados pelo tipo de

desenvolvimento de nossas sociedades. Esse mesmo Movimento Estudantil define um projeto coletivo de tipo societal, e, segundo Albuquerque (1977, p. 77), enquanto ator coletivo “ele organiza suas orientações em função da problemática societal própria das sociedades dependentes, o desenvolvimento econômico e seu controle”. O autor cita como exemplo a Reforma Universitária como indicador de projeto societal por ter universalidade no M.E. da América Latina e por aparecer em vários países. Os movimentos estudantis tiveram uma grande diversidade ao longo da história. Primeiro, as mobilizações eram em torno de reivindicações específicas ao universo estudantil. Depois se estendem às lutas sindicais ou em torno de caráter político, buscando interferir em questões gerais da sociedade. Harnecker (2012, p. 16) afirma que “o que define as coisas em política, não é a superioridade numérica de uma determinada classe, mas a disposição de lutar por determinados interesses de classe”, por exemplo, a força social-proletária não quer dizer que apenas seja formada pelos operários com consciência de classe, mas também todos os outros setores que assumem posições proletárias, sendo burgueses ou pequeno-burgueses. O M.E. assumiu além da luta estudantil, outras bandeiras de luta da sociedade, a operária, por exemplo, teve apoio e, em alguns contextos, contou com a participação dos estudantes.

Recife foi um grande polo estudantil do Estado e da região, e a concentração era no centro da cidade, onde estavam localizadas duas grandes faculdades, a de Engenharia e a de Direito, ambas pertenciam à Universidade do Recife, atual Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. A Faculdade de Direito ainda se localiza no mesmo lugar. Como já foi mencionado anteriormente, Miguel Arraes e Pelópidas Silveira haviam sido prefeitos da cidade antes do golpe de 64, ambos eram de esquerda, o que favorecia para uma crescente militância esquerdista no Estado, principalmente na cidade do Recife.

A Escola de Engenharia era considerada pelo DOPS a escola que comandava todos os movimentos estudantis de esquerda em Pernambuco. Ainda em 1965, essa mesma escola comandou uma greve contra a transferência dos alunos de primeiro e segundo ano para a Cidade Universitária. Tal medida servia para desarticular a tentativa da referida transferência. No mesmo ano, nas eleições dos diretórios acadêmicos, a esquerda venceu nas Escolas de Direito, Engenharia e Agronomia, elegendo respectivamente José Walter Lubarino, Aécio Matos e Edson Correa. Isso causou um desconforto entre os estudantes de direita que acusavam as eleições de fraudulentas (SILVA, 2002).

Desde o início do Golpe, o Movimento estudantil continuava dividido relativamente ao apoio ao Governo Militar, como é claro numa carta publicada pelos Diretórios Central dos Estudantes (DCE's) das Universidades do Recife e Católica e pelo Presidente do Diretório

Estudantil de Engenharia (DEE), Djair Barros, Luís Rodrigues e José Albuquerque Cavalcante, respectivamente, em comemoração ao primeiro ano de governo militar. Na referida carta os estudantes exaltavam o ato do Golpe como uma atitude honrosa e acusava o governo anterior de corrupto, comunista e subversivo, ressaltavam positivamente o Governo em vigor e ainda mencionaram que não houve derramamento de sangue, nem lágrimas na batalha para a tomada do poder. Esse fato confirma que a imprensa também defendia os militares cedendo espaço para tal tipo de publicação. Os discursos dos estudantes que faziam oposição ao Governo não tinham espaço nos periódicos de grande circulação. Esse embate durou até 1966, já em 1967 não se constata publicações dos estudantes democratas, que era como a direita se autointitulava (SILVA, 2002).

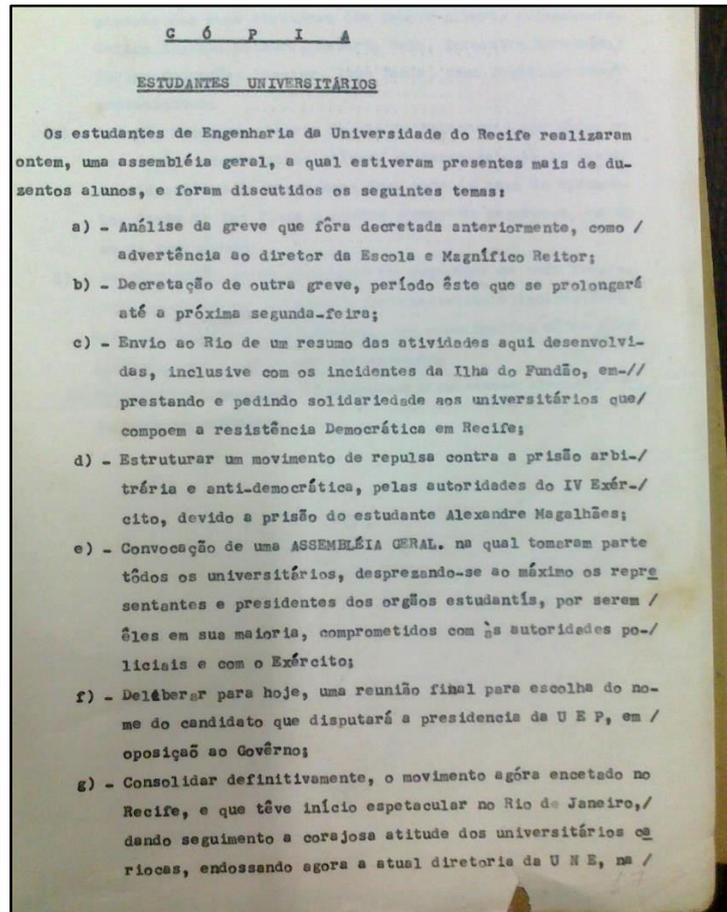
O movimento estudantil secundarista como era bastante forte e ativo, algumas ações eram feitas em conjunto com o movimento universitário, mesmo porque o Colégio Estadual de Pernambuco (CEP), atual Ginásio Pernambucano (GP), ficava próximo às universidades no centro da cidade do Recife, ao lado do parque 13 de maio. O grêmio da Escola era disputado e formado por estudantes que mesmo antes do golpe já discutiam política ainda em 1963, e segundo um dos nossos entrevistados, a politização estudantil surgiu de temas que foram discutidos em sala de aula na disciplina Organização Social e Política do Brasil (OSPB).

Quando houve o golpe de 1964 a direção da escola quis suspender as eleições do grêmio, mas houve muita pressão por parte dos estudantes, dos universitários e da própria imprensa que noticiou o caso na época, como afirma o entrevistado Paulo Pontes, que concorria à diretoria do grêmio, era começo de 1965. Ele era estudante e militante do PCB que ainda tinha expressividade na militância estudantil. Ao final, o Grêmio conseguiu realizar as eleições.

Ainda dentro do cenário de 1964 e com todos os problemas sociais que a cidade vivia na época, eram fortes os fatores que terminavam por sensibilizar e politizar ainda mais o movimento estudantil, que se tornou bastante atuante e organizado, além de ser uma das referências em nível nacional, bastante citado em bibliografias referentes ao tema. De acordo com Elimar Nascimento (*apud* GROppo; ZAIDAN FILHO; MACHADO, 2008) militante estudantil na década de 60 em Recife, em 1965 o DCE da Universidade do Recife era controlado pelo PCB, mas a AP estava presente em alguns diretórios acadêmicos, como o de Belas Artes, onde tinha a direção e participavam também nos cursos de Engenharia, Medicina, Arquitetura, Serviço Social e Ciências Sociais.

Na figura a seguir é possível entender o nível de envolvimento dos estudantes universitários de Recife com questões que ultrapassam a esfera estudantil. Além do envolvimento com questões de outros estados.

Figura 5: Pauta discutida em uma reunião estudantil

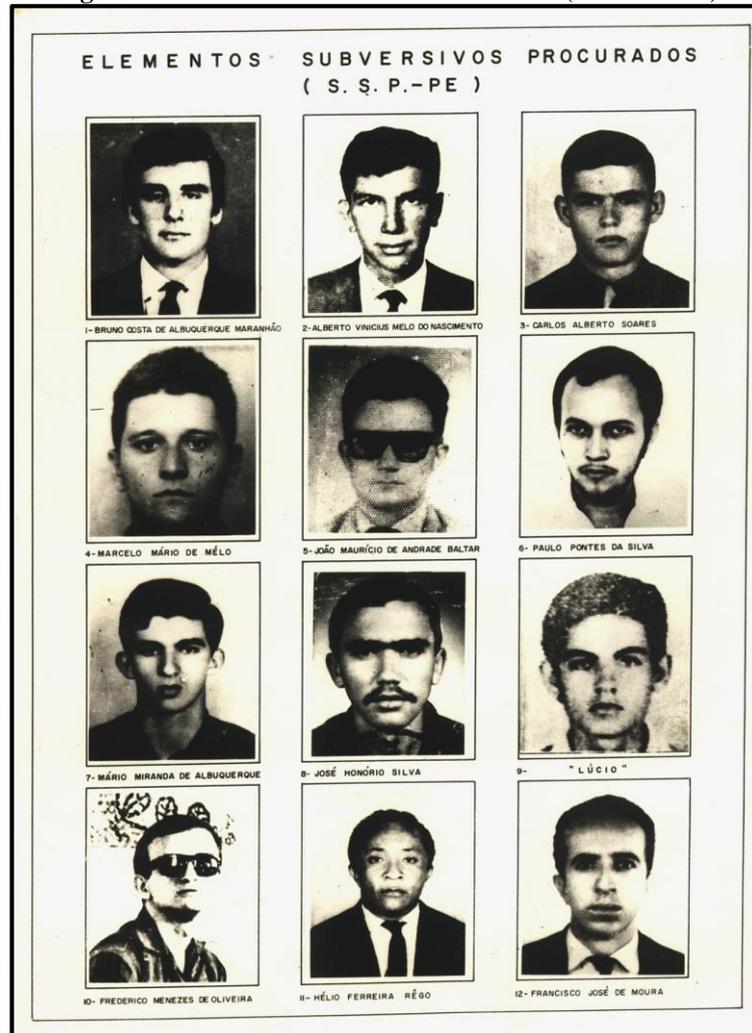


Fonte: Prontuário Funcional nº 28.739 APEJE-PE, 196-.

Em 1967, a AP já era uma grande força no M.E. de Pernambuco, a qual defendia a luta de massas. Os movimentos católicos eram muito fortes também com a liderança de Dom Hélder, a JOC e a JUC. A essa altura o Movimento Estudantil se aproxima também muito do homem do campo pois aos finais de semana muitos estudantes iam ao interior alfabetizar e fazer politização. Nesse ano também, grande parte dos militantes estudantis de Recife do PCB migrou para o PCBR por aderir à luta armada. Foram entrevistadas mais duas pessoas que faziam militância estudantil secundarista e atuaram junto a Paulo Pontes e que tiveram bastante atuação no M.E. nesse período. Uma delas foi Teresa Wanderley e a outra foi Marcelo Mário Melo, este último também de grande destaque na militância, pertencia ao

grêmio estudantil e coordenava a área de comunicação e propaganda chamada pelas esquerdas de “Agit-prop”.

Figura 6: Paulo Pontes e Marcelo Mário Melo (estão na foto)



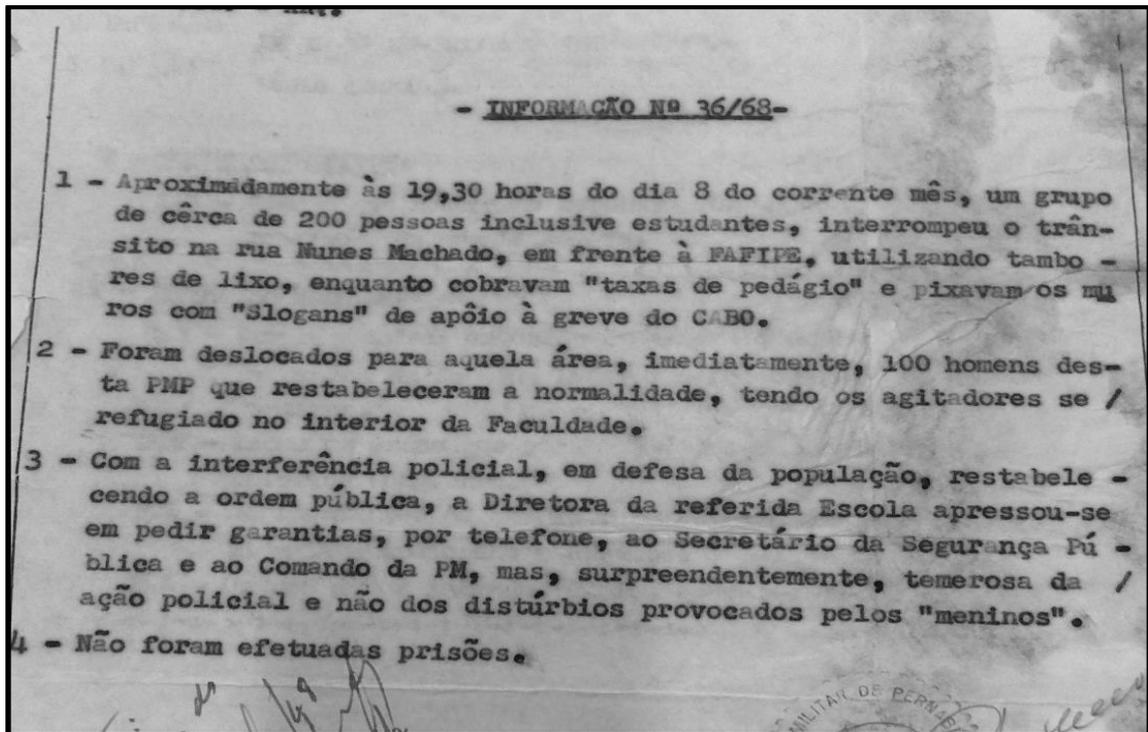
Fonte: arquivo pessoal de Paulo Pontes.

Na foto acima aparecem Marcelo Mário Melo e Paulo Pontes, que foram estudantes com grande destaque na atuação da militância estudantil secundarista. O cartaz foi elaborado pela SSP-PE quando o órgão estava à procura de líderes estudantis e militantes opositoristas ao governo ditatorial.

Harnecker (2012, p. 25) menciona que a correlação de classes refere-se “à forma como as diferentes forças sociais se agrupam em relação às outras e às variações que se produzem nessa situação à medida que a revolução avança”. Para que haja vitória em uma revolução é essencial que a maior parte da população decida lutar e reivindicar. Muitas vezes uma maioria está absorvida por forças sociais que representam os mais variados interesses de classes, ou seja, há um posicionamento mais global. Porém, à medida que a revolução avança,

por essa correlação de classes ser dinâmica e não estática, surgem os interesses próprios de cada classe. Isso acarreta o surgimento de várias facções de partidos e organizações provocando enfrentamentos e discordâncias entre eles. Porém, tudo isso faz parte de um amadurecimento da consciência de classes. A figura a seguir mostra o apoio estudantil em Recife dado à greve do cabo em Pernambuco, pois havia uma relação estreita e de apoio às lutas dos trabalhadores rurais (LIMA, 2005).

Figura 7: Exemplo do apoio estudantil a um das greves do Cabo em Pernambuco



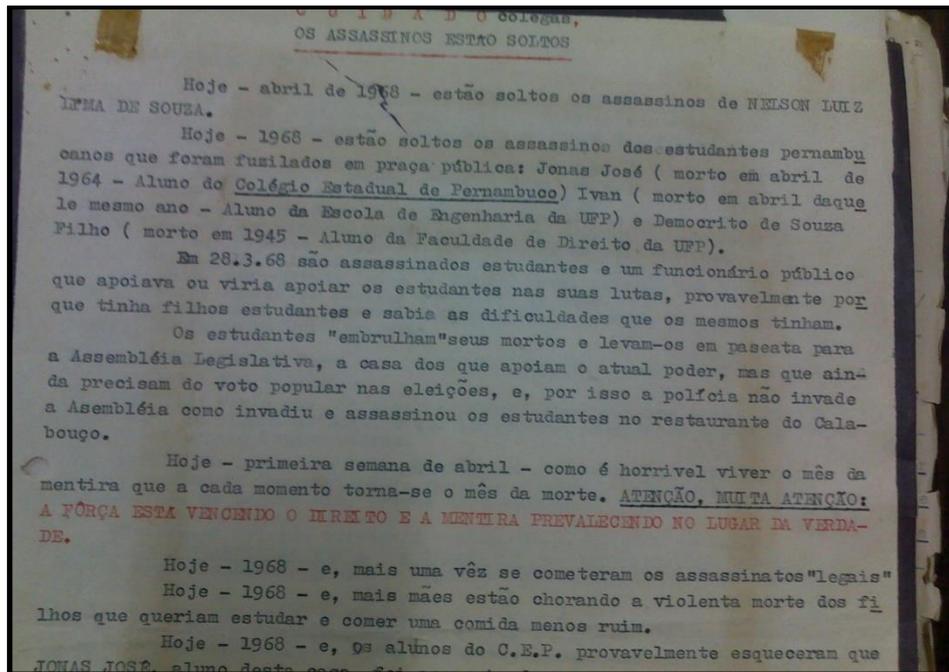
Fonte: Prontuário Funcional nº 28.801, APEJE-PE, 1968.

Albuquerque (1977, p. 97) analisa os estudantes e sua participação no M.E., assim como as condutas de seus membros a partir de três dimensões: o nível de intensidade da participação, a posição do ator no interior da organização e o cargo ocupado e o tipo de participação a partir do ponto de vista de suas orientações, e continua argumentando que os estudantes “que manifestam frequentemente acordo com mecanismos de decisão que favorecem a participação coletiva qualquer que seja o tipo de organização, são precisamente os estudantes que participam com maior intensidade”.

Já no dia 1º de Abril de 1964 uma passeata de universitários em Recife organizada pelo Diretório da Escola de Engenharia e pelo DCE saiu em direção à Avenida Dantas Barreto, em protesto contra os militares. Ao chegar à frente da Pracinha do Diário, um grupo de manifestantes chegou a provocar a tropa militar. Armas são disparadas ao alto pelos

soldados para assustar os estudantes, estes chegaram a atirar pedras e laranjas. Depois de toda confusão o que restou foram as mortes dos dois estudantes, Jonas Albuquerque e Ivan Aguiar, ambos secundaristas (SILVA, 2014). Abaixo segue manifesto em Abril de 1968 mas que faz referência aos assassinatos dos estudantes pernambucanos acima mencionados:

Figura 8: Manifesto “Os assassinos estão soltos”



Fonte: Prontuário Funcional nº 28.801, APEJE-PE, 1968.

Esse fato não foi isolado, ao contrário, Pernambuco teve um histórico de repressão policial contra representantes do M.E., de acordo com dados confirmados a partir de vários documentos encontrados em prontuários do DOPS-PE. A polícia era presente em muitos atos estudantis e também se infiltrava entre os estudantes tanto para investigar sobre as atividades, quanto para impedir as ações elaboradas no enfrentamento às forças armadas. Muitos relatórios confirmam a participação desses agentes com detalhes sobre as reuniões, estratégias, e com esse tipo de informação a polícia conseguia prender cada vez mais pessoas envolvidas na resistência, e consequentemente, muito material usado pela militância foi apreendido. E em contrapartida, havia muita precariedade na utilização da tática de confronto com os militares armados, como bolas de gude, bodoque, bombas caseiras, etc. Porém, os militantes foram aperfeiçoando seus métodos e começaram a aplicar estratégias que desviavam a atenção dos militares, como eram os casos das contrainformações. Ainda nos relatórios dos documentos do DOPS-PE há exemplos de muitas práticas de resistência como propaganda contra o regime, pichações e colagem eram alguns dos métodos utilizados. Só

mais tarde, a partir de 1969, ao aderirem à luta armada, é que os militantes passam a adotar outras táticas revolucionárias (SILVA, 2014).

De acordo com os depoimentos obtidos com pessoas que militavam no Movimento Estudantil (M.E.) em Pernambuco, os partidos que tinham maior expressão eram a AP e o PCB, no período que compreendia de 1964-1968. Após o decreto do AI-5, em Dezembro de 1968, e com a adesão à luta armada por grande parte da militância oposicionista, organizações dissidentes passam a predominar a militância do PCBR, AP e também da ALN, que possuíam linhas de pensamento a favor do uso das armas para combater o sistema ditatorial. Nessa altura, muitos estudantes se afastaram do M.E., uns por sofrerem algum tipo de perseguição ou repressão, outros porque não acreditavam que as armas seriam a solução para a mudança que eles tanto sonhavam. Conforme Pedro Eugênio (2008), estudante que cursava Engenharia em 1969 em Recife, o Diretório Acadêmico ficou suspenso, mas ele participou de muitas reuniões clandestinas com um grupo do PCBR que tinha um movimento chamado “Integração e Luta”, focado na questão estudantil.

A ALN tem sua história relacionada a Carlos Marighella e foi a principal organização de guerrilha urbana entre 1968 e 1973. Junto com o PCBR, foram as mais atuantes no Estado de Pernambuco no Pós AI-5, pois as duas tinham como meta a luta armada. Membros dessas organizações foram bastante perseguidos, tiveram suas casas invadidas, muitos foram mortos e outros dados como desaparecidos. Os que sobreviviam passaram a ser chamados de terroristas ou precisaram sair do país (SILVA, 2014).

O PCBR foi criado no Rio de Janeiro, mas era bastante forte no Nordeste onde foi bastante perseguido. Em Pernambuco participaram como líderes do PCBR Odijas Carvalho de Souza, Paulo Pontes, Mário de Albuquerque Miranda, Marcelo Mário Melo, Maria Yvone Ribeiro, Antônio Soares de Lima (Help), Ramires Maranhão do Valle, Carlos Alberto Soares, entre outros. Em uma ação conjunta dos órgãos de informação, foi descoberto um reduto do PCBR na praia de Maria Farinha, sendo presos Odijas Carvalho, Maria Yvone Loreiro e Mário de Albuquerque Miranda. Na prisão, Odijas não resistiu às sessões de tortura (SILVA, 2014).

Um ponto que Silva (2004) aborda sobre o relacionamento dentro da militância era, por exemplo, a disputa intelectual na elaboração de algum plano de resistência. Outro ponto eram algumas relações que surgiam entre casais e algum tipo ciúme entre eles, considerado fator de risco para a organização. Quando isto acontecia, muitos eram separados e um deles era transferido para outro Estado. Outro motivo de disputa estava relacionado à produção de textos que era um aspecto bastante importante entre eles, os mesmos eram submetidos à

aprovação antes de serem divulgadas. Na verdade, havia concorrência na defesa de ideias individuais entre os militantes, o que muitas vezes ocasionavam problemas de estratégias entre eles e na aplicação de ações revolucionárias. Tais fatos eram comuns a várias organizações (SILVA, 2014).

A existência de tendências políticas dentro do Movimento Estudantil foi inevitável até porque cada militante se identificava com determinadas teses dos partidos e posições ideológicas. Como já foi mencionado que AP e PCB predominavam nos quatro primeiros anos pós-golpe, contudo, já em 1966, muitos estudantes pecebistas em Pernambuco migraram para outras organizações porque já não concordavam com a posição que o PCB nacional vinha tomando em relação ao regime militar, entretanto permaneceu uma fração bastante forte no M.E. local, principalmente no meio Universitário, foi a Frente Universitária Progressista (FUP), que estaria presente no Congresso da UNE em 1967 (SILVA, 2002).

A FUP era contra o posicionamento político da UNE em se pautar nas questões políticas do país, defendia que a UNE deveria se posicionar apenas a favor das reivindicações específicas estudantis, pensamento esse rejeitado pela UNE que entendia isso como um reflexo da tese do PCB. Já a AP acreditava que o M.E. seria a base essencial para desencadear a revolução brasileira e as denúncias eram centradas contra a ditadura militar, ao imperialismo norte-americano, e seguiam para o confronto com os militares, conquistando a esquerda estudantil. Foi eleito ainda, nesse congresso, Luís Travassos como Presidente da UNE, o qual defendia que o pensamento da AP consistia na luta política como papel importante no processo de transformação social afirmando que o movimento tinha sim que denunciar a ditadura e imperialismo (SILVA, 2002).

De acordo com Reis Filho (2002), havia sim a influência dos partidos políticos no M.E., mas que não houve manipulação, como muitos autores sugerem. Ele considera que entre estudantes e revolucionários, ou nos movimentos e partidos, existia uma ligação, porém uma independência e liberdade em seus atos. Ainda segundo Reis Filho, o ator principal eram os universitários, já os partidos e intelectuais eram os “coadjuvantes” nas manifestações de oposição ao sistema ditatorial, e que mesmo os líderes tendo filiações partidárias, nem sempre os estudantes apoiavam as propostas vindas dos partidos, tudo era discutido e decidido em assembleias de onde surgiam as novas propostas.

Paulo Pontes, militante estudantil secundarista, também acreditava que o envolvimento com partidos foi inevitável. Porém, ele afirma que algumas questões não eram discutidas nos grêmios das escolas, por exemplo, o uso das armas. Mas o mesmo admite que,

nas entrelinhas, em alguns discursos, dava a entender o seu posicionamento a respeito da luta armada (Entrevista realizada em 2011).

O conceito de correlação de classes no significado de relacionar as forças sociais definido por Harnecker (2012, p. 31) é a maneira como estão distribuídas as classes e os segmentos sociais de uma determinada sociedade a respeito das mudanças revolucionárias que a sociedade deseja: “forças motrizes, ou forças revolucionárias, são as forças capazes de conduzir uma determinada etapa da revolução e sua vitória definitiva, isto é, à plena realização das tarefas que se colocam nessa etapa”. A autora afirma que é importante separar as forças motrizes potenciais e reais. As forças potenciais deveriam ser as mais interessadas, pela situação social, a fomentar a revolução, mas as reais são as que verdadeiramente assumem a direção. A força dirigente é que a norteia o restante das forças revolucionárias, e a força principal é a que numericamente é maior. Nesse caso, os estudantes junto com operários e outras classes tornaram-se a força revolucionária, mesmo reivindicando para outros segmentos sociais que não estavam envolvidos no combate ao sistema ditatorial.

Em Pernambuco, os estudantes secundaristas ajudaram a tornar ainda mais forte o movimento dos universitários no Recife, pois muitos se juntaram aos protestos contra os cortes de verbas para a Universidade, ou seja, algumas “bandeiras de luta” eram bem comuns às duas categorias estudantis. Outro exemplo que demonstra essa relação foi um caso relatado acontecido em Setembro de 1967, onde o diretor do Colégio Estadual de Pernambuco proibiu a circulação dos jornais **Vanguarda** e **Opinião**, elaborados pelos alunos e tentou proibir várias vezes também a formação do Grêmio Estudantil. Nesse episódio, foram 22 estudantes secundaristas suspensos e mesmo assim conseguiram realizar uma assembleia no Colégio para expor as arbitrariedades do diretor. Tal fato saiu em reportagem no Jornal Diário de Pernambuco e teve o apoio de mais de 20 diretórios acadêmicos das Universidades. Através de relatos orais e documentos encontrados em pesquisa no DOPS-PE é confirmado um grau forte de envolvimento dos secundaristas e universitários nas ações no Recife. Fernando Santa Cruz e Ranieri Maranhão do Vale, estudantes, foram presos e interrogados, mesmo sendo menores, numa participação em um comício realizado por universitários na Assembleia Legislativa de Pernambuco (SILVA, 2002).

É fato que esse engajamento entre universitários e secundaristas existia e não podemos atribuir essa ligação simplesmente ao trabalho da “esquerda subversiva”, como as autoridades acreditavam. As propostas eram criadas a partir do envolvimento estudantil que se expressou de várias maneiras através da participação em reuniões, manifestos, assembleias, passeatas, ocupações e acampamentos em universidades, entre outras ações organizadas pelo próprio

segmento estudantil. Todos os envolvidos queriam fazer a revolução, havia a vontade coletiva de mudar o quadro do país e o percurso da história. Esse ideal é bem explanado na dissertação de Silva (2002) que relata em detalhes a busca da utopia vivida por aqueles jovens, não só de Pernambuco, mas uma força bem maior que envolveu em nível nacional e mundial, e que foi embrionário para o “explosivo” ano de 1968.

No final de 1968, foram realizadas eleições e a esquerda venceu maciçamente nos diretórios acadêmicos. O objetivo depois das eleições era fazer voltar a funcionar a União dos Estudantes de Pernambuco (UEP), que era declarada extinta pelo governo. Em paralelo, começava a preparação das escolhas dos delegados que iriam representar Pernambuco no congresso da UNE em Ibiúna (SP) naquele mesmo ano.

As eleições para a escolha da chapa da União dos Estudantes de Pernambuco (UEP), no início de 1968, ainda teve a forte presença do PCBR e da AP. Concorrem à presidência Cândido Pinto de Melo (Escola de Engenharia), Humberto Câmara Neto (Faculdade de Medicina) e Walmir Costa da Rural. Venceu Cândido e Humberto ficou em segundo com uma margem pequena de 300 votos num universo de sete mil eleitores. Todo esse entusiasmo fez ativar ainda mais o cerco do governo às atividades estudantis. Desde infiltrados nas reuniões e ações estudantis até alunos-espiões dos órgãos de segurança, muitos admitidos pelas universidades sem preencherem os requisitos exigidos (CAVALCANTI, 2008).

Depois do AI-5 em Dezembro de 1968, vem em seguida o Decreto nº 477, de 26 de Fevereiro de 1969, que se aplicava às Universidades Públicas do país e previa a punição a professores, funcionários e alunos que fossem considerados culpados de subversão pelo regime. Os professores poderiam perder o cargo e ficariam por cinco anos sem ensinar em qualquer instituição educacional do país. No caso dos alunos, estes seriam expulsos e ficariam impossibilitados de estudar durante três anos em qualquer universidade pública do país. O Decreto vigorou até 1979. Em Pernambuco, o primeiro a usar os poderes do citado Decreto foi o professor Nelson Costa Carvalho, diretor da Faculdade de Ciências Econômicas, expulsando 13 estudantes. Em seguida a Universidade Federal Rural (UFRPE), as faculdades de Direito, Ciências Médicas, Química, Arquitetura, Geologia, Medicina, e outras que abriram inquéritos para expulsar estudantes tidos como agitadores (CAVALCANTI, 2008).

Com a **ajuda** do Decreto nº 477, alguns professores e alunos foram obrigados a fiscalizar as atividades políticas dos estudantes considerados **suspeitos**, levando muita gente a ser rotulado de **dedo-duro**. A delação era oficializada por lei e os conselhos de professores passam a funcionar como delegacias de polícia. Cavalcanti (2008) afirma que alguns professores passam a manter conversas telefônicas entre as diretorias das escolas e os

quartéis. A Universidade Católica não se enquadrava no Decreto nº 477, mas a reitoria sempre procurava no regulamento interno dispositivos de interpretação duvidosa para suspender os alunos por tempo indeterminado, como aconteceu com os líderes estudantis Paulo Henrique Maciel, Carlos Eduardo Vasconcelos e José Paulo Cavalcanti Filho. Segundo o autor, a Universidade Rural foi uma das que mais delatou estudantes, enquanto que nas faculdades de direito e engenharia da Federal a resistência por parte dos professores foi exemplar, pois conseguiam fazer com que os estudantes não fossem expulsos através dos inquéritos administrativos.

Um episódio marcante no M.E. em Recife foi o atentado ao líder estudantil Cândido Pinto em 28 de Abril de 1969, enquanto ele esperava um ônibus numa parada em frente ao Museu do Estado, próximo à Ponte da Torre. Na ocasião, parou um carro e desceu um rapaz encapuzado dando vários tiros, onde dois alcançaram Cândido e o outro tiro bateu em uma pessoa que estava também na parada. Fugiu em seguida e o estudante foi socorrido por pessoas que desceram de um ônibus elétrico que havia chegado assim que aconteceu o atentado. Cândido teria sido avisado por uma moça militante que havia sido presa no DOPS pouco tempo antes do ocorrido, que ouviu do próprio policial Luiz Martins de Miranda Filho dizer que os dias do líder estudantil estavam contados, mas o estudante não deu importância a tal informação. No hospital onde ele foi socorrido, foi impedido de ter contato com seus familiares e a imprensa, devido à censura, apenas colocou uma nota pequena e insignificante no jornal no dia seguinte. Porém, bastou a notícia se espalhar no meio estudantil que provocou uma grande revolta e os estudantes das três universidades decretaram greve geral (CAVALCANTI, 2008).

Notas oficiais da UEP, dos diretórios centrais e D.As. foram distribuídas em salas de aula e nos *campi* universitários e em pouco tempo a notícia se espalhou pela cidade. No dia seguinte, os jornais publicaram editais enormes das diretorias das escolas convocando os estudantes a voltarem às aulas, sob pena do Decreto nº 477. Foram muitas páginas gastas com as listas dos nomes dos estudantes, que responderam com inúmeros atestados médicos comprovando que estavam doentes, de acordo com Cavalcanti (2008, p. 345), “deixando no ar a mão armada da ditadura”.

Na Rural, os estudantes Valmir Costa (Presidente do D.A. de Veterinária) e José de Moura e Fontes (Presidente do DCE) foram submetidos a processos na justiça militar. Este último foi acusado pelo ato no dia da bandeira em 19 de Novembro de 1969 de ter proferido palavras de ofensa ao poder constituído. O estudante quis repetir o ato de Castro Alves em São Paulo no ano de 1868, que declamou *Navio Negro* em forma de protesto onde o poema

falava da bandeira enquanto símbolo da pátria e criticava a exploração do trabalho humano, no caso, os escravos. Moura e Fontes (*apud* CAVALCANTI, 2008, p. 339) usaram parte do mesmo poema: “antes, tivesse sido rota num campo de batalha, do que servir a um povo de mortalha”.

José Ribamar Felipe Marques era estudante de Zootecnia entre os anos de 1971 e 1974 na UFRPE, e comenta que apenas por questionar algumas atitudes da Universidade e de se posicionar contra o governo militar, foi vítima de perseguição profissional depois de concluir o curso. Laureado da turma, ao se formar, ele teria direito a ensinar na Instituição, mas não aceitaram. Chegou a ter ficha no SNI, de acordo com os arquivos pessoais consultados, e por causa disso perdeu a oportunidade de usufruir de uma bolsa de mestrado oferecida pelo Banco Banorte. De volta para Belém, sua cidade de origem, começou a trabalhar como pesquisador na Embrapa, porém após 1 ano de trabalho descobriram sua ficha do SNI e o demitiram, daí em diante foi uma longa e dura batalha com a ditadura, chegando até a escrever ao Presidente da República João Batista Figueiredo, em 1979, para reaver seu emprego, conseguindo apenas após a anistia. Ele comentou:

A Embrapa tinha acompanhamento direto dos quartéis e eu era considerado um subversivo, pois não concordava com o regime da época. Quando entrei na Embrapa e descobriram que eu tinha uma ficha no SNI decidiram me demitir. Demitiram uma vez em setembro de 1976. Depois voltei para a Embrapa em 1979 e quiseram me demitir, novamente. Não aceitei e saí atrás dos atestados e nada constas e muitos deles estão aí (arquivo pessoal) mostrando que não tinha problemas, meu problema era político, ou seja, o problema deles. Há duas cartas que faço um histórico sobre tudo e que pode servir de base para muitos problemas sem explicações (MARQUES, 2015).

2.3 A organização dos órgãos de segurança do regime militar

Padrós (2008) afirma que o aumento da desigualdade e da injustiça social foi um marco-comum nas formações sociais latino-americanas. As tensões sociais ganham espaço pela repercussão da revolução cubana. Movimentos populares exigiam mudanças profundas estruturais que acarretaram insegurança nas classes dominantes. Estes se aproveitaram e criaram campos antagônicos, que o lado deles era o democrático, cristão e ocidental e o do **inimigo** era a ameaça do comunismo internacional atrelado ao ateísmo, marxismo e totalitarismo. O autor explica o surgimento dos regimes de segurança nacional do Cone Sul à união do Estado repressivo com a exigência de abertura dos mercados nacionais através dos setores econômicos internacionais hegemônicos.

A prática repressiva nesse período tinha traços diferentes daqueles adotados em regimes autoritários anteriores porque naquele momento havia uma classe de trabalhadores com bastante experiência política acumulada, por isso, o aumento da criminalização dos movimentos sociais, houve a tentativa de eliminar o surgimento de novas lideranças que contou com a ajuda americana, através de recursos econômicos, equipamentos e assessores especializados.

No Chile, Uruguai e Argentina, o Terror de Estado (TDE) ocorreu antes de desencadear os golpes militares, mais uma prova do uso da clandestinização por partes do sistema repressivo. O Estado não se associava a tais ações devido às transgressões de normas jurídicas e para evitar as denúncias de desrespeito aos direitos humanos. Ou seja, havia a modalidade repressiva legal e ilegal que coexistiam e se complementavam (PADRÓS, 2008).

A utilização de arquivos da polícia como documentos para pesquisa histórica merece uma reflexão sobre a repressão que foi quem produziu tais fontes, através de uma estrutura burocrática e também da importância de avaliar o documento histórico enquanto uma construção permanente. Além de dispor de documento como fonte histórica, a pesquisa segue com o pensamento da Escola de *Annales* que amplia a visão de documento, ou seja, de acordo com Fico (2001, p. 24), a fonte não tradicional foi valorizada também: “documento histórico é qualquer fonte sobre o passado, conservado por acidente ou deliberadamente, analisado a partir do presente e estabelecendo diálogos entre a subjetividade atual e a subjetividade pretérita”.

Para abranger as fontes não oficiais, procurou-se entender como os órgãos de segurança estavam formados e faziam uso da informação. Atualmente vários Estados já dispõem de arquivos referentes ao período ditatorial militar brasileiro. No caso de Recife, tem disponível o acervo do APEJE-PE com uma sessão especial do extinto DOPS-PE. A pesquisa foi bastante concentrada nesses prontuários e também nos documentos das organizações e partidos clandestinos, além dos relatórios que circulavam entre os órgãos de segurança.

Com relação à documentação sobre a repressão, a ditadura brasileira atuou de duas formas simultâneas, a primeira através de atividade burocrática com as Forças Armadas, pelos órgãos de informação que se enquadravam no cumprimento de ordens. Isso implicava registros e arquivos organizados nas Instituições policiais. A segunda modalidade era de forma clandestina, onde não se tem documentos oficiais sobre essas operações, ou seja, são fontes informais. Os arquivos policiais são arquivos de repressão compostos de registros elaborados por ações cotidianas da polícia (fichas policiais, depoimentos, ordens de busca e prisão etc.), e também de documentos apreendidos, como livros, correspondências pessoais, declarações em interrogatórios, entre outros (FICO, 2001).

Em pesquisa realizada no APEJE-PE encontrou-se um relatório do Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), que compunham os órgãos de segurança de Pernambuco, no qual há vários relatos de perseguições aos principais movimentos clandestinos de resistência que atuaram após o AI-5, além de outros documentos e dossiês que explicitam a vigilância a esses grupos. Pretendeu-se situar a forma como era conduzida e organizada a busca de informação dessa militância através dos órgãos de segurança e para esse tópico utilizou-se Silva (2014), juntamente com dados obtidos na pesquisa realizada no APEJE-PE, com documentos da DOPS-PE.

Procurou-se entender como a polícia do Governo Militar no Estado de Pernambuco interferiu na comunicação clandestina. Abordou-se como a informação foi tratada em tais órgãos, a influência norte-americana no país e no Estado de Pernambuco, o aparato policial que foi criado para desmembrar a esquerda clandestina e os mais variados artifícios utilizados, tanto o aperfeiçoamento no sistema de espionagem da polícia, como também dos grupos de resistência. Entende-se que relatando como foi construído esse organograma policial, foi possível compreender melhor a relação militares/militantes opositoristas ao governo.

Além de armas de fogo, a informação e a segurança foram “armas” fortíssimas, essenciais no combate, no disfarce, no ‘jogo’ e no ‘drible’ de prender e fugir, na ousadia, e principalmente, na continuidade de lutar por um ideal, seja qual fosse o lado, e ainda considerar quem estava obedecendo a ordens. Analisou-se como o complexo aparato do Sistema Nacional de Segurança e Informações (SNSI) foi criado, teve o seu apogeu e decadência. Acredita-se que assim será entendido com mais clareza como ocorreu a relação entre o lado opressor e o oprimido e também a aplicação de estratégias de resistência utilizadas pelos militantes, assim como a evolução e o aperfeiçoamento do aparato policial.

Devido ao aperfeiçoamento dos órgãos de informação da ditadura Militar brasileira, fez-se necessário por parte da resistência também o aperfeiçoamento a partir das estratégias que dariam suporte ao embate contra os militares. Dentro dessa conjuntura, fica perceptível que tais práticas se alteram de acordo com duas etapas do período ditatorial: a primeira fase que compreende os anos 1964 a 1968, onde havia ainda certa abertura política e eram, eventualmente, permitidas manifestações, protestos e panfletagens. A segunda fase é a partir de 1969, com o endurecimento do regime e da consolidação dos órgãos de segurança, como já foi mencionado no tópico anterior. O clima no Pós AI-5 publicado em Dezembro de 1968 ficou mais tenso e as táticas aplicadas pelos manifestantes e militantes tiveram que se tornar ainda mais requintadas. A polícia generalizava os opositoristas, entretanto, é fato que havia uma diversidade grande dentro da esquerda, com vários segmentos e ideologias diferenciadas

que interviram naquele momento, mas que não fazia a menor diferença para a repressão na aplicabilidade da força.

Silva (2014) analisa as práticas de resistência em Pernambuco, a partir de documentos encontrados no DOPS/PE, baseada em três aspectos: o primeiro é relacionado à quantidade de informes que circulou nos órgãos da rede; o segundo se refere à frequência de monitoramento da polícia e o terceiro leva em consideração os métodos abusivos aplicados pelo regime militar. Ainda em sua análise, a autora constata que três grandes grupos eram os alvos mais vigiados pela polícia: As Ligas camponesas, o Movimento Estudantil e duas dissidências do Partido Comunista, a ALN e o PCBR.

Essa pesquisa foi focada principalmente no Movimento Estudantil, e também nos grupos ALN, PCBR e AP, que eram bastante fortes em Pernambuco com muitos membros envolvidos no M.E., sendo impossível dissociá-los. O trabalho percorre as várias táticas usadas por esses grupos mencionados, entretanto o principal objetivo foi recolher informação a respeito do uso da comunicação clandestina. Ou seja, poderão aparecer exemplos dessa comunicação utilizados por uma organização que não teve tanta expressão, pois o que está sendo estudado é a criatividade dessas táticas. Tal seguimento da pesquisa tem relação com a abordagem de Certeau (1994, p. 41) o qual menciona que “procedimentos populares (também “minúsculos” e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los”.

As forças de repressão em Pernambuco tinham como principais objetivos desde 1960 investigar indícios de comunismo, perturbação da ordem pública como as greves, além de fornecer informes relativos a movimentos subversivos como os denominados por eles de milícias populares, exército camponês e qualificação semelhante, a permanência de comunistas, estrangeiros ou nacionais que estivessem liderando atividades dos “líderes vermelhos”, e atividades suspeitas do movimento armado, com a participação do antigo PCB. Ou seja, essa preocupação e receio com a luta armada já existia bem antes do Golpe de 1964 e o DOPS era o órgão responsável por esse controle social, mesmo agindo em caráter preventivo.

Ao longo da trajetória de aperfeiçoamento da polícia, houve o intercâmbio, ou seja, a troca de informações entre o local e o nacional o que facilitou a vigilância social com o objetivo de anular a “desordem”. Esses métodos só se tornaram mais agressivos no final da década de 1960. Isso chama a atenção e comprova que a polícia política não foi criada com a ditadura militar, já vinha de governos anteriores e autoritários, assim como a participação e interferência dos EUA também (SILVA, 2014).

Na década de 1960, os órgãos de segurança no Brasil intensificaram, devido ao contexto da Guerra Fria, em especial a partir da Revolução Cubana, as medidas de prevenção ao avanço do comunismo. A propaganda anticomunista foi uma delas para deter o progresso “vermelho” no país. Cartazes dessa natureza foram distribuídos tanto em nível nacional, como local, e expostos em locais de maior circulação da população. Muitos desses cartazes foram vistos em Recife na marcha da família com Deus pela liberdade já em 10 de Abril de 1964. O conteúdo das imagens buscava associar o comunismo ao medo e à exploração do trabalho.

O SNI foi criado em 13 de Junho de 1964, exatamente dois dias antes de terminar o prazo do Ato Institucional que estabelecia as cassações e punições relativas a direitos políticos, causando bastante desconforto por parte dos políticos. O projeto de criação do SNI foi de Golbery do Couto e Silva, que desde os anos 1950 estudava a necessidade de um órgão dessa natureza e que, durante o pré-golpe, montou uma rede de informações com dossiês preparados sobre mais de 400.000 pessoas. Golbery teve ajuda de consultores norte-americanos e já existia o Serviço Federal de Informações e Contrainformações (SFICI) (FICO, 2001).

A partir de 1968, as necessidades de informações ultrapassavam o que foi instituído inicialmente por Golbery do Couto e Silva, ou seja, era necessário agir em conjunto com a polícia política. Com o AI-5 iniciou-se uma verdadeira guerra revolucionária onde todas as armas deveriam ser utilizadas, até as de efeito moral e psicológico. Saber detalhes da vida pessoal de alguém poderia ser inútil, como informação, porém poderia ser essencial para as atividades clandestinas de espionagem. Ou seja, era imprescindível aperfeiçoar o SNI e as antigas seções de segurança nacional dos ministérios civis, as quais estavam desativadas (FICO, 2001).

De acordo com Padrós (2008), duas razões surgem na formação das ditaduras latino-americanas de segurança nacional: uma delas é o interesse pelo capital internacional e pelas elites locais que tentam impor um novo modelo de acumulação. A outra razão é de que os regimes de Segurança Nacional surgiram das extremas contradições de classe e do crescimento de programas reformistas e revolucionários.

Uma das principais premissas da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) é a rejeição da divisão da sociedade em classes, ou seja, o cidadão precisa se conscientizar que pertence a uma comunidade nacional coesa. O aparecimento de antagonismos sociais é visto como maléfico aos interesses do país, pois o que se pretende é que a coesão política pressupõe o fim do pluralismo político, que segundo a Doutrina, é a resolução dos conflitos. As pessoas que eram identificadas com o que se chamava de “ideologias estranhas” eram tratadas como inimigos perigosos aos interesses da unidade nacional. Entre os anos 1960 e 1970, a América

Latina foi vista como responsável por disseminar a influência soviética, causando o anticomunismo pelos setores dominantes locais. Fazia-se a ligação do comunismo à tirania, opressão e barbárie e espalhavam a ideia de que com o socialismo não seria possível ter uma democracia. O **monstro** do comunismo era a ameaça ao **mundo livre**. “A aplicação dos princípios da DSN [Doutrina de Segurança Nacional] nos países latino-americanos para defender a democracia assumiu o perfil da violência estatal, e em muitos casos, do terror do Estado” (PADRÓS, 2008, p. 149).

O Estado tornou-se um instrumento de repressão, que oscilava o grau de violência nos diversos países do Cone Sul e deixou como marca a supressão das instituições democráticas. O papel do governo que seria de controlar a paz e impedir a violência entre os povos numa comunidade, de acordo com Padrós (2008, p. 150), passa a atuar com métodos coercitivos com o objetivo de punir determinados comportamentos:

O Estado se configurou como o macroinstrumento repressivo que, variando em grau de violência nos países do Cone Sul, deixou, como marca comum, a supressão das instituições democráticas. Os setores economicamente dominantes viram, nessa intervenção e na própria DSN, a viabilização da tranquilidade social tão necessária para seus interesses.

Não existe a possibilidade de o Estado funcionar acima dessas incongruências na sociedade, pois a desigualdade estrutural é a característica de tais formações sociais, dessa forma, não há como o Estado se posicionar a favor da sociedade como um todo. Há possibilidade de controlar e proteger algumas questões de ordem comum, porém relativamente ao que se refere à riqueza e distribuição, o Estado colabora com a desigualdade e injustiça.

Sabe-se que é de responsabilidade do Estado a proteção do território contra a invasão de inimigos externos, porém também é colocada, muitas vezes, a força sobre grupos sociais que questionam a ordem social, por exemplo, o que é considerado subversão ao Estado. Há sim uma conduta de que o Estado tem de se esforçar para manter condições pacíficas e interditar combates entre grupos dentro de uma sociedade, porém é complicado definir até onde o Estado deve sair em defesa de um grupo através de métodos coercitivos legais ou ilegais.

Recorrer ao Terror de Estado (TDE) é assumir que os mecanismos são incapazes na neutralidade desses descontentamentos sociais. E o tamanho e intensidade da aplicação do TDE é proporcional à ameaça vista a partir das classes dominantes. Um dos objetivos do Terror de Estado é: esfacelar os movimentos populares, acabar com projetos de alteração do

status quo da propriedade e também da distribuição da riqueza social, além de anular instituições políticas e sociais democrático-representativas (PADRÓS, 2008).

Padrós (2008) analisa a essência do TDE não só com provas de tortura e censura, ele enumera em seis vertentes: abrangente, porque não houve setor da sociedade que escapasse à ação repressiva e ameaças; indiscriminado, pela ausência de limites no uso da violência contra a população aproveitando-se do conceito de “inimigo interno”, ou seja, qualquer pessoa poderia ser uma ameaça; prolongado, porque as sequelas permaneceram no período seguinte, mesmo após o regime ditatorial; retroativo, porque além de atingir guerrilheiros, comunistas e outros esquerdistas, havia a investigação do passado das pessoas, suas simpatias políticas ou possuíam algum envolvimento com o movimento estudantil ou sindical, tornando qualquer pessoa pouca confiável; preventivo, um dos objetivos foi criar a cultura do medo.

O TDE criou um comportamento padrão aceito e quem fugisse àquele padrão era considerado suspeito e rotulado de subversivo. Extraterritorial porque havia perseguições além das fronteiras, ou seja, militantes eram procurados em outros países. A Operação Condor foi um exemplo desse tipo de prática na América Latina.

É importante entender as ideias da “doutrina de segurança nacional e desenvolvimento” e perceber o teor dos órgãos de conspiração que levaram ao Golpe de 1964, como a Escola Superior de Guerra (ESG), o IBAD e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), instituições essas que agregavam empresários e militares de elite. Como já foi mencionado, não se pode generalizar os militares, pois havia diferenças significativas entre pessoas que apoiavam e as que integravam o sistema de informações e segurança. Havia uma classificação nessa diferença que separava os militares em duas linhas, uns considerados como “moderados” e outros como “duros”, porém essa denominação era sempre controversa visto que até os moderados apoiavam atitudes da **linha dura**, e essa também intervia em ações nos sistemas de informações.

Alguns analistas afirmam que, independentemente da estrutura hierárquica da carreira militar, os órgãos de espionagem e repressão tinham autonomia, ou seja, os que compunham os altos escalões do exército não necessariamente estavam diretamente envolvidos nas ações mais violentas, como torturas e assassinatos de presos políticos. Havia também muita troca de informações entre os diversos órgãos de segurança e informações: Divisão de Segurança e Informações (DSI) do Ministério da Justiça (MJ), o Centro de Informações do Exército (CIE), o Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA), o CENIMAR, o SNI, a Comissão Geral de Informações (CGI), DOPS etc. Alguns documentos elaborados pelos

órgãos de informações tinham um formato preordenado: **o levantamento de dados biográficos** que consistia em fornecer os dados da pessoa sobre sua posição ideológica, a atitude em relação ao golpe, ocasionais atividades subversivas, conduta civil, entre outros. Normalmente esse levantamento era utilizado para pessoas nomeadas a cargos públicos, mas também para pessoas que almejavam cursos e bolsas de estágios no exterior e dependiam da autorização da Presidência da República (SILVA, 2014).

Outro documento utilizado era a ficha-conceito que continha informações subjetivas quanto ao **conceito profissional**, como bom, honesto e trabalhador, ou ao caráter, que poderia ser avaliado por firme e bom, duvidoso, etc. Havia também a ficha sintética ou juízo sintético, que era uma avaliação geral do cidadão quanto à posição ideológica e as classificações poderiam ser: democrata, comunista ou sem posição definida. O agente escrevia na ficha registros negativos ou positivos. Essas fichas eram produzidas pelos órgãos do SNSI e recebiam o nome de Informação. Os analistas de informações podiam classificar um documento como “confidencial ou secreto”, desde uma nota no jornal ou um bilhete encontrado em alguma casa clandestina, o qual passaria a ser considerado material subversivo. Encontrou-se no APEJE diversos documentos com esses tipos de classificação. A troca desse material de informação servia para manter os variados órgãos em comunicação (SILVA, 2014). A figura abaixo contém dois carimbos “confidencial”, um no topo da página e outro na parte inferior.

FIGURA 9: Exemplo de documento confidencial

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
IV - EXÉRCITO
SÉCRIA REGIÃO MILITAR
QUARTEL - GENERAL
- SEGUNDA SEÇÃO -

INFORMAÇÃO Nº 993 /72

Data: Salvador-BA, 19 de novembro de 1972.

Assunto: PLANO DE CONSOLIDAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO PC do B no Setor Estudantil.

Referência: Documentos apreendidos pela 6ª R.M.

Difusão: CIE - IV Ex - 2ª IN - COMCOS - EXDA - CR-DFE/BA - SSP/BA - SNI/ASV e ABSI/UFBA

Através de documentação recentemente apreendida por esta Agência, foi constatada a existência de um plano geral de trabalho, com o objetivo de consolidar e desenvolver a influência do "Partido Comunista do Brasil" no setor estudantil.

O referido plano apresenta, como ponto positivo, o fato de "partido ter participado ativamente nas lutas de massas, penetrado em novas escolas e ganho novos militantes, melhorando os trabalhos de finanças e de agitação e propaganda e aumentada sua influência no movimento estudantil".

São estas, em resumo, as metas do plano:

1. Elevar o nível político-ideológico dos militantes
 - a) estudo acurado dos livros e materiais marxistas-leninistas;
 - b) estudo e discussão de documentos e materiais do partido;
 - c) estudo de livros e materiais sobre a realidade brasileiro;
 - d) participar ativamente das lutas de massas;
 - e) estudo e assimilação das experiências dessas lutas.
2. Conhecer a realidade estudantil
 - a) levantar os problemas concretos das respectivas escolas; /continua na #1 02/

CONFIDENCIAL

O Documento é Responsável pelo Manuseio do do Setor. Não Documento (At. de. Doc. nº 117/72 - Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Seguros).

IV EXÉRCITO-QU
Destina: Sec.
PROT. SIGILOSO
Nº 4613
em 17/11/1972

Fonte: Relatório Cenimar Prontuário nº 27.594, APEJE-PE, 1972.

O relatório do CENIMAR, Prontuário nº 27.594 do APEJE-PE possuía informações detalhadas sobre as organizações e partidos clandestinos desde o surgimento até os nomes dos principais mentores, objetivos, ideologia, estratégias de ações e táticas. Ou seja, um dossiê completo da esquerda opositora em nível nacional. Também havia informação sobre os setores sindicais e estudantis, estatutos, atividades comunistas, estratégias revolucionárias, e muitos outros detalhes, o que demonstra o quanto minucioso foi o trabalho elaborado pelo sistema de informações (APEJE-PE, 1972).

No relatório mencionado onde se fala a respeito do PCB, por exemplo, nomes como o de Gregório Bezerra e o de Luís Tenório de Lima são destaques no trabalho ilegal e clandestino e, naquele momento, ano de 1966 em que foi redigido, eles se encontravam

presos. Outro documento que relata, na ótica dos militares, como era o trabalho do Movimento Estudantil antes do dia 31 de Março de 1964: “até aquela data, os estudantes esquerdistas participavam ativamente do processo subversivo que havia se instalado no Brasil e que alcançara notável recrudescimento com a ascensão de João Goulart ao poder”. E após essa data é redigido ainda no mesmo relatório: “os elementos estão comprometidos com a revolução, foram facilmente identificados pelos constantes expurgos que se realizavam através de asilos e embaixadas e pelas constantes fugas através de nossas fronteiras” (APEJE-PE, 1972).

O DOPS foi criado ainda no Governo de Vargas, em 1935, com a finalidade de estabelecer um organismo que fosse capaz de impedir o avanço do comunismo, que, para os militares, significava uma grande ameaça à ordem. Após o Golpe de 1964, havia uma preocupação maior com a Segurança Nacional e, de imediato, várias medidas foram tomadas. O objetivo do órgão era o combate ao terrorismo e a qualquer tipo de manifestação que pudesse atentar contra o Estado.

Ao tratar de crime político, o DOPS tinha estratégias fundamentadas na vigilância, censura, repressão e na permanente espionagem da sociedade. Eram vários os métodos utilizados: a escuta telefônica, interceptação de correspondências, investigação de algum fato ou pessoa, vigilância em locais considerados suspeitos, acompanhamento de pessoas ou locais por investigadores, invasão de células comunistas e aparelhos, ou ainda qualquer lugar em que houvesse sinais de práticas subversivas na ótica policial (SILVA, 2014). Tais estratégias policiais passam a ocasionar mudanças no comportamento e na rotina de pessoas que se utilizam da clandestinidade como prática de resistência.

A informação atua de forma engenhosa no controle social e no combate às ideias consideradas ameaçadoras, funciona como uma força principal nas táticas de prevenção e repressão dos órgãos de segurança com o objetivo de produzir a ordem através de corpos disciplinados e silenciando as massas, ou seja, a informação é considerada como um tipo específico de poder com o intuito de controle disciplinar da sociedade, e que pode ser usada no combate às ideias contrárias ao Governo, conforme explana Silva (2014, p. 160):

A informação se constitui, é o veículo, o meio e o reflexo desse poder; como através dela o poder se exerce, se manifesta para disciplinar, controlar e excluir, aspecto possível a partir da constituição de uma ‘ideologia de Segurança Nacional’ responsável por produzir uma nova visão de sociedade amparada na ‘mentalidade da informação’, que vai direcionar as posturas e práticas dos órgãos de segurança na construção e no combate do inimigo.

Nos prontuários do DOPS-PE foi possível constatar, através de entrevistas com prontuários (pessoas que tinham prontuários abertos no extinto DOPS), que a *suspeição* poderia acontecer através de alguma denúncia ou informação, vinda ou não de uma delação. A partir do momento em que chegava ao conhecimento da SSP, era encaminhada ao DOPS que iniciava a investigação passando por todos os órgãos da rede, monitorando antecedentes do investigado, grau de envolvimento com passeata ou manifestação pública, que eram consideradas agitação, ou algum antecedente com o Partido Comunista, que poderia vir a ser rotulado de “simpatizante de ideias comunistas”. A Suspeição foi bastante responsável pelas denúncias e, conseqüentemente, o desmembramento de várias células clandestinas de organizações oposicionistas. Era comum alguma pessoa que morasse vizinho a um “aparelho”, ao perceber um comportamento estranho, avisava de imediato a polícia.

Figura 10: Exemplo de panfleto estudantil apreendido pelo DOPS/PE

MOSTRA DE MÚSICA ALTERNATIVA
 TODO MÊS UMA MOSTRA. NESTA QUARTA 26-DE OUTUBRO AS 16:00H. EM FRENTE AO DIRETÓRIO(MEDICINA) AO "AR LIVRE"

OS GRANDES JORNAIS DA IMPRENSA
 "NANICA"
 MOVIMENTO NOS MULHERES VERSUS OVELHA NEGRA
 e muito mais, você encontra na
D. QUIXOTE LIVROS
 Edf. PIRAPAMA, LOJA 4.

Quilombo
 LIVRARIA/EDITORIA
 Rua do Hospício, 284 Loja 4
 Edf. Capitólio - Boa Vista
 Recife - Pernambuco
 LIVROS NOVOS E USADOS
 VENDEMOS - COMPRAMOS - TROCAMOS
 ALÉM DE: Discos - Slides - Mapas Históricos - TRANSPARÊNCIA
 REPRODUÇÕES DE QUADROS FAMOSOS
 VENDAS A VISTA OU EM 3 PRESTAÇÕES (SEM JUROS)

EDITORA GUANABARA KOOGAN S.A.
 DISPÕE DE LIVROS DIDÁTICOS PARA TODA A ÁREA DE SAÚDE. COM VENDAS A VISTA OU A PRAZO
 PROCURE O LIVREIRO RUI GOMES QUE ELE TEM O LIVRO QUE VOCÊ PRECISA.
 STAND LOCALIZADA NO PÉ DA RAMPA, NA FACULDADE.

EDIÇÕES ARTES MÉDICAS
 POSSUI A MAIOR VARIEDADE DE LIVROS CIENTÍFICOS PARA A ÁREA DE SAÚDE. COM STAND DE VENDAS NO HOSPITAL PEDRO II E NA FACULDADE E LOJA EM FRENTE AO HOSPITAL.
 PROCURE ROBERTO QUE ELE TERÁ O LIVRO QUE VOCÊ PRECISA.

COMPAREÇA AS REUNIÕES SEMANAIS DE AVALIAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE TAREFAS - TODA QUARTA AS 16:00H.

Fonte: Relatório Cenimar Prontuário nº 27.594, APEJE-PE, 1972, p. 9.

Apenas no final da década de 1960, a partir do endurecimento das atividades da esquerda oposicionista com a adesão à luta armada, é que o governo militar justificou abertamente a estruturação de organismos próprios especializados na censura da imprensa e em atividades

artístico-culturais na área da propaganda política e da repressão. Foi a partir da espionagem e da polícia política que as operações militares tornaram-se mais delineadas e concretizadas. O panfleto acima citado é um exemplo de imprensa alternativa utilizada pelos estudantes para divulgar diversos assuntos como música, venda de livros, e principalmente temas de teor político e contestatório.

O SNSI é instituído a partir de 1970 e estava centrado no SNI. As necessidades de informações do regime militar ultrapassavam as demandas preliminares, ocasionando uma maior conveniência em relacionar-se com a polícia política. Sendo assim, em junho do mesmo ano, o SNI aprova o Plano Nacional de Informações (PNI), o qual decretava as missões que deveriam ser cumpridas por todos os órgãos de informações. Tal plano era sempre adaptado juntamente com a Doutrina Nacional de Informações. De acordo com o SNSI existiam dois ramos de atividades de informações: a informação e a contrainformação, como uma forma de paralisar as atividades de informações dos supostos inimigos. Não era apenas um órgão que recolhia informações, a espionagem partia do princípio de que qualquer pessoa não estaria imune ao comunismo e à subversão. Uma das principais técnicas utilizadas era **a reiteração**. Caso um indivíduo tivesse visitado outro que era *tido como comunista*, essa informação, mesmo depois de anos, poderia ser usada como um agravante. Também era utilizada a técnica de desmoralizar uma pessoa com a acusação, sem fundamento, de desvio sexual, assim como o adultério ou homossexualidade também eram práticas desabonadoras. Até **insanidade moral era** utilizada como acusação (FICO, 2001).

A partir do século XX com o crescimento do sistema industrial e capitalista, muitos países avançados da Europa (França, Inglaterra, Espanha, Rússia e outros) e os EUA criaram seus serviços secretos com o intuito de investigar outros países relativamente à política, economia, diplomacia e guerra, e estavam relacionados ao interesse militar quanto à segurança externa e interna. Tinham como características a espionagem e também a coleta de informações a partir de fontes fora do território nacional. Após a 2ª Guerra Mundial, os serviços secretos tornaram-se os serviços de inteligência com funções mais abrangentes relativamente ao controle que a elite política tem do Estado e da Sociedade. Os serviços de inteligência de países ocidentais capitalistas (CIA dos EUA, MI-5 da Inglaterra, DST da França) e dos países socialistas (KGB da URSS, STASI da Alemanha Oriental) possuíam um diferencial pelo alto poder de sigilo e a relação de poder e investigação estavam limitadas a uma pequena parcela de governantes e oficiais militares (NASCIMENTO, 2013).

No caso das ditaduras militares e civis de alguns países, os serviços de informações também eram a polícia política, nos quais o controle social dessa polícia tornou-se uma

prática comum em várias ditaduras. Em Portugal, por exemplo, na ditadura salazarista (1933-1974), a polícia política do Estado Novo era a Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), Direção Geral de Segurança (DGS), que também passou por um longo aperfeiçoamento, assemelhando-se ao DOPS no Brasil. Ao longo da ditadura de Salazar a PIDE/DGS alterou sua formação do pessoal, seus recursos técnico-humanos, seus métodos de trabalho, sua investigação científica e os poderes de atuação. A PIDE/DGS tinha caráter secreto e funcionava como a polícia de informações. Também desenvolveu um trabalho importante de apoio à censura, tanto no continente como nas colônias portuguesas. Os dois órgãos juntos foram fundamentais no complexo aparelho operacional repressivo da Ditadura Salazarista (AZEVEDO, 1999).

A Ditadura de Pinochet no Chile teve também a Direção Nacional de Inteligência (DINA), que foi o principal serviço de inteligência responsável pela repressão política entre os anos de 1974 e 1977, e tinha como principal objetivo elaborar material de inteligência, mas para isso era necessária a formulação de políticas, planificação e adoção de medidas que garantissem a segurança nacional e o desenvolvimento do país. A DINA também exigia a participação de outros órgãos públicos e teve assistência técnica e treinamento da CIA (AGGER; JENSEN, 1996).

Os quartéis chamados de *Tejas Verdes* que eram campos de treinamento onde agentes da polícia aprendiam o uso da espionagem, técnicas de sequestrar, interrogar e torturar a todos que se opusessem à Ditadura de Pinochet. Em Maio de 1974, a DINA criou uma empresa de importação e exportação para financiar suas operações. Nesse contexto, surge uma rede de repressão política: a Operação Condor, juntamente com conexões em países que também viviam ditaduras como Argentina e Brasil. Também havia a polícia secreta no Chile que se chamava *La Central Nacional de Informaciones* (CNI), criada em 1977 que funcionou até 1990. Era uma organização similar à DINA, com as mesmas características e funções, porém estava vinculada ao Ministério do Interior e direcionada principalmente para a inteligência política e para a manutenção da instituição vigente. A resistência armada foi bastante forte no Chile, as mais conhecidas foram o Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR), a Frente Patriótico Manuel Rodríguez (FPMR) e o Grupo Lantaro. Em 1986, o grupo FPMR tentou assassinar Pinochet, e como resposta houve um forte ataque contra a esquerda opositora e vários ativistas foram interrogados e brutalmente assassinados (AGGER; JENSEN, 1996).

Só em 1990 o DOPS-PE é substituído pelo Centro de Informações da Secretaria de Segurança Pública, porém, ao comparar as competências dos dois órgãos será visto que as práticas de controle social são apresentadas como estratégias do Estado, isso quer dizer que

não se resumia apenas aos governos autoritários, mas que consiste numa permanente vigilância da sociedade.

No próximo capítulo será detalhada a comunicação clandestina, ou seja, as táticas relatadas a partir dos depoimentos orais ou dos livros biográficos, e ainda as que foram recolhidas a partir dos documentos encontrados em pesquisa no APEJE-PE, que guarda arquivo do extinto DOPS-PE. Assim, será possível entender melhor a verdadeira importância da Comunicação Clandestina para a militância dentro do contexto ditatorial.

3 MEMÓRIAS DE UMA ÉPOCA: A HISTÓRIA CONTADA A PARTIR DE PALAVRAS CIFRADAS

3.1 A importância da memória na contextualização de fatos históricos

O estudo da memória associada à história é essencial ao objeto dessa dissertação, visto que a análise abrange informações obtidas a partir de muitos relatos orais e biográficos. Como observa Le Goff (1994, p. 476):

A memória coletiva é não somente uma conquista é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória.

A memória serve para resgatar um passado e nutrir o presente e o futuro, e quem a detém pode utilizar como instrumento de dominação. Os silêncios da história são usados para manipulação de uma memória coletiva, e foi assim que o período ditatorial fez durante anos no Brasil. Além de arquivos apagados, durante muito tempo foi proibido o acesso à informação daquela época. Grande parte do trabalho em questão só foi possível porque atualmente a permissão é livre aos documentos da polícia política e assim, foi conseguido restaurar uma parte do passado, para conhecer, compreender e ajudar na construção da memória de forma democrática.

Mesmo que os acontecimentos e fatos históricos já ocorridos sejam imutáveis, tanto os historiadores como os sujeitos e as testemunhas elaboram análises que são influenciadas pelo contexto do momento atual. Segundo afirma Delgado (2006, p. 16), não é uma questão de relativismo e sim de manifestações cognitivas dentro do contexto presente de cada uma dessas pessoas, é nesse momento que o tempo passado e o presente se cruzam na intersubjetividade: “a temporalidade, ou seja, a relação entre múltiplos tempos, também é inerente ao documento produzido”.

Ainda se cruzam as dimensões do tempo individual, vida privada e roteiro biográfico, e do tempo coletivo que seriam o social, nacional e internacional. A memória social constrói imagens do passado e trazem determinadas representações sobre um determinado período da história, por isso um dos desafios da história oral, segundo Delgado (2006, p. 18) é a “relação entre as múltiplas temporalidades”, pois os depoimentos obtidos reproduzem uma ótica particular de um processo coletivo vivenciado. Ou seja, um indivíduo quando fornece um

relato oral, ele está dando a visão dele sobre aquele momento histórico coletivo o qual passou, trazendo ao relato impressões e sentimentos vividos enquanto ocorreu aquele fato.

Ao longo das entrevistas, por exemplo, alguns depoentes ficaram com lágrimas nos olhos ou mesmo choraram, ou ainda se exaltaram com raiva ao relatar determinado fato. As entrevistas são temáticas, porém com experiências vividas naquele determinado tema, como por exemplo, o movimento estudantil durante o período militar, demonstrando que a oralidade e a pesquisa documental estão lado a lado e se complementam.

O tempo, mesmo sendo abstrato, é uma vivência real, e, quando se analisa o passado, há sempre a influência da temporalidade. Os historiadores também recebem essa influência do tempo que vivem, reinterpretando, mas sem o modificar. Já a memória chama o passado para que não haja a perda, ou seja, o tempo e a memória são elementos únicos que possuem uma ligação porque se compõe várias extensões da temporalidade em movimento, pois, de acordo com Delgado (2006, p. 38): “a memória é base construtora de identidade e solidificadora de consciências individuais e coletivas”.

Delgado (2006, p. 42) afirma ainda que a história é espaço de poder que produz memórias dirigidas e a história “através da narrativa, fertiliza a memória, contribuindo para reativação das lembranças”. Para esse trabalho foram ouvidos alguns militantes atuantes em Pernambuco, além de usar fontes de arquivos como provas de memórias e confirmações das mesmas. Considera-se importante a memória como fonte para complementação de dados empíricos encontrados no decorrer da pesquisa, além de enriquecedor, pelo surgimento de relatos que trazem novas informações no que se refere ao tema da comunicação clandestina, tema este ainda pouco explorado por historiadores.

Fernandes Júnior (2004)¹¹, autor da obra *O Baú do Guerrilheiro*, foi membro da Ação Libertadora Nacional (ALN) e sua narrativa tem início em 1966 porque foi o ano que ingressou no Movimento estudantil, concluindo em 1976, ano em que saiu da prisão. Segundo o entrevistado Fernandes Júnior (NUNES, 2004, p. 11) demorou 27 anos para finalmente decidir escrever sobre fatos que lhe traziam sentimentos fortes e reflete: “foi bom ter guardado tanto tempo, deixado as emoções mais angustiantes bem longe, mas a memória continua viva, assim como a lembrança daqueles que tombaram na luta menos dolorida”. Essa citação está relacionada com o que cita Delgado (2006, p. 44): “a narrativa contém em si

¹¹ Ottoni Fernandes Júnior (2004) fez militância como estudante do curso de Física, passando no vestibular no ano de 1966 quando ingressa na clandestina Ação Libertadora Nacional (ALN). Tornou-se jornalista e trabalhou nas Revistas Exame, Isto É e no jornal Gazeta Mercantil. Foi preso político entre 1970 e 1976, onde esteve em vários presídios do Rio de Janeiro. Ao falecer em 2012, ele presidia a Diretoria Internacional da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Na obra *O Baú do Guerrilheiro* ele narra vários exemplos de comunicação clandestina.

força ímpar, visto ser também instrumento de retenção do passado e, por consequência, suporte do poder do olhar e das vozes da memória”.

O referido livro de Fernandes Júnior foi lançado no contexto das comemorações do 40º aniversário do golpe militar em 2004. O autor, um ano antes de ser solto da prisão, começa a guardar recortes, fazer anotações e coletar testemunhos sobre o período. Depois de libertado, decidiu relatar sua experiência em livro, mas foi adiando até o ano de 2003. A narrativa é construída utilizando-se de elementos constitutivos da memória individual e coletiva. Como já argumentava Pollack (1992), de início são os acontecimentos “vividos pessoalmente”. Em seguida, vem os acontecimentos que ele chamara de “vividos por tabela”, aqueles vividos pelo grupo à qual a pessoa se “sente pertencer”, conforme narra Fernandes Júnior (*apud* NUNES, 2004, p. 1):

Eu precisava mostrar este contexto e precisava mostrar como um grupo de jovens brasileiros, mergulhados neste molho, não aceitou a ditadura militar. Começaram no movimento estudantil e daí partiu para a resistência armada contra a ditadura. Algo meio quixotesco, mas que faz parte das lutas da humanidade pela liberdade. Também escrevi o livro porque muita gente esqueceu desta passagem da vida política brasileira; porque a guerrilha foi derrotada e há uma tendência de acolher a versão dos vencedores, embora a ditadura tenha sido afinal derrotada.

Delgado (2006, p. 35) faz uma observação semelhante e comenta sobre as temporalidades diversas nesse tipo de narrativa:

Na história de uma comunidade estudantil universitária de um determinado país entrecruzam-se temporalidades diversas: a da vida universitária propriamente dita, a da cidade na qual a Universidade está inserida, a do país a qual está integrada, a do Movimento Estudantil em si mesmo, com suas heterogêneas vivências e a da vida dos estudantes, sujeitos principais específicos.

No caso da narrativa de Fernandes Júnior (2004), ele afirma que apenas quis trazer para os dias de hoje o que vivenciou naquela época e não fazer uma avaliação política, pois admite que fazer uma crítica 40 anos depois do ocorrido seria mais fácil. Le Goff (1994, p. 423) faz referência a esse tipo de memória:

A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões de informações passadas, ou que ele representa como passadas.

Como menciona Fico (2008), a tentativa de explicação histórica de fenômenos recentes sempre se faz necessário confrontar com a memória das pessoas que participaram diretamente dos fatos, ou com pessoas que tiveram intenso conhecimento deles, mesmo que indiretamente. Todo acontecimento do passado pode ser disputa de memória, entendida não

como lembrança, mas como afirmação de uma determinada verdade. Confrontar a memória com a história não confirma que a última tenha acesso à verdade, ou seja, é necessário comprovar ou mesmo contrapor sobre um dado assunto com as evidências empíricas disponíveis. Saber se existem provas que amparem uma determinada afirmação, ou se, pela falta de documentos, tal afirmativa é uma mera opinião.

[...] memória de um tempo onde lutar /
 Por seu direito /
 É um defeito que mata /
 São tantas lutas inglórias /
 São histórias que a história
 Qualquer dia contará / De obscuros personagens /
 As passagens, as coragens
 São sementes espalhadas nesse chão /
 De Juvenais e de Raimundos
 Tantos Júlios de Santana /
 Uma crença num enorme coração /
 Dos humilhados e ofendidos /
 Explorados e oprimidos [...] (GONZAGUINHA *apud* GOMES, 2013).

Muitas táticas de comunicação clandestina foram narradas através da história oral, ou seja, pessoas que se disponibilizaram a conceder as entrevistas sobre as experiências vivenciadas durante o regime militar. Parte dessas entrevistas foi realizada em 1999, na fase de produção do vídeo-documentário *Militância e Comunicação*, da mesma autora dessa dissertação e que serviu como projeto embrionário a respeito do tema. A história oral é um procedimento metodológico que visa, pela concepção de fontes e documentos, assinalar, através do registro de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos e explanações sobre a história em várias dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosas e consensuais.

Marcelo Mário Melo comenta sobre a importância do uso da comunicação clandestina na militância estudantil:

Eram formas de se quebrar o bloqueio da censura, da falta de liberdade de expressão que sempre atingiam parcelas da população. Em 1970 coordenei em todo o Nordeste, onde o PCBR tinha presença partidária, a Campanha do ‘Voto Nulo’, que procuramos fazer segundo a orientação contida no livro ‘A Mistificação das Massas Pela Propaganda Política’, de Serge Domenach. Passamos um mês, somente, pichando o X. No segundo mês o X acompanhado do slogan ‘Vote nulo contra a ditadura’. Esta era a palavra de ordem mais ampla e que pegou. Para os que defendiam a luta armada, a variante: ‘Eleição, tapeação, luta armada, solução’. A partir do terceiro mês, bastava o X, sem mais nada (Entrevista realizada em 2011).

Karnal e Tash (2011, p. 10) descrevem documento como base para o julgamento histórico e que “a categoria documento define uma parte importante do campo de atuação do historiador e a amplitude de sua busca”. Foi analisada a importância do documento e as leituras

opostas que podem ser geradas, por exemplo, é possível uma análise subjetiva da importância do documento e, ao mesmo tempo, as diversas interpretações que um documento possibilita.

No século XIX o documento passou a ser prova histórica, tornando-se essencial para o historiador. Porém, veio a se discutir o que é um documento histórico e sua veracidade. A Escola Metódica no século XIX afirmava que um documento é o texto escrito, uma carta, um tratado ou testamento. Confirmava-se a autenticidade e em seguida tornava-se fonte. Já no século XX, com a Escola dos *Annales* foi alargado o conceito de fonte, Bloch, citado por Karnal e Tatsch (2011, p. 14), afirma que “a busca do historiador seria guiada por tudo o que fosse humano”, trazendo uma nova gama de temas e, conseqüentemente, a ampliação da noção de documentos.

A fonte não tradicional passou a ser valorizada, porém não ficou longe de críticas que possuíam um ceticismo permanente e, em alguns momentos, segundo Karnal e Tatsch (2011, p. 21), ao longo da história surgiram casos de documentos forjados: “para o historiador, o documento atinge valor pela teia social que o envolve e pelo que revela de mais amplo de uma época e de uma sociedade”.

Quando se fala de expansão documental quer dizer que associado ao documento clássico foram incorporados outros documentos oficiais (arqueológicos, fotografias, relato oral etc.), não foi o documento em si que ficou ultrapassado, e sim, o papel do historiador que apenas lia livros e demonstrava com fontes documentais. Para a elaboração desse trabalho, foi de grande relevância essa abrangência de fontes, pois foram as mais variadas formas relatadas oralmente, alguns arquivos pessoais e ainda dos arquivos policiais, tanto em formatos de relatórios descritivos das ações da militância, como documentos apreendidos na época.

O uso de arquivos policiais na pesquisa histórica é antigo, desde o império se tem conhecimento que a repressão policial também funcionava como repressão política. Para falar sobre os arquivos produzidos pelo regime autoritário é necessário mencionar os sistemas de informações, pois foi a partir da estrutura burocrática que foram gerados tais documentos.

Como já dito no capítulo anterior, a organização desse sistema de informações da ditadura militar não será detalhada, falar-se-á apenas da importância dos documentos elaborados por esse sistema. Relembrando que mesmo no período da República brasileira existiam os referidos órgãos policiais em dois momentos: durante o governo de Vargas (1930-1945) e no período da ditadura militar a partir de 1964.

Entre as décadas de 1960 e 1980, tanto no Brasil como em todo o Cone Sul da América Latina, com a introdução das ditaduras civil-militares, houve uma grande produção desse tipo de documentos, foi dada uma importância maior aos documentos arquivados

militares e policiais e, a partir deles, davam-se as coordenadas das ações de repressão. Durante o regime militar brasileiro houve duas formas de atuação das atividades burocráticas, uma que seguia a hierarquia dos órgãos do governo, e a outra de ações clandestinas, porém não há registros oficiais a respeito dessas ações.

Em 1994, a UNESCO e o Conselho Internacional de Arquivos, criaram uma comissão de especialistas composta por arquivistas e membros de organizações de Direitos Humanos que visava fornecer orientações para conservação e tratamento desses documentos e construir um código ético e moral para utilização e manuseio das informações abrigadas nesses arquivos. Bauer (2012, p. 259) define que “arquivos de repressão são conjuntos documentais produzidos pelos órgãos de informação e segurança do aparato estatal em ações repressivas, durante períodos não democráticos”. Tais documentos atingem a sociedade onde eles existem, pois abrangem além do Estado, os agentes da repressão, vítimas, familiares, organização de Direitos Humanos e as Forças Armadas e, da forma que eles serviram para ações repressivas, hoje eles podem ser usados para favorecer as vítimas. Porém a anistia promulgada em 1979 contribuiu para desmemoriar a violência vivida no regime militar brasileiro e perpetuar as corporações repressivas, não trouxe contributo algum relativamente às investigações do passado.

3.2 Militância e táticas clandestinas no regime militar

Gramsci desponta como um dos primeiros a revisar a ideia de Marx de que a estrutura econômica não é o ponto principal para explicar as relações sociais. Segundo a teoria da hegemonia de Gramsci, a sociedade também é responsável para que uma hegemonia ideológica se propague e perdure. O marxismo clássico sugere que o aparelho de domínio se constitui do governo, instituições públicas, forças armadas, polícia etc. Para Gramsci, a consolidação desse aparelho de domínio, a expansão da hegemonia ideológica é constituída também das igrejas, escolas, sindicatos e a comunicação social (SOUSA, 2006).

O governo militar brasileiro, por exemplo, passou a controlar a imprensa através dos seus censores que eram presentes 24 horas nas redações dos principais jornais no país. Sousa (2006, p. 420) afirma que Louis Althusser baseado na proposta de Gramsci, diferenciou o aparelho repressivo do aparelho ideológico do Estado, onde o primeiro engloba a polícia, as forças armadas etc. O segundo abarca a comunicação social, as escolas, a família, as igrejas, os partidos políticos, a indústria cultural: “a classe dominante exerce sua hegemonia sobre a sociedade através do controle hegemônico desses aparelhos”. A interpretação althusseriana

trazia como inovação enfatizar o papel da cultura enquanto veículo de ideologia dominante e hegemônica. Para Gramsci não é possível se organizar sem intelectuais, pois eles representam o elo da estrutura à superestrutura (SOUSA, 2006).

O foco da pesquisa é o Movimento estudantil, mas como foi dito no início, eventualmente poderão surgir depoimentos de militantes que pertenciam a organizações e/ou partidos clandestinos, mas que vivenciaram tais práticas de comunicação clandestina e devido à relevância da informação também estão comentadas na presente dissertação. As entrevistas foram realizadas com militantes que atuaram em vários estados e com membros que atuavam no movimento estudantil em Recife e alguns desses contatos foram feitos durante as audiências da Comissão Estadual da Memória e da Verdade Dom Hélder Câmara (CEMVDHC).

Como foi relatado no tópico sobre o movimento estudantil em Recife, as proximidades das faculdades de Direito e de Engenharia da Universidade do Recife (atual UFPE) eram de grande efervescência porque concentravam vários núcleos estudantis. Os estudantes secundaristas também estavam próximos e isso facilitava a atuação em conjunto com os universitários. A frase “não somos loucos, mas queremos o Hospício”, em referência à Rua do Hospício no centro da cidade, local onde estava a Faculdade de Engenharia, foi bastante proferida na época em que foi cogitada na Universidade a transferência da faculdade para o *campus* na Cidade Universitária, contada por Teresa Wanderley, que junto aos outros entrevistados Paulo Pontes e Marcelo Mário Melo, todos estudantes secundaristas, eles confirmam essa proximidade e relataram várias ações que aconteceram nas imediações do referido local.

Abaixo estão relatados alguns métodos da comunicação clandestina utilizados pelos entrevistados, através dos relatos orais, principalmente no período 1964-1968, fase em que havia, segundo Delgado (2006, p. 46), pressão das massas: “a produção de documentos orais tem duplo embasamento: o ofício do pesquisador e a memória dos depoentes [...] a história oral constitui-se como espaço verificador da relação entre a história, as memórias e as identidades”.

A memória e história existentes na elaboração de fontes orais são processos cognitivos e também são processos sociais ativos, ou seja, de extrema importância para o surgimento de novas fontes históricas, como para preservar a documentação que já existe. Junto aos relatos orais vêm, além das lembranças, fontes pessoais como fotografias, livros, cartas, ou seja, objetos biográficos do personagem entrevistado que se tornam parte essencial da nova fonte.

Marcelo Mário Melo, em 1961, com 17 anos, estudava no Colégio Estadual de Pernambuco (CEP), ao mesmo tempo fazia parte da base comunista do PCB. A essa altura já havia participado das eleições para o diretório estudantil do colégio e se aproximado das lideranças comunistas em comícios eleitorais, nas eleições presidenciais de 1960. Admite que a entrada para a militância teve grande influência familiar:

Meu pai tinha sido revolucionário de trinta, era prestista e tinha participado do PCB em Caruaru. Mantinha um discurso anticlerical, anti-usineiros, falava nas façanhas do Exército Vermelho na II Guerra Mundial, de Prestes, de Olga Benário etc. Quando eu tinha 14 anos ele me levou para um comício onde falava Luiz Carlos Prestes, na campanha eleitoral para governador, em 1958 (Entrevista realizada em 2011).

3.2.1 A comunicação clandestina em duas fases

Como já foi dito anteriormente, nos primeiros quatro anos pós-golpe de 1964, surgem diversas formas de comunicação clandestina, que eram possíveis devido ao contexto histórico que ainda permitia. Ao longo do endurecimento do regime militar, a cada Ato Institucional que era lançado, se fazia necessária uma adaptação por parte da militância para conseguir colocar em prática suas ações de resistência. Na medida em que a polícia política aperfeiçoava seus métodos, a oposição também desenvolvia e incrementava suas táticas de comunicação. A seguir estão relatados os métodos mais comuns que antecederam o AI-5, ou seja, são os anos de 1964-1968.

Marcelo Mário Melo integrava a Seção Juvenil do comitê Estadual do PCB, antes do golpe de 1964. Quando terminou o curso secundário passou a viver o período do golpe e se comprometeu com a reorganização do partido no meio estudantil, o recrutamento de militantes, os cursinhos, a propaganda, as reuniões, a redação de documentos, já atuando de forma clandestina. Marcelo atuava no departamento de Agitação e Propaganda e utilizou da comunicação clandestina em vários momentos. Sobre a distribuição de panfletos ele relatou:

Utilizávamos também uma larga distribuição de panfletos, que eram distribuídos nos esquemas já citados e jogados do alto dos edifícios. Tínhamos o mapeamento dos edifícios-chave da cidade. Podíamos, simplesmente, jogar os panfletos e procurar escapar, ou colocar um pacote deles, molhado, na marquise. Com a incidência do sol ia havendo a secagem e os panfletos começavam a voar. Isto apresentava a vantagem de dar tempo de o panfleteiro escapular com menos risco. Outras vezes colocávamos o panfleto num peitoril de janela ou em marquise, tendo por baixo uma bomba de São João, das grandes, fincada num cigarro aceso. Num determinado momento a bomba explodia e soltava os panfletos (Entrevista realizada em 2011).

Teresa Cristina Wanderley Neves foi militante estudantil pelo PCBR e estudava no Colégio Estadual de Pernambuco (CEP), atual Ginásio Pernambucano (GP), colégio de grande destaque na atuação estudantil no combate à ditadura. Teresa admite que sua atuação à militância foi mais forte no final de 1967, na opinião da entrevistada foi um ano de grande politização estudantil onde secundaristas liam muito as teses de diversos partidos e organizações e a questão principal das discussões era a respeito da adesão ou não à luta armada. Também debatiam sobre a situação nacional, os efeitos do golpe na sociedade e o acesso ao conhecimento político estudantil e educacional. A entrevistada participou ativamente das eleições para o grêmio da escola em 1967 onde as chapas concorrentes eram Opinião (PCBR) e Vanguarda (AP). O colégio possuía dois jornais, um deles era o Opinião, do grupo homônimo que pertencia ao PCBR, e havia outro que se chamava Correio do CEP, que se autodenominava independente (Entrevista realizada em 2011).

Teresa Wanderley relatou alguns exemplos de como era a comunicação durante esse período de efervescência estudantil. Ela relatou que nas universidades os estudantes aproveitavam os vários canais para discutir a política e um deles foi o trote estudantil que era bastante politizado, mas também vigiado. Muitas famílias iam assistir aos trotes, por isso tornava-se um momento para expor a opinião sobre o governo em questão. Teresa admite que, muitas vezes, criavam-se alternativas rápidas e seguras, mesmo atuando legalmente. Os *mosquitinhos*, por exemplo, eram várias frases curtas colocadas numa folha de papel impressa em mimeógrafo, onde cabiam aproximadamente umas dez frases por folha. Usualmente os *mosquitinhos* serviam para uma convocação, uma denúncia ou algo que necessitasse de uma divulgação rápida e de fácil distribuição, eram entregues até pelas janelas dos ônibus (Entrevista realizada em 2011).

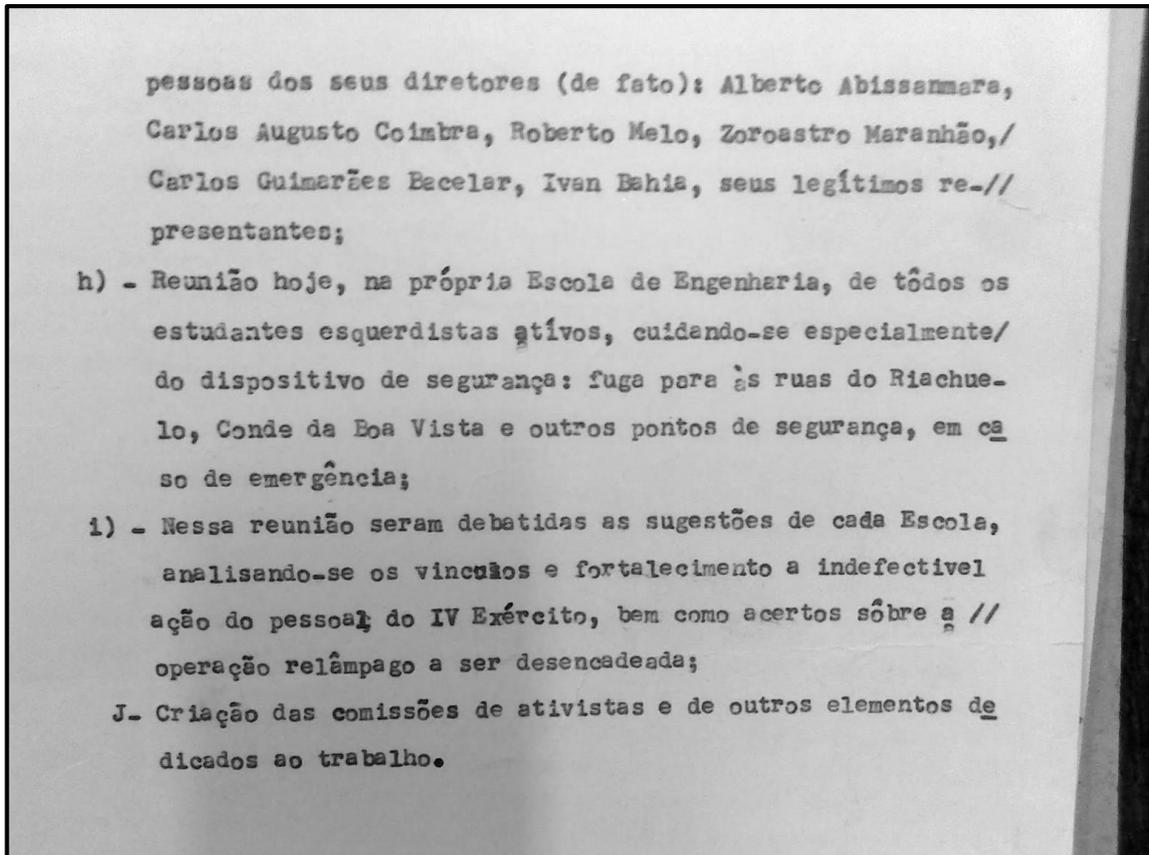
Foi constatado que na fase inicial do pós-golpe, um método bastante utilizado por espões militares que se infiltraram para monitoramento foi o **uso do disfarce**, tática relatada em documentos do DOPS-PE. Em Recife, houve um episódio onde agentes disfarçados descobriram estudantes fabricando **baladeiras** que seriam usadas numa manifestação no dia seguinte. Eles faziam o uso de instrumentos rudimentares, como bodoque e bolas de gude que seriam arremessadas contra a cavalaria. Era usual também a fabricação de coquetel *molotov* e bombas caseiras. Só a partir de 1969 é que essas técnicas tornam-se menos usuais e a esquerda opositora começa a fazer uso de práticas revolucionárias da luta armada (SILVA, 2014).

Uso de documentos informais - os mais comuns escritos por ativistas de esquerda foram os jornais clandestinos e, como já foi mencionado, os panfletos que serviam para marcar reuniões clandestinas, divulgar passeatas, protestos, fazer denúncias, informar à sociedade os motivos que levaram a oposição ao regime militar, visto que a maioria dos meios de comunicação tradicionais já tinha censura e só divulgava o que interessava ao governo (CERTEAU, 1994). Num dos documentos do APEJE (prontuário funcional nº 28.739), havia um panfleto que pelo teor do texto pertenceu aos estudantes do M.E. em Recife, pois no mesmo é citado a União Estadual de Pernambuco (UEP) e o fato da invasão sofrida pelo IV Exército, logo após o Golpe de 1964, impedindo as eleições para a escolha da nova diretoria da UEP.

O documento se trata de uma convocatória aos estudantes para agir de forma clandestina, onde é sugerida a formação de grupos de cinco pessoas que deveriam traçar posição tática e elaborar o programa de luta. Mas ao mesmo tempo diz que “a organização das massas é fator decisivo na luta contra a ditadura fascista”, ou seja, a forma de atuação do grupo que assina com Aliança Renovadora Estudantil (ARE) é clandestina, porém o conteúdo da ação seria direcionado para as massas, não consta a data no documento.

Ainda na mesma pasta de documentos havia um intitulado “a UNE após a Revolução” que menciona o nome de José Tinoco da Ação Popular (AP) em Pernambuco no colegiado e informava que esse colegiado foi criado depois que a sede da UNE foi atacada, e como houve dispersão dos líderes teriam que retomar para reorganizar o destino da UNE até 1965. Também havia um relatório com um resumo de uma assembleia geral com a presença de mais de duzentos estudantes da Faculdade de Engenharia onde discutiram vários temas, entre eles estava a decretação de uma nova greve e a marcação de uma reunião para a escolha de um representante que disputaria a direção da UEP, e que esse candidato teria que se posicionar contra o atual governo. Em um dos tópicos do mesmo documento menciona um “dispositivo de segurança”, espécie de alerta para fuga em caso de acontecer algo numa reunião que iria se realizar naquele mesmo dia. A dica era correr pelas ruas do Riachuelo e Conde da Boa Vista como é sugerido no panfleto da Figura 9 abaixo. Ainda é citado no mesmo documento que posteriormente a esta reunião seria discutida a “operação relâmpago a ser desencadeada”.

Figura 11: Panfleto de divulgação de reunião estudantil



Fonte: Prontuário Funcional nº 28.739, APEJE-PE.

Como é possível analisar, o panfleto era bastante usual nessa fase, a produção era grande, desde uma simples convocatória para uma reunião política estudantil, mas também para defender, discutir e expor teses partidárias, como foi o caso do texto a seguir, também do Prontuário Funcional nº 28.739 (APEJE-PE, 196-) com o título “Mundo Universitário”, onde a primeira frase é: “os estudantes brasileiros continuam se constituindo alvo nº 1 do comunismo internacional”. O texto menciona a relação dos estudantes brasileiros com veias comunistas internacionais e afirma que é um movimento forte: “a resistência estudantil do Brasil é movimento já sobejamente conhecido e que congrega os mais exaltados e capazes líderes estudantis em seu seio” (Prontuário Funcional nº 28.739, APEJE-PE, p. 2).

Algumas frases merecem destaque e só comprovam porque os militares eram temerosos com o eixo estudantil: “o estudante tem uma história de lutas e de plena simpatia por parte do povo, no Brasil, sempre contando, nas mais difíceis circunstâncias com o apoio da opinião pública” (Prontuário Funcional nº 28.739, APEJE-PE, p. 2). E ainda “o estudante, na atual conjuntura, se situa como o mais autorizado porta-voz das massas oprimidas por setores

significativos da pequena e média burguesia e de outros grupos em luta ativa no cenário sociopolítico brasileiro” (Prontuário Funcional nº 28.739, APEJE-PE, p. 3).

Em seguida a todas as afirmativas que exaltam a importância dos estudantes como um núcleo opositor ao regime, enumeram-se diversas atividades que os estudantes devem continuar a fazer, são algumas delas: luta incessante, fomentar alianças e a integração com outros grupos e classes e coordenação com o movimento estudantil a nível nacional. O documento não tem referência de data nem local, mas era bastante comum a troca desse nível de informação e de circulação entre as militâncias de vários estados.

Relatado também em entrevista por Melo, as bandeirolas lançadas nos fios de alta tensão eram bastante utilizadas: “Espécie de bandeiras que eram jogadas nos postes ou fios de alta tensão na cidade com frases do tipo “Abaixo à ditadura.” A forma da fabricação da bandeirola era feita de modo que o militante jogava e corria e só depois de um tempo é que ela abria” (LUCENA, 1999).

Códigos orais (vocabulário e senhas) - Foram usados em praticamente todas as fases do regime militar e são relatados em diversas fontes orais, livros biográficos e nos arquivos policiais. Era comum entre a militância, independente do local de atuação. Também servia de principal meio para uma reunião improvisada como relata Marcelo Mário Melo, confirmando que era bastante comum o improvisado através da oralidade, seja nos comícios relâmpagos ou minipasseatas:

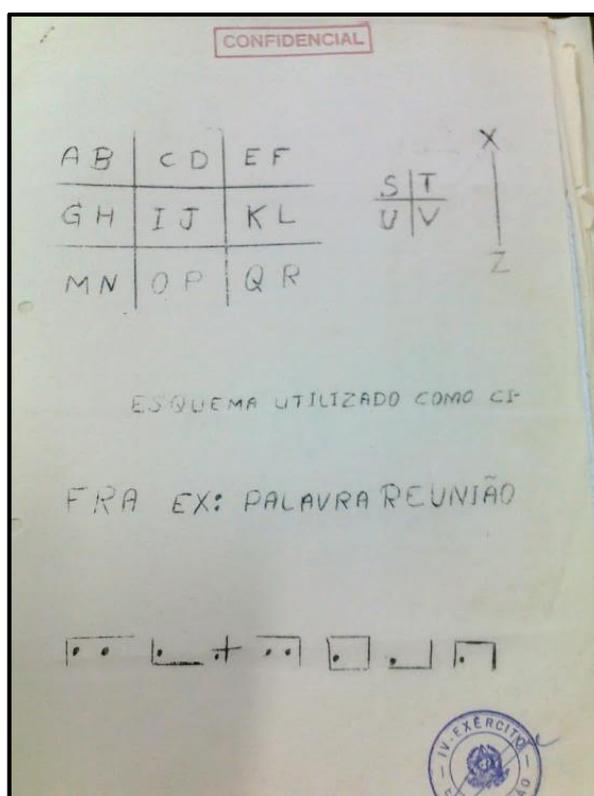
A propaganda oral era feita por meio dos comícios relâmpago. Um grupo de militantes chegava em um ponto da rua, começava a bater palmas e um deles começava uma falação que no máximo chegava a cinco minutos. Às vezes, dava tempo somente de gritar umas palavras de ordem, porque a polícia já estava sendo avistada nas imediações. As minipasseatas também funcionavam como forma de agitação política. Militantes marcavam encontro num ponto central, se juntavam e na hora abriam faixas e cartazes que traziam escondidos, gritando palavras de ordem e denúncias (Entrevista realizada em 2011).

Algumas palavras tornaram-se comuns para as pessoas que atuavam em organizações clandestinas, como por exemplo: **ponto** era o lugar para acontecer um encontro clandestino; aparelho era uma casa clandestina; **caiu** significava que alguém da militância havia sido preso; **médico** era como se chamava o advogado do militante; **ponto frio** era quando uma casa clandestina havia sido descoberta pelos militares.

Paulo Pontes, militante estudantil do PCBR, fez uso de código quando estava militando clandestinamente em Salvador e tinha fugido do Recife: Uma vez recebeu uma chave com um código 1848 (ano do manifesto comunista), que tinha um código para fazer

umas contas e achar as letras do alfabeto correspondentes. Deu ‘Cnova’, nome de um bairro em Salvador onde ele iria morar que era Casa Nova (Entrevista realizada em 2011). Abaixo, na figura 12, um documento apreendido com um esquema onde ensina a fazer esse tipo de tática:

Figura 12: Exemplo de Palavra Cifrada



Fonte: Prontuário nº 28.801 APEJE-PE, 1968, área São Paulo.

O **rádio** na época era um meio de comunicação mais utilizado do que a televisão, e em alguns programas radiofônicos existiam horários onde eram lidos alguns recados de ouvintes. A militância chegou a utilizar esse espaço radiofônico para trocar mensagens, que teoricamente não possuíam teor relevante, mas havia uma pré-combinação para transmitir a mensagem codificada, como afirma Luís Momesso, que foi operário e pertenceu a AP quando atuava no ABC paulista na segunda metade da década de 1960:

A gente usava os meios de comunicação de massa, mas usava codificado... Rádio principalmente, pois no interior é muito ouvido. A gente dava notícias assim: ‘Foi internado’ era para dizer que ‘foi preso’. ‘Recebeu alta’, quer dizer que tinha saído, ou, ‘saiu do hospital em São Paulo, vai chegar tal dia, a família esperar em tal lugar [...]’ A gente utilizava uma linguagem que o povo usava... Ninguém ia desconfiar (LUCENA, 1999).

Eram comuns os diálogos com perguntas e respostas pré-combinadas, que funcionavam como uma espécie de **senha e contrassenha**, esse tipo de comunicação ainda era uma prática entre os anos de 1964 e 1968. Fernandes Júnior (2004, p. 99) revela em suas memórias, algumas expressões e palavras que foram metaforizadas em diálogos. Caso a pessoa não respondesse o combinado, era o indício que tinha algo errado: “Eu tinha que chegar primeiro com a revista O Cruzeiro na mão, e esperar pela deixa: uma pessoa que perguntaria onde ficava o Maracanã, pois queria assistir o jogo do América”. O diálogo continuou entre ele e a pessoa esperada. Neste caso, funcionou, ou seja, segundo Fernandes Júnior (2004, p. 100) a pessoa respondeu o que foi previamente combinado: “Tudo bem camaradinho? - cumprimentou ele. - Veja só, o América tá mal das pernas - comentou, mostrando o jornal. Entrei no papo. - Vê se escolhe um time melhor. É dureza torcer por timeco”.

Delgado (2006) faz referência a esse tipo de fonte, no qual a memória é essencial para refletirmos o uso dessa estratégia, pois há um registro de depoimentos sobre a história vivida. É um terreno multidisciplinar que se utiliza de música, literatura, lembranças, documentos, documentação escrita, fontes iconográficas que serviam para estimular a memória. Paulo Pontes fez uso também dessa prática que envolvia um diálogo pré-combinado:

A pessoa do encontro estaria com a revista Realidade. Ele chegaria e diria:
 - Saiu a notícia do casamento?
 Ele iria responder: - Não, saiu a do funeral.
 (Ele abriria a revista e teria metade de uma cédula e a outra pessoa estaria com a outra metade que completava o valor) (Entrevista realizada em 2011).

As **pichações** foram usuais em vários períodos do regime ditatorial. Como afirma Soares (2012), as pichações tiveram enorme importância política na militância, tanto ao longo do período ditatorial como perdurou durante a abertura política, a partir de 1980. O autor ainda afirma que:

Os discursos das pichações durante a ditadura geralmente possuíam um cunho crítico e denunciante dos problemas político-sociais e das arbitrariedades cometidas pelos militares, buscando mobilizar a sociedade a lutar pelo retorno da democracia, o que contribuiu para o enquadramento dessas produções gráficas na aplicação da Lei de Segurança Nacional (SOARES, 2015).

Mesmo em 1983, militares fizeram um esquema de segurança preventiva nos dias que antecederam a comemoração do feriado de 7 de setembro em Recife, para que não houvesse muros pichados durante as festividades militares. Rondas policiais foram feitas dias antes do feriado e materiais considerados subversivos foram apreendidos. Marcelo Mário Melo descreve duas histórias engraçadas sobre esse tipo de ação:

Em torno das pichações há situações cômicas. Antes de 1964, governo de Cid Sampaio em Pernambuco, numa das tentativas norteamericanas de desembarque de tropas mercenárias em Cuba, a estudantada do PCB foi convocada para uma grande pichação. O pichador já tinha escrito ‘Solidariedade a Cu’, mas teve de sair na carreira sem terminar a palavra, para escapar da polícia. Em Campina Grande um companheiro vinha preparando o que pretendia ser o maior pichamento do PCBR. Juntou o material, mobilizou militantes e simpatizantes, mas quando fui pra rua, os muros estavam todos pichados com a propaganda de um conjunto de Rock: Aí vem os dragões! Ele não teve dúvida e emendou: Da luta armada: PCBR. (Entrevista realizada em 2011).

Duque (2011) apud Soares (2015, p.87) cita um episódio interessante sobre a maneira de protestar com pichação:

Em Recife, no dia 19 de junho de 1969, um grupo de estudantes secundaristas e universitários pichou alguns ônibus nas proximidades da Avenida Sul e da Rua Imperial (uma área central da cidade), para protestar contra a ditadura civil-militar e o capitalismo dos EUA, simbolizado para eles, pela chegada do governador de Nova York, Nelson Rockefeller, em Pernambuco.

O uso de **telegramas** era bastante comum e muitas pessoas também enviavam mensagens que não necessariamente diziam o que estava realmente escrito, como por exemplo, “Fulano foi internado no Hospital X em Recife”, ou seja, era apenas uma forma de avisar que alguém foi preso e assim a pessoa não devia se dirigir àquela cidade.

Os **classificados nos jornais impressos** também serviam como canais para transmitir uma mensagem clandestina, porém, era essencial ter uma prévia combinação. Amparo Araújo exemplifica:

Tinham algumas coisas combinadas, por exemplo, eu já sabia quando ía voltar para uma cidade queria encontrar com uma pessoa. Geralmente quando se viajava e se estava para voltar e perdia o contato colocava o anúncio, tinha uma coisa pré-combinada [...] Se aparecesse o anúncio, por exemplo: vende-se um gato angorá de nome Cátia. Aí a pessoa com quem eu já tinha combinado sabia que deveria me encontrar num determinado local e tal hora [...] (Entrevista realizada em 2003).

Luís Momesso afirma que fez muita distribuição de panfletos dentro das fábricas: “Eu fiz distribuição relâmpago dentro das fábricas ou distribuía de madrugada nas casas, nos bairros operários. Foi onde eu fui preso, foi colocando folheto nas portas dos trabalhadores” (LUCENA, 1999).

Ainda no assunto da panfletagem em Fábricas, o Prontuário nº 29.747 - Trabalho de Agitação (propaganda) havia um suplemento do Jornal **Voz Operária**, do PCB, mas chegou a ser publicado em um suplemento de um jornal intitulado Jornal GB (sigla não mencionada no documento), apenas o nº 48 que deve se tratar da edição. Tem também o mesmo documento

original, datilografado, e a outra cópia impressa no formato de matéria em folha de jornal. O texto contém várias técnicas que deveriam ser usadas pelos militantes, data de Fevereiro 1969, com o título: Alguns elementos do trabalho prático de Agitação e Propaganda. O texto ensina algumas técnicas e fornece instruções sobre a distribuição e cuidados relacionados ao trabalho de agitação e propaganda. São temas: Como fazer uma impressora de gelatina (é fornecida a receita de como imprimir fazendo uso de gelatina); boletins; volantes; coordenação; etiqueta, carimbo; corrente agir; em caso de prisão, no local de trabalho, em edifícios, uso de gelo (colocar pedras de gelos sobre o pacote de panfletos, na medida em que vai derretendo o vento leva), charuto para queimar barbante num pacote de boletins, boletins molhados, no cinema (referindo-se como panfletar numa sessão de um filme), correio, automóveis, lotações e trens, aranha (gancho com um pano e uma pedra para ser jogado para o alto) e os jornais locais. Ainda são citadas normas de segurança, como por exemplo: “não usar de volta o mesmo caminho, não realizar tarefas com muita gente, acabada a tarefa, não entre de férias deixando todos preocupados” (APEJE-PE, 1969).

O uso de **cordéis** também foi comum nessa altura, eram geralmente distribuídos em ruas de movimento e frequentadas pelos operários. Os cordéis eram impressos e depois eram pendurados em um cordão e na medida em que os operários fossem passando iam apanhando. Luis Momesso descreve como fazia a distribuição do jornalzinho para os operários:

Aí comecei a fazer a comunicação da Ação Popular, o jornalzinho da região, da fábrica, aqueles boletins de fábrica [...] Mas não podia distribuir fácil. Era tudo clandestino. A gente entrava na fábrica com os jornais dentro do capacete, escondido na roupa, se fosse pego entregavam para a polícia (LUCENA, 1999).

O Prontuário da APEJE nº 1.593, intitulado Propaganda Subversiva, com data ainda do ano de 1968, refere-se ao documento intitulado “Nós e a repressão” que foi apreendido nas ruas da cidade de Natal-RN onde estava sendo vendido a NC\$ 0,30 (cruzeiros novos). A finalidade do documento era “fortalecer a consciência revolucionária de todos aqueles que hoje lutam contra a ditadura” (APEJE-PE, 1968, p. 2). Contém dois textos intitulados Frente a frente com a polícia e os Inquéritos Policiais Militares (IPMs), que segundo o documento pertence a Carlos Mariguella. O segundo texto de título “Antes prevenir” oferece dados relacionados à segurança diária de todo “combatente”, termo utilizado no documento. Abaixo estão destacados os principais trechos sobre a atuação do militante:

Frente a Frente:

“Ponto de partida: jamais informar à polícia suas atividades e as de seus companheiros, jamais denunciar nomes ou fornecer endereços” (APEJE-PE, 1968, p. 1).

O texto cita os carbonários franceses que conseguiam inúmeros adeptos no período da restauração na França e menciona também um documento no qual dizia haver um juramento feito pelo iniciado (militante acabado de entrar) em guardar segredo sobre “a existência na sociedade e de seus atos, de não deixar qualquer coisa escrita, de não tomar nenhuma nota, de não fazer nenhuma lista, de não copiar um só artigo do regulamento etc.”. É bastante reforçada a ideia do segredo: “o segredo era a garantia da organização”.

O artigo reforça que o militante, mesmo preso, não deve falar nada, nem deixar prova nenhuma escrita. Avisa que a polícia pode usar de truques e violência na prisão e orienta que contra torturas e espancamento e que o recurso é resistir. Ainda alerta que através dos interrogatórios os policiais vão querer atualizar os dados sobre a organização revolucionária, o pensamento e as próximas ações. Também comenta que alguns podem aparentar ser bons e delicados, e chama a atenção dizendo que o policial “bonzinho” deixa até o militante ligar para a família, promete visitas e melhores condições na prisão, mas que tudo é tática para suscitar confissões. E continua alertando que alguns podem até prometer que o militante “será solto no dia seguinte”, ou chegar a propor soltá-lo em troca dele se tornar um informante. Podem usar também uma tática, segundo o documento, chamada **baratino**, na qual os policiais dizem que já “sabem de tudo” e que encontraram documentos comprometedores e inventam algum episódio que não houve para o militante falar, citando até alguns nomes da organização no qual o militante interrogado faz parte, na intenção do mesmo corrigir ou contar mais detalhes. Como é possível verificar, a própria militância já está bastante informada sobre as táticas adotadas pela polícia e o documento serve de alerta.

O documento **Antes Prevenir** aconselha o militante a ter o mínimo de papel em casa e que o resto deverá ficar guardado na casa de alguém de confiança: “deve-se memorizar o máximo e escrever o mínimo” (APEJE-PE, 1968, p. 7). Este mínimo que precisar ser escrito deverá ser feito em papel fino e pequeno para que, caso seja necessário, poder engolir facilmente.

O prontuário funcional nº 28.801 (APEJE-PE, 1968) é um relatório com data de 04 de julho de 1968. O documento relata tudo que foi discutido numa reunião estudantil na Universidade Católica em Recife, com a presença de um policial infiltrado. Estão contidos no relatório todos os detalhes conversados entre os estudantes. A pauta principal da reunião seria tratar das falhas ocorridas nas passeatas, mas de acordo com algumas frases proferidas no encontro, outros assuntos foram abordados: Não havia sido cumprido o itinerário; indecisão dos oradores, temerosos com a justiça; o esclarecimento ao povo da finalidade da luta; o estudante de Caruaru que pediu uma SUDENE autêntica; pedir ou não permissão para a saída às ruas das passeatas; liberdade do estudante Romualdo; acordo MEC-USAID. Ao final da reunião ficou

combinado que os estudantes iriam aos subúrbios e às portas de fábricas, onde deveriam fazer comícios-relâmpagos e distribuir panfletos convidando para a passeata do dia 09 de julho. Em outro documento também encontrado no Prontuário Funcional nº 0430, o relatório policial menciona uma possível casa clandestina em Rio Doce (Olinda), com pessoas do Partido Comunista (Prontuário Funcional nº 28.801, APEJE-PE, 1968).

O mesmo documento relata fatos sobre maio de 1968, como: reunião no Teatro Popular do Nordeste (TPN), estudantes que pediam dinheiro aos frequentadores do Teatro Santa Izabel para ajudar os representantes que viajariam pro Congresso da UNE em Belo Horizonte/MG. Ou seja, já em 1968 havia um misto de “vida normal” e atividade clandestina, mas ao mesmo tempo, aconteciam as reuniões abertas estudantis, passeatas, quadro que vai mudar a partir do AI-5.

Como já foi dito no primeiro capítulo, o AI-5 foi decretado no dia 13 de Dezembro de 1968, porém ainda no começo de 1969 existem relatos de que muitos militantes tentavam se expressar, colocar em prática as ações dos grêmios estudantis, partidos ou organizações. Abaixo tem o relato de Marcelo Mário Melo que saiu do PCB em 1968 e ajudou a fundar o PCBR e fala como foi sentida essa mudança:

Inicialmente se combinavam as atividades legais com as clandestinas. A clandestinidade total é quando já estamos sendo procurados pela polícia. Em meados de 1968 estava semi-clandestino, porque já tinha cuidados preventivos de segurança e tinha abandonado o emprego, atuando como revolucionário profissional 24 horas por dia, no Comitê Regional do PCBR, com viagens por todo o Nordeste. Em 1968 rachamos com o PCB e fundamos o PCBR, que fazia ações armadas. Em 1969 saiu minha prisão preventiva. Aí foi aquele negócio da cara em cartazes com o rótulo de Terroristas Assassinos etc. (Entrevista realizada em 2011).

Mesmo após o AI-5 o PCBR conseguia fazer publicações de jornais do partido, inclusive o M.E., de acordo com Marcelo M. Melo:

A Secretaria de Imprensa do Comitê Regional, que publicava o jornal ‘Luta de Classe’, de teor doutrinário, tendo saído três ou quatro edições, uma delas, fazendo uma análise circunstanciada do AI - 5. Era distribuído entre militantes e círculos de simpatizantes, com tiragem em torno de 500 exemplares. Começamos também a publicar O Trabalhador, distribuído no Recife em portas de fábrica, ou colocados nas portas das vilas operárias, altas horas da noite, ou distribuído por ocasião de ocupações de fábricas com apoio armado. Estes dois eram editados por mim, com a participação de outros companheiros. As tiragens variaram entre 15 mil, 10 mil e 5 mil exemplares. Depois se passou a fazer um jornal semelhante ao O Trabalhador, para o público camponês, com tiragem menor, cujo título não me recordo, e que não foi editado por mim. Mas seguia o tipo de linguagem mais coloquial, inaugurado pelo O Trabalhador. O movimento estudantil publicava o ‘Resistência Secundarista’, com tiragem em torno de 500 exemplares e muito procurado. Os universitários publicavam o ‘Resistência Universitária’. Estes

dois jornais eram partidários, mas não eram assinados pelo partidos e apareciam como jornais de uma tendência política (Entrevista realizada em 2011).

De acordo com o relatório do PCBR encontrado no APEJE o prontuário funcional nº 29.772 - Propaganda comunista PCBR (1945-1970), estão redigidos detalhes das atividades do partido que vivia na clandestinidade, com data de outubro de 1970. No documento, um dos tópicos se chama “Sobre os tipos e a natureza das modalidades de ação do guerrilheiro urbano”, e a Propaganda Armada que está nessa relação vem com as seguintes orientações:

[...] o guerrilheiro urbano não pode renunciar a montar a imprensa clandestina e ainda deve dispor de mimeógrafos a álcool ou elétricos ou outros aparelhos de impressões [...] a fim de produzir pequenos jornais clandestinos, panfletos, folhas soltas e selos de propaganda e agitação contra a ditadura (s/data) (Prontuário Funcional APEJE-PE nº 29.772).

Mais à frente, em outro tópico é comentada a importância da impressão clandestina:

Facilita enormemente a incorporação de muita gente do povo à luta revolucionária, pois abre uma frente de trabalho permanente àqueles que estão dispostos a levar avante a propaganda revolucionária, mesmo que para isso tenham que agir como revolucionários solitários e arriscar suas vidas (Prontuário Funcional APEJE-PE nº 29.772)

Ainda no mesmo documento são fornecidas várias dicas em relação à propaganda: “A propaganda em fitas gravadas, a ocupação de emissoras e serviços de alto-falantes, as pinturas nos muros e em pontos inacessíveis são outras formas de propagandas” (Prontuário Funcional APEJE-PE nº 29.772). Como é possível verificar, se dava uma grande importância tanto aos cuidados para elaboração da propaganda, como também ressalta a importância para a continuidade do trabalho de militância:

Uma insistente propaganda por meios de cartas enviadas a determinados endereços, explicando o sentido das ações armadas dos guerrilheiros urbanos, produz efeitos apreciáveis e constitui uma das formas de influir entre alguns setores da população (Prontuário Funcional APEJE-PE nº 29.772).

Ainda no mesmo documento, o PCBR chama a atenção para os objetivos da propaganda. São elencados três principais objetivos: “ampliar a aceitação da revolução popular e do socialismo, formar militantes e aprofundar a luta ideológica, interna e externamente” (Prontuário Funcional APEJE-PE nº 29.772).

Foram encontrados diversos documentos relacionados às normas de segurança e quase todos continham várias táticas de comunicação clandestina. O Prontuário Funcional nº 29.582 (APEJE-PE, 1972), com data de Julho de 1972, tinha como assunto na capa “Documento subversivo apreendido”, nele estava um documento intitulado “Normas de

segurança” com 12 páginas. O texto inicia definindo os vários significados sobre “O que é Segurança”, e um deles dizia: “A segurança é a centralização de informação e comunicação”. Havia outro tópico sobre “aparelhagem e circulação” que englobava comportamento na rua, reunião, enfrentamento, normas específicas e normas complementares. Em relação às orientações no tópico “comportamento na rua”, algumas têm relação com a comunicação clandestina:

A comunicação entre militantes de quaisquer níveis se dá através de pontos. [nesse tópico o texto detalha bastante o uso do ponto]. A reunião deve ter um esquema de disfarce, a atitude deve ser de naturalidade e coerente com o ambiente. As atividades que envolvem estar na rua devem estar encerradas no máximo às 21 horas, excetuando-se os casos de levantamentos e ações de qualquer natureza (expropriação, *agit-prop*, propaganda de massa etc.) (APEJE-PE, 1972).

E ainda eram regras no mesmo documento:

Os aparelhos devem ter uma “fachada” onde os moradores devem ter hábitos e crenças; Os documentos que envolvem alta segurança devem estar camuflados e separados dos demais; Não é permitido deixar no aparelho retratos e documentos identificadores (APEJE-PE, 1972).

Luís Momesso, na década de 1970, fez uso do disfarce. Ele e sua esposa viveram num bairro operário de São Paulo, onde adotaram uma postura *hippie* de vida. O casal fazia trabalhos artesanais para sobreviver, e em paralelo faziam um “trabalho de base” na região, cooptando pessoas para trabalharem nessa organização que tinha mais o perfil comunista. Eles faziam reuniões às escondidas e até imprimiam material de panfletagem de madrugada em casa:

Aí fomos para São Paulo morar na periferia, bairro de periferia, eu já estava casado e lá no bairro trabalhava também com artesanato e me ‘fantasiava’ de hippie, chinelão quadrado e barbicha [...] A gente vendia artesanato e eu fiquei conhecido com o hippie do bairro [...] Desde quando a gente chegou a gente começou a fazer trabalho e encontrou uma igreja e o padre apoiava a luta, era mentor de Dom Hélder. A gente foi se identificando, ele chamou a gente para ajudar, a gente criou um grupo na igreja, discutia até luta armada. E começamos a trabalhar com coisas do bairro, com as comunidades primeiro, depois associação e passamos essa década de 70 toda (Entrevista realizada em 2003).

É interessante observar o relato de pessoas que viviam de forma clandestina ou semiclandestina e perceber que a maioria criou realmente uma “nova” vida. Ou com disfarce, com outros nomes, outras famílias. No artigo de Carolina Scarpelli, intitulado “Vidas clandestinas: A ditadura militar e as memórias da clandestinidade” tem vários depoimentos de pessoas que militavam e que também descrevem o uso de disfarces para poder continuar militando, ou simplesmente como forma de proteção porque estavam sendo procurados pelo regime militar (SCARPELLI, 2010, p. 10):

E o disfarce se coloca de duas maneiras; para fugir da repressão ou para convencer as pessoas da sua nova identidade quando integrado na produção, no campo ou na fábrica, ou ainda em ‘aparelhos’ de fachada quando a socialização com os vizinhos se fazia necessária.

A tese de Magalhães (1997), intitulada *Lógica da Suspeição*, também faz referência à vida clandestina. Explica como um cidadão comum poderia se tornar um espião do governo, ou seja, qualquer vizinho ou mesmo um amigo de trabalho. A entrevistada Amparo Araújo relata parte de uma das vidas clandestinas que chegou a ter:

Geralmente era um casal, aí tinha uma ‘irmã’ [...] por exemplo: Eu morei num aparelho no Rio de Janeiro, aliás, em dois aparelhos, no Rio de Janeiro com uma terceira pessoa, ela era então ‘minha cunhada’ [...] era ‘viúva’ de um primo do meu ‘marido’ que foi morar com a gente [...] (LUCENA, 1999).

Outra estratégia identificada em relatos de militantes foi o uso de “nomes frios”, ou seja, nomes inventados com documentos falsos, relatado no artigo de Scarpelli (2010, p. 13):

Em princípio, o próprio militante escolhia o nome a ser utilizado, tomando cuidado para que o ‘nome frio’ não fizesse referência a sua origem familiar, e também evitando de participar com pessoas conhecidas, que sabiam a sua identidade verdadeira. Havia casos também em que o partido ou os companheiros escolhiam os ‘nomes frios’.

Como foi possível perceber em vários exemplos citados, é de bastante valor considerar na atual pesquisa a abrangência das fontes. Foi a partir da valorização de uma fonte não tradicional que se iniciou uma vasta reflexão sobre a relativização da fonte clássica. Como argumenta Karnal e Tatsh (2011, p. 21): “o documento atinge seu valor pela teia social que o envolve e pelo que revela de mais amplo de uma época e de uma sociedade”. Na figura abaixo é possível verificar que no documento da polícia se fazia destaque aos “nomes frios” dos militantes:

Figura 13: Codinomes dos Militantes

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DELEGACIA REGIONAL DO CEARÁ

9.19.113

01 - WALDEMAR RODRIGUES DE MENEZES - CODINOME: "VIRGILIO"
Filiação: Manoel Rodrigues do Amaral e de Maria Lisbôa do Amaral.
Naturalidade: Alagôas
Data de Nascimento: 22 de dezembro de 1945
Estado Civil: Solteiro

9.19.108

02 - FRANCISCO WILLAN DE MONTENEGRO MEDEIROS - CODINOME: "ROBERTO"
Filiação: Gilberto Sturdut Medeiros e Maria Zilda Montenegro Medeiros
Natural do Estado do Ceará
Data de Nascimento: 23 de maio de 1944
Estado Civil: Casado
Residência: Av. Luciano Carneiro, 2500-Aptº H - nº 22 - Fort./Ce.

9.19.110

03 - FABIANI CUNHA - CODINOME: "CHICO"
Filiação: Cleanto Cunha e de Margarida Maria de Farias
Naturalidade: Fortaleza - Estado do Ceará
Data de Nascimento: 15 de outubro de 1940
Estado Civil: Solteiro
Residência: Rua Capitão Olavo, 311 - Fortaleza - Ceará

9.19.205

04 - HÉLIO PEREIRA XIMENES - CODINOME: "YURI e ZÉ MARIA"
Filiação: Altino Angelim Ximenes e de Ana Pereira Ximenes
Naturalidade: Estado do Ceará
Data de Nascimento: 16 de setembro de 1945
Estado Civil: Solteiro
Residência: Av. José Bastos, 3118 - Rodolfo Teófilo - Fort./Ce.

9.19.236

05 - JOSÉ FERREIRA LIMA - CODINOME: "DIMAS"
Filiação: José Nazário Lima e de Francisca do Espírito Santo
Natural de Cajazeiras - Estado da Paraíba
Data de Nascimento: 08 de fevereiro de 1921
Estado Civil: Casado
Residência: Rua Canadá, 1346 - Fortaleza - Estado do Ceará
Identidade: Registro Criminal nº 10.676 do Inst. de Ident./Ce.

Fonte: Prontuário Funcional nº 0430: Inquéritos FESP/UFRPE/UNICAP

A **troca de cartões-postais** também foi utilizada entre membros de uma mesma organização no qual o recebimento servia para confirmar que aquela pessoa que enviou estava bem, não havia sido presa. E se por acaso um deles deixasse de receber, os outros saberiam que algo havia acontecido e que teria perigo também para eles. Amparo Araújo, que foi militante da ALN, afirmou ter feito uso dessa técnica. A militante atuou no Rio de Janeiro, São Paulo e Recife e viveu semiclandestina por vários anos. Ela cita um episódio vivenciado quando estava em uma casa clandestina junto com outros militantes: “a gente tinha combinado, por exemplo [...] combinava de sair, e se a outra pessoa que ficasse em casa tivesse “tudo bem”, deixaria a luz acesa, se não, deixaria apagada” (entrevista realizada em 2003), ou seja, a indicação da luz apagada era um sinal para quem chegasse à casa de que algo

não estava bem, era a indicação de perigo. Era uma senha pré-combinada entre as pessoas que moravam na casa. Como é possível perceber, havia muita subjetividade em alguns exemplos da comunicação clandestina. Marcelo Mário Melo, também militante secundarista em Recife, atuou na semiclandestinidade, menciona alguns cuidados que tinha ao chegar a casa:

Os mais procurados viviam o tempo todo entocados em casa, só saindo quando havia necessidade de fazer alguma reunião ou cumprir alguma tarefa. Tínhamos um roteiro chamado de *Chequei e Contrachequeio*, orientando como observar se estávamos seguidos, as regras de segurança nos chamados aparelhos onde morávamos etc. Usávamos nomes frios, pintávamos os cabelos. Eu estava louríssimo e coradíssimo, sob o efeito de *coppertone*. Íamos de olhos fechados, nos carros, para lugares que não conhecíamos. Tínhamos um teto para chegar em casa, nos *aparelhos*, e passada aquela hora, se alguém não chegasse, tínhamos de abandonar o esquema. Todos andávamos armados (Entrevista realizada em 2011).

Fernandes Júnior (2004, p. 44) cita algumas formas utilizadas em papel, que poderia ser um bilhete, um telegrama ou fazendo uso de livros. Ele explica o que aconteceria caso ele viesse a ser preso:

Resolvi, então, preparar um esquema diferente, para o caso de ser preso. Comprei um maço de 50 envelopes de cartas. Na parte interna de um deles, anotei o seguinte: 25, 26, 27, - 19:30 h - Bambi - Alameda Santos - Veja e lápis amarelo - Você trabalha na Bull. Não, trabalho na IBM. Eram os detalhes de um pretenso encontro: data, local, horário, identificação, senha e contrassenha. Escolhi o local, um restaurante árabe no bairro do Paraíso, em São Paulo, porque no prédio de frente morava uma conhecida. Se fosse preso e levado para este ponto frio, imaginei, poderia fazer um escarcéu, alertando para a minha prisão.

Amparo relatou também um tipo de código utilizado em uma das casas clandestinas na qual viveu por um período, no qual a mesma se utilizou de livros para passar a mensagem:

Às vezes a pessoa precisava deixar um endereço do ‘aparelho’, da casa onde ele morava porque se tivesse alguma coisa importante ali guardada e se acontecesse alguma coisa com ele e alguém precisasse resgatar esse material. Então como é que se fazia? Pegava-se um livro e se marcavam as letrinhas, ao longo das páginas e passava para outra pessoa que páginas eram aquelas. A pessoa ía juntando até ler o endereço. Ou então nem precisava deixar o livro marcado com a bolinha, dizia para o outro ‘livro tal’, e o código que passava a alguém dizia em que página estava, por exemplo, 3º letra do 2º parágrafo, do capítulo tal, da página tal (Entrevista realizada em 2003).

Teresa Wanderley confirma que havia muita preocupação tanto com a segurança coletiva, como com a individual. Ela pertencia ao PCBR e contou que o partido tinha um “aparelho” em Candeias, mas nem todo militante tinha conhecimento. Havia um assistente que trazia informações do “aparelho” para o comitê. Como afirma a entrevistada, Teresa fez uma viagem até o Ceará sem saber onde estava porque foi de olhos vendados. Ela menciona que as

táticas de comunicação clandestina eram sempre discutidas entre os militantes para que não ocorressem falhas. Ela confirma o uso de senhas pré-combinadas, por exemplo: “luz acesa no aparelho” de manhã também era um sinal de perigo (Entrevista realizada em 2011).

O Prontuário nº 29.747 “Trabalho de Agitação (propaganda)” possui um relatório da Polícia Federal do Estado de São Paulo no qual analisa o teor do panfleto chamado de “panfleto subversivo”, com data de novembro de 1971 e que vinha sendo distribuído nas redações dos jornais (APEJE-PE, 1969).

É um panfleto dirigido à classe jornalística, porém não contém a data do texto. O autor do relatório policial faz alguns comentários na primeira folha:

A leitura do mesmo revela que os subversivos procuram tirar o máximo proveito da padronização de linguagem, de modo que, no decorrer das palestras, ou quando escrevem, seus correligionários e simpatizantes emprestam aos vocábulos sempre o mesmo sentido, de modo a estabelecerem na mente das pessoas desprevenidas a imagem de pseudoverdade como resultado da repetição (APEJE - PE, 1971, p. 1).

O relatório contém observações sobre os temas abordados e alerta para o perigo que significa, segundo a polícia, aquele tipo de panfleto porque se utiliza de expressões que “manchariam” a imagem dos militares para a sociedade. O autor do relatório chama a atenção para palavras escritas como “marxista-leninista, comunismo, ditadura, fascismo”. Conclui dizendo que a “propaganda subversiva está em mãos de especialistas de alto gabarito e, deve entrar, a partir de agora, em uma nova fase” (APEJE - PE, 1971, p. 3).

Continuando o relatório está uma cópia do panfleto com várias palavras e seus significados: Revolução, liberdade, guerrilha, combatente, companheiro, preso-político, sindicato dos jornalistas, arrocho, cultura, censura, dedo-duro, propaganda e segurança, são algumas de destaque. No final, o texto do panfleto orienta a distribuição nas redações dos jornais e assina o documento o “Comando Luiz Eduardo Merlini / Semana Marighella”.

Muitos militantes que foram presos também confirmaram o uso da comunicação clandestina, tanto entre os militantes como também para enviar algum recado para quem estava fora da prisão. Paulo Pontes foi preso em 1970 e nos deu alguns exemplos:

- Um portador levava um livro na prisão e só dizia 120, mesmo sem saber do que se tratava. Nessa página estariam furos de alfinete algumas letras que formariam uma palavra ou frase;

- Na prisão eles faziam trabalhos manuais e um deles era a confecção de bolsas de couro para vender. Uma amiga que ia visitá-lo sempre entrava com uma bolsa igual a uma que ele fabricava, fazia a troca da bolsa e dentro dela, no fundo falso, tinha algum bilhete;

- Fazia também a confecção de colares de couro com bilhete entre duas faces do couro. Chegou a fazer pedido de namoro na prisão com esse colar, mas a presa não aceitou (Entrevista realizada em 2011).

3.3 A importância da propaganda política na resistência aos regimes ditatoriais

De acordo com Domenach (2002, p. 8), a propaganda política foi um dos grandes instrumentos de dominação e importância tanto para a revolução comunista como para o fascismo. Tanto Lenin como Hitler se apropriaram desse instrumento político como uma arma que complementava suas estratégias de dominação e guerra. Lênin afirmou que “o principal é a agitação e a propaganda em todas as camadas do povo”, e Hitler proferiu “a propaganda permitiu-nos conservar o poder, a propaganda nos possibilitará a conquista do mundo”.

Os documentos apreendidos no APEJE pertencentes aos partidos e organizações, em sua maioria, demonstravam organização quanto à estratégia de propaganda política. Alguns documentos estão bastante ilegíveis, por isso, nessa narrativa, foram priorizados os destaques onde são relatadas as ações de comunicação clandestina. Em geral, o setor que tratava da área de comunicação era chamado de **Agitação e Propaganda**. Como é mencionado no Prontuário nº 29.772 referente à Propaganda comunista PCBR (1945-1970), que define a diferença entre Agitação e Propaganda:

Segundo a concepção Leninista, a agitação consiste em poucas ideias dirigidas a muitas pessoas e a propaganda em muitas ideias dirigidas a muitas pessoas. Desse modo, a agitação se vincula às denúncias, as palavras de ordem. A propaganda à doutrinação e ao aprofundamento. No nosso trabalho prático é preciso saber distinguir agitação (oral e escrita) e propaganda (oral e escrita) segundo esta caracterização (APEJE-PE, 1945-1970).

A propaganda, de acordo com o documento citado, tem três objetivos centrais: “ampliar a aceitação do movimento popular e do socialismo, formar militantes e aprofundar a luta ideológica, interna e externamente” (APEJE-PE, 1945-1970). Tais definições comprovam a influência da leitura do escritor francês Domenach “Propaganda Política”, o qual foi citado na entrevista por Tereza Wanderley e por Marcelo Mário Melo que afirmaram ser um livro bastante discutido no M.E. em Recife. O livro relata os vários tipos de agitação e propaganda dos pensadores comunistas.

Como já foi citado em capítulos anteriores, o documento do PCBR também mostra o envolvimento do partido no Movimento Estudantil. Tinha como objetivo principal:

A estruturação clandestina das parcelas avançadas de massa em cada local de estudo. Deve-se organizar antecipadamente as campanhas estudantis gerais, romper o cupulismo das entidades de coordenação e aproximá-las das bases, situando-se também nos grêmios e diretórios, conseqüentemente e sem ilusões (APEJE-PE, 1945-1970).

Outro documento da Bahia, datado de 10 de novembro de 1972 (Prontuário Funcional nº 6.350 APEJE) intitulado “Plano de consolidação e desenvolvimento do PC do B no setor estudantil” constata a existência de um plano geral de trabalho com o objetivo de consolidar e desenvolver a influência do PC do B no setor estudantil, afirmando que o “partido participando ativamente nas lutas de massas, penetrando em novas escolas e ganhando novos militantes, melhorando os trabalhos de finanças e de agitação e propaganda e aumentando sua influência no movimento estudantil” (APEJE-BA, 1972).

A seguir são enumeradas as principais metas do referido plano:

a) Elevar o nível político-ideológico dos militantes: envolvia estudos e materiais marxista-leninistas, livros sobre a realidade brasileira, participação ativa das lutas de massas, entre outras;

b) Conhecer a realidade estudantil: levantamento dos principais problemas das escolas, levantamento dos estudantes potencialmente revolucionários e seleção dos melhores para capacitação política;

c) Intensificar o recrutamento e aumentar o número de simpatizantes;

d) Desenvolver o trabalho de agitação e propaganda: intensificar as lutas de massas de acordo com os interesses estudantis e populares, organizar palestras e discussões coletivas com o material do partido, realizar pinturas na parede, melhorar o funcionamento da “biblioteca sem estante”, lutar para desmascarar correntes oportunistas de esquerda e de direita que atuem no setor estudantil, entre outras;

e) Intensificar o trabalho de finanças: consistia em metas de arrecadação de dinheiro para o partido com aplicação de mensalidade fixa e outros meios de conseguir angariar dinheiro;

f) Segurança e Vigilância revolucionária: observar a disciplina e as formas de segurança, resguardar os segredos partidários, aguçar a vigilância revolucionária, procurando combinar o trabalho legal com o ilegal.

De acordo com Pereira (2009, p. 59), quando o PC do B passa a viver na ilegalidade, durante o período militar, as técnicas de comunicação passam a mudar:

As condições não permitiam ao PC do B manter uma imprensa de massas. Acreditamos, porém, que não só o contexto político impedia a ampliação do público leitor *d'A Classe Operária*. Estar voltado para um grupo restrito

fazia parte da própria estratégia do partido de fortalecer sua militância e está de acordo com a ideia de que os militantes comunistas formavam a vanguarda da oposição à ditadura militar, sendo os organizadores e condutores das lutas do proletariado. Essa ideia é reflexo de concepções leninistas acerca do partido comunista.

Como já foi mencionado no início dessa dissertação, o PC do B não conseguia utilizar os próprios meios de comunicação, passou-se a divulgar textos por intermédio das rádios Tirana, na Albânia, e Pequim, na China, países com os quais o PCdoB tinha ligação. Com as dificuldades de produção e a distribuição do jornal “d’A Classe Operária” devido à clandestinidade, os textos que eram produzidos para esse jornal eram enviados para as rádios dos países amigos:

Nesse período mais difícil, o jornal era mandado pela direção para a Albânia, era lido na Rádio Tirana, era gravado por militantes pelo país fora e era impresso em vários lugares. É por isso que você encontra exemplares de diferentes tipos. O cara em São Paulo imprimia aqui; aí na Bahia, outro pessoal; no Nordeste, outro pessoal, entendeu? Então era uma maneira, à medida que a Rádio Tirana divulgava, nós gravávamos, eu gravei mesmo muitas coisas, isso aqui são artigos da Classe Operária que eu gravava, então são matérias da Classe Operária. Tá aqui, ó [mostra sua pasta com papéis e jornais]: ‘Evolução na luta contra a ditadura’, artigo, Classe Operária, 122, de fevereiro de 78’. Então o quê que eu fazia? Eu ouvia a rádio Tirana, gravava, tirava do gravador na máquina de escrever em muitas cópias, aí punha no correio, mandava para outras pessoas e para algumas pessoas que imprimiam. Inclusive eu tava dizendo outro dia conversando com o Walter Sorrentino (conhece o Walter Sorrentino? Ele é secretário de organização do PCdoB hoje, pertence ao birô político). Ele disse: eu não sabia, recebia essas páginas, e a gente imprimia e distribuía sem saber que era de você. Então essa é que era a forma de fazer, porque era clandestino, então por isso que você encontra formatos diferentes (AZEVEDO, 2008 *apud* PEREIRA, 2009, p. 63).

Os dois partidos chegaram a usufruir de estratégias semelhantes:

Se a *Classe Operária* era o porta-voz dessa noção vanguardista, o partido não se furtava de buscar também comunicar-se com um público – um pouco mais amplo. Essa tentativa se consolidava através de outra estratégia comunicativa, em alguns aspectos semelhantes à do PCB: a chamada ‘infiltração’ comunista em periódicos não-partidários. Enquanto militantes do PCB trabalharam em jornais da grande mídia, sendo importantes no processo de modernização pelo qual passou a imprensa brasileira nos anos 1950 (ALBUQUERQUE, 2007), o PCdoB colaborou secretamente com jornais da chamada imprensa alternativa (PEREIRA, 2009. p. 60).

O Prontuário nº 29.582 “Quadro de subversão no Brasil ou Subversão no Brasil”, tinha como assunto “Preparação para a subversão” e data de 31 de janeiro de 1969, obtido em São Paulo, é de origem subversiva não identificada, descreve os esquemas das ações que seriam executadas durante movimentos grevistas. Um dos panfletos possui os tópicos referentes a uma

greve que seria deflagrada em breve. O tópico do documento se chama “Agitação e Propaganda” onde são citados alguns exemplos de comunicação clandestina panfletagem, pichação, selos e etiquetas colados e jornais de fábrica (APEJE-PE, 1972).

A orientação no documento é que o panfleto abordasse as reivindicações da greve (custo de vida, aumento salarial), temas relacionados à ditadura como “arrocho, patrão imperialista e fazendeiro latifundiário” (APEJE-PE, 1969). Deveria ser rodado em mimeógrafo e máquina de escrever. Para a distribuição havia um plano: dentro da fábrica, na porta da fábrica. E ainda dicas caso fossem surpreendidos de como se desfazer de imediato dos panfletos. Também menciona a utilização do “mosquito” com palavras de ordem e caráter reivindicatório, já citado também pela entrevistada Teresa Wanderley (Entrevista realizada em 2011). Ainda tinha a orientação de colagem de selos e etiquetas com as mesmas palavras de ordem da pichação e do “mosquito” com a orientação de colar nas máquinas, ferramentas, banheiros, mesas de restaurantes, portas, bancadas, armários etc.

O documento menciona que se fazia arrecadação com a “massa” para sustentar a Agitação e Propaganda, e em relação aos cuidados apareciam no tópico “Segurança”. Normalmente era feita uma propaganda interna para marcar o dia que iriam discutir as ações da greve e os motivos, numa primeira fase da “agitação”. Ainda citam a participação de estudantes nos comícios-relâmpagos e nas passeatas, reforçando o apoio do M.E. aos movimentos grevistas.

Nesse mesmo prontuário, foi encontrado um documento que relata a articulação do PCBR nos Estados de MG, GB, GO e PB e que uma célula estudantil na Paraíba foi descoberta, o que reforça o envolvimento do PCBR no M.E. Também são relatadas várias ações efetuadas pela organização: planos de sequestros em SP e MG, sabotagens em residências de delegados, assaltos a bancos e mencionam valores que foram destinados às organizações MR-8, PCBR e Grupo dos irmãos: Pires Cerveira (APEJE-PE, 1969).

Panfletos intitulados “Unidade operária” e “América latina – alguns problemas de estratégia revolucionária”, falam da participação de estudantes de vários estados envolvidos. Inclusive citam que no dia 4 de Setembro (sem ano) foram distribuídos entre os universitários em Recife boletins intitulados “Vaticano pune Dom Hélder” (APEJE-PE, 1969).

Há um tópico chamado “Apreciação” que é um campo onde os militares emitiam suas opiniões a respeito do teor do documento. Nele é dito:

Os estudantes são aproveitados em larga escala pelos grupos subversivos, na panfletagem e pichamento.
Os slogans utilizados pelos estudantes no trabalho de panfletagem não fogem aos adotados pelos comunistas.

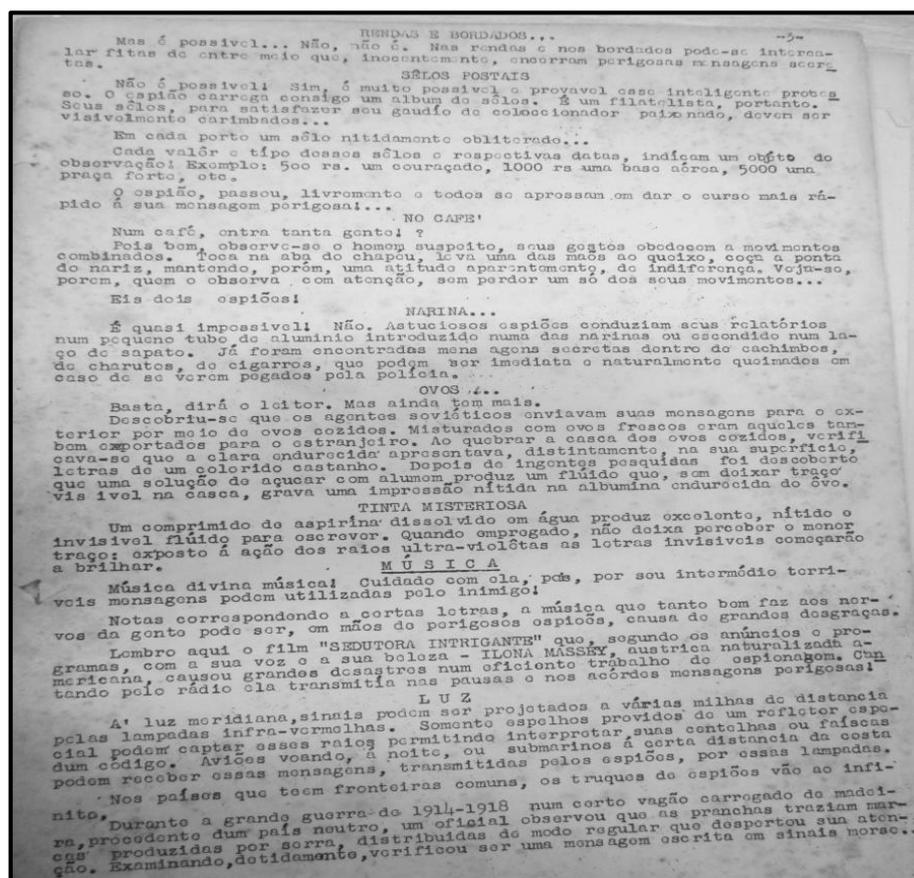
O assassinato do Padre Neto, em Recife, teve grande repercussão na Bélgica. Uma carta assinada pelo chamado Movimento Revolucionário 26 de julho (MR-26- Sul - Seção Brasileira), foi encontrada na caixa de esmolas da Igreja Santa Teresinha em Porto Alegre (APEJE-PE, 1969, p. 27).

Um dado curioso encontrado nos documentos da polícia política é que lá estão relatadas as várias táticas de espionagem usadas aqui no Brasil durante o período da II Guerra Mundial, ou seja, já havia uma vigilância que trocava esse tipo de informação o que facilitava para que cada vez mais as táticas fossem descobertas, e a partir daí utilizadas posteriormente. Abaixo estão narrados alguns exemplos interessantes e que se aproximam bastante dos relatos resgatados durante a ditadura militar.

Como afirma Silva (2014), o DOPS-PE já no período 1931/1934 se percebe a existência de uma polícia que começa a se reerguer em uma atividade política que se torna criminalizada, formando uma ameaça crescente qualificada pela polícia como **crime político**. Continua no período da 2ª Guerra e será alargada e aprimorada no período da ditadura civil-militar no Pós-64 e passa a integrar também uma rede de espionagem internacional, intervindo junto com outros órgãos internacionais. As principais funções da polícia política eram a “abrangência do órgão em face das demandas do controle social e a forma como o organismo policial pensa a sociedade e elabora as práticas de intervenção” (SILVA, 2014, p.146).

O Prontuário Funcional nº 28.569 - “Relatos da segunda guerra”, tem um documento com o título “Alguns truques de espiões”, assinado por uma pessoa chamada Souza Barriga com data de 1942, o qual menciona várias táticas utilizadas durante a 2ª Guerra mundial e que foram divulgadas na polícia política brasileira (APEJE-PE, 1942). O documento é da Bahia, mas estava no DOPS - PE (figura abaixo).

Figura 14: Espionagem da II Guerra Mundial



Fonte: Prontuário Funcional nº 28.569. APEJE-PE, 1942.

O texto do documento narra o perfil de quatro tipos de espiões: alemão, japonês, francês e russo e em seguida ensina várias técnicas de espionagem e características de cada um desses citados. A seguir estão alguns trechos que merecem destaque: “Geralmente o espião guarda consigo, secretamente, uma sigla que combina com o “serviço da cifra” do Ministério do Exterior ou da Guerra do seu país” (APEJE-PE, 1942, p. 2). Também relata que no jornal “O Imparcial” de 9 de abril de 1942, saiu a notícia de que foi preso no Recife um espião alemão com duas garrafas contendo um líquido chamado “solução reveladora” e quando utilizado num papel em branco fazia aparecer a verdadeira mensagem.

Outras técnicas são enumeradas: “truque num jornal”: por baixo de várias letras, haviam minúsculos orifícios feitos com pontas de alfinetes que visto contra a luz revelavam uma mensagem; “uso de barbante”: um barbante que envolvia um simples pacote enviado numa correspondência pode conter uma carreira de nós irregulares, aparentando uma espécie de código Morse disfarçado. “Rendas e bordados” podiam conter mensagens intercaladas nas fitas. “Gestos e movimentos” de uma pessoa sentada num café poderiam significar alguma mensagem. E ainda havia quem colocasse pequenos tubos nas narinas com mensagens escritas

para esconder ou também dentro de cachimbos e charutos, que podiam ser facilmente queimados em caso de perigo. Até na superfície de ovos cozidos foram encontradas mensagens escritas através de uma solução de açúcar com alumínio que produzia um fluido o qual era usado para escrever na casca do ovo. Essa tática foi usada por agentes soviéticos que enviavam ovos por navio para outros países. De acordo com o relato, um comprimido de aspirina invisível produz um líquido invisível. Só aparece a mensagem quando exposta a ações de ultravioleta em que as letras começam a brilhar.

Ainda no mesmo prontuário citado acima, porém em outro documento, é relatado que um grupo de indivíduos exercia espionagem nos portos do país. Eles utilizavam de “escrita invisível” e tinham uma “estação radiotransmissora clandestina” que forneciam informações à chefia da organização no Rio de Janeiro e de lá retransmitida ao porto de Kiel na Alemanha. Eram agentes de espionagem internacional. Marcelo Mário Melo (LUCENA, 1999), militante estudantil em Recife, também confirmou o uso de “escrita invisível” conseguida através do líquido retirado da cebola, e que só era lida após uso do ferro de passar à roupa por cima do papel.

Como é possível confirmar, foram muitos os grupos de espionagem ligados à Alemanha durante a segunda guerra que estiveram no Brasil. No relatório era mencionado: “apreendemos, ainda, duas microfotografias contendo instruções do serviço secreto germânico sobre livros utilizados como código nas transmissões da América para a Alemanha” (APEJE-PE, 1942, p. 7). O documento era do Rio de Janeiro, mas foi repassado a várias cidades do Brasil. Diante de tais documentos é possível observar que a polícia política no Brasil já tinha elementos suficientes para identificar táticas de comunicação clandestina.

No Prontuário nº 29.738 (Transmissão Clandestina - 1970) é narrada a descoberta de uma estação de rádio clandestina localizada próxima ao Recife. O relatório policial afirma que se desconfia pertencer a um engenheiro russo chamado Alex Derevtsoff, residente em Salvador que morava no Brasil há 36 anos e era agente subversivo e espião. A análise do documento chama a atenção que “todo comunista tem uma missão e cumpre rigorosamente em qualquer circunstância”. São relatadas algumas frases captadas da rádio: “rumo à Havana”, “tem feridos”, “cuidado com as manchas de sangue”, “vigilância reforçada”, “pessoal em que se pode confiar” (APEJE-PE, 1970).

A partir das práticas elencadas, vê-se a importância da comunicação clandestina utilizada em períodos de repressão e com extensa criatividade. Aparece de forma rudimentar e improvisada como também de modo profissional. Foi praticada desde ações estudantis até em táticas de guerra através espionagem. Diante da vasta abrangência foi possível identificar as

mais variadas formas, executadas em situações diversas que ajudaram a militância oposicionista em momentos oportunos. Assim é fato o reconhecimento do valor da comunicação clandestina como parte da nossa história e a continuidade da pesquisa no aprofundamento de novas descobertas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa dissertação chega ao seu final mostrando que ainda é necessária a busca por mais pesquisa e por mais detalhes referentes à comunicação clandestina, visto que é de extrema relevância para o entendimento de como se comportou um grupo que decidiu tirar o país das mãos de ditadores.

Um golpe foi dado em 1964, deixando marcas eternizadas na história do país, marcas que precisam ser reveladas, mostradas e catalogadas para que não voltem a acontecer. O registro da memória dessa época aqui se faz de tal importância para a nossa história contribuindo para que não seja apagada da nossa sociedade.

Desde o início da pesquisa, ainda na elaboração do vídeo-documentário foi constatada a importância deste tema, a partir dos depoimentos de militantes que vivenciaram de perto o momento que viria a ser a principal narrativa. Uma das maiores dificuldades foi encontrar fontes que junto aos relatos orais confirmassem a relevância do assunto investigado.

O período ditatorial tem início na noite do dia 31 de março de 1964 e perdura 21 anos. O sistema tem como primeiras providências a repressão, violência e censura, armas capazes de calar uma sociedade. Mesmo nesse contexto, pessoas se dispõem a enfrentar o poder militar indo em busca de liberdade para todos e para o país. No cenário montado era necessário improviso, criatividade e celeridade para colocar em prática as ações de resistência.

Muitos foram os setores que se dispuseram a expor a discordância com o regime instituído, cada qual resolveu encontrar uma forma e não se calar. Através de música, poesia, cartas, bilhetes, códigos, senhas, telegramas, pichações, rádio, cordel, panfleto, entre tantas outras variedades criativas para conseguir disseminar sua inquietação.

O primeiro momento foi conturbado, desorganizado, improvisado e entre gritos, passeatas, panfletagens e comícios-relâmpagos, aos poucos, crescia a necessidade de um aperfeiçoamento para essa comunicação. Inspirações, técnicas e táticas começam a ganhar novas formas e, pouco a pouco, iam evoluindo. Uma prisão era evitada, uma informação era dada e a comunicação clandestina surgia como uma alternativa, uma aliada no momento de recrudescimento do governo imposto.

Em busca de dias melhores a militância assimila que é necessário confrontar o sistema ditador com mais força. Seja na atuação física ou de forma inteligente. As duas formas passam a ser utilizadas. Muitas eram as táticas clandestinas encontradas para levar adiante a luta para uns, o sonho para outros. As duas coisas para alguns. Os grupos de oposição eram

muitos: professores, estudantes, operários, trabalhadores rurais, intelectuais e artistas, ou simplesmente pessoas comuns que discordavam com os atos e decretos que a cada dia travavam a sociedade. A democracia ficava para trás, e nesse contexto o tempo não podia ser perdido.

Os grupos oposicionistas se juntavam no Pós-64 e, nos primeiros 4 anos, ainda era possível expor e manifestar a insatisfação. Passeatas, panfletagens e muita discussão política foram feitas. Em vários estados do país as pessoas se manifestavam. Pernambuco foi exemplo e Recife se torna uma das referências de luta estudantil. Estudantes universitários e secundaristas se unem e várias ações são tomadas em conjunto. Muitos militantes estudantis faziam parte de partidos e organizações clandestinas, cada um com suas ideologias, mas a causa de tirar o país das mãos dos militares era maior.

A polícia aperta o cerco. O governo militar através dos atos institucionais e decretos endurece, reprime, tortura e mata cada vez mais por todo país. Em Dezembro de 1968 vem o Ato Institucional nº 5 e escancara a ditadura. A militância se arma e o contexto se complica para quem não era a favor da luta armada. A partir daí foi necessária uma adaptação na comunicação clandestina, era preciso mais profissionalismo e até mesmo treinamentos de espionagens e táticas de guerra para continuar na luta.

Os relatos em livros biográficos foram os primeiros sinais de que havia muita criatividade na militância que resistia ao governo ditatorial. A partir daí foi planejada aplicação de entrevistas como uma importante fonte, visto que militantes poderiam expor verbalmente suas experiências trazendo detalhes para a compreensão de determinadas ações aplicadas por eles. Tais relatos foram de extrema significância para a construção da dissertação vista a sensibilidade por parte das pessoas que vivenciaram momentos hoje tão distantes, mas que quando falados ressurgem de uma forma bastante viva. A experiência de ouvi-los foi de aprendizagem e de um entendimento ainda maior sobre o contexto da época, sem falar na grandiosidade dada ao trabalho.

Por último, os documentos analisados nos arquivos policiais, seja através de relatórios ou em documentos apreendidos da militância, também ajudaram a endossar as fontes anteriores e trouxeram a confirmação de que há muito ainda o que se pesquisar e documentar sobre o referido tema. Muitos documentos já se encontram quase ilegíveis e é necessário que se registre tais conteúdos.

Conclui-se que a pesquisa trouxe informações que ajudam a compreender a atuação da militância no regime militar brasileiro e o quanto foi importante a comunicação clandestina, mesmo entre militantes de outros estados que trocavam experiências, provando que tais

práticas, ainda que algumas vezes improvisadas, tinham funções de extremo valor e se tornaram parte essencial na atuação da militância, seja ela na França, em Portugal ou no Brasil. O fato é que esse tipo de comunicação ajudou no confronto e na busca de um ideais democráticos em várias sociedades.

REFERÊNCIAS

AGGER, Inger; JENSEN, Soren Buus. **Trauma y cura en situaciones de terrorismo de estado**: Derechos Humanos y Salud Mental em Chile bajo La dictadura militar. Santiago: ChileAmerica CESOC, 1996.

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon de. **Movimento estudantil e consciência social na América Latina**: Teoria e método sociológico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. São Paulo: Edusc, 2005.

APEJE-BA. **Prontuário funcional nº 6.350**. Bahia, 1972.

APEJE-PE. **Prontuário funcional nº 0430**. Recife.

_____. **Prontuário funcional nº 1.593**: propaganda subversiva. Recife, 1963.

_____. **Prontuário funcional nº 1.729**: Arquivo interno. Recife.

_____. **Prontuário funcional nº 7.458**. Recife.

_____. **Prontuário nº 27.584**: Relatório CENIMAR. Recife.

_____. **Prontuário funcional nº 28.569**: Relatos da segunda guerra. Recife.

_____. **Prontuário funcional nº 28.739**. Recife.

_____. **Prontuário funcional nº 28.801**. Recife, 1968.

_____. **Prontuário funcional nº 29.582**: Arquivo interno. Recife, 1972.

_____. **Prontuário funcional nº 29.772**: Arquivo interno. Recife.

_____. **Prontuário funcional nº 29.738**: Transmissão Clandestina. Recife.

_____. **Prontuário nº 29.747**: Trabalho de Agitação (propaganda). Arquivo interno. Recife, 1969.

_____. **Prontuário funcional nº 29. 819**. Recife.

LUCENA, Fabíola Alves de. **Militância e comunicação**. Documentário de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social). Departamento de Comunicação Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1999.

ARAÚJO, Paulo César de. **Eu não sou cachorro não**: música popular cafonca e ditadura militar. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil nunca mais**. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

AZEVEDO, Cândido. **A censura de Salazar e Marcelo Caetano**. Lisboa: Caminho, 1999.

BAUER, Caroline Silveira. **Brasil e Argentina: ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória.** Porto Alegre: Medianiz, 2012.

BENEDITO, Mouzar. **1968, por aí...: memórias burlescas da ditadura.** São Paulo: Publisher Brasil, 2008.

BRASIL. Presidência da República. **Direito à memória e à verdade: histórias de meninas e meninos marcados pela ditadura.** Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009.

CATARIN, Cristiano Rodrigo. **Caminhos da história.** Santo André, mar. 2004. Disponível em: <<http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=607>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

CAVALCANTI, Paulo. **O Caso eu conto como o caso foi: a luta clandestina.** São Paulo: Saraiva, 2008.

CODATO, Adriano Nervo. O Golpe de 1964 e o Regime de 1968: Aspectos Conjunturais e Variáveis Históricas. **História: questões e debates.** Curitiba, n. 40, p. 1-36, 2004.

COELHO, Fernando. **Direita, volver: o golpe de 1964 em Pernambuco.** Recife: Bagaço, 2004.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo, identidades.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DOMENACH, Jean Marie. **La propagande politique.** A propaganda política. Versão para e-book. Edição eletrônica: Ridendo Castigat Moares, 2002. Disponível em: <<http://www.ebooks.brasil.org/adobeebook/proppol.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2016.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.** Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FERNANDES JÚNIOR, Ottoni **O baú do guerrilheiro: memórias da luta armada urbana no Brasil.** Rio de Janeiro: Record, 2004.

FERREIRA, Jorge. A Estratégia do Confronto: a frente de mobilização popular. **Revista Brasileira de História,** São Paulo, v. 24, n. 47, 1-18, maio 2004.

FICO, Carlos. **Como eles agiam.** Rio de Janeiro: Record. 2001.

_____. **O grande irmão: Da operação Brother Sam aos anos de chumbo: o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar.** Rio de Janeiro: Record, 2004.

FREITAS, Artur. Arte e Movimento Estudantil: análise de uma obra de António Manuel. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 25, n. 49, 1-14, jan./jun., 2005.

GABEIRA, Fernando. **O que é isso companheiro?** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GASPARI, Elio. **A ditadura derrotada**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a.

_____. **A ditadura encurralada**. 4. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002b.

_____. **A ditadura envergonhada**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002c.

_____. **A ditadura escancarada**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002d.

GOMES, Esdras. **Gonzaguinha: e vamos luta!** para lembrar dos esquecidos que lutaram por seus direitos. Jan. 2013. Disponível em: <<https://terradegigantes65.wordpress.com/2013/01/15/gonzaguinha-e-vamos-luta-para-lembrar-dos-esquecidos-que-lutaram-por-seus-direitos/>>. 12 jun. 2016.

GONZÁLEZ, Jorge Luis Acanda. **Sociedade civil e hegemonia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas, a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1987.

GROPPO, Luis Antonio; ZAIDAN FILHO, Michel; MACHADO, Otávio Luiz. **Juventude e movimento estudantil: ontem e hoje**. Recife: Universitária da UFPE, 2008.

HARNECKER, Marta. **Estratégia e tática**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

KARNAL, Leandro; TATSCH, Flávia Galli. **A memória evanescente: Documento e História**, 2011. Disponível em: <http://efp-ava.cursos.educacao.sp.gov.br/Resource/273378,3CF/Assets/Historia/pdf/his_m01t10a.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2016.

KURLANSKY, Mark. **1968, o ano que abalou o mundo**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2004.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo, 2004.

LE GOFF, Jacques. **Historia e memoria**. Trad. Irene Ferreira, Bernardo Leitao, Suzana Ferreira Borges. Campinas: UNICAMP, 1994.

LIMA, Edileuza Pimenta de. **Trabalhador: Arme-se ou Liberte-se: A ação Libertadora Nacional (ALN) e a resistência operária pela luta guerrilheira**. 2007. 114 f. Monografia (Bacharelado em História). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

LIMA, Maria do Socorro Abreu e. **Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos**. Recife: Oito de Março, 2005. v. 1.

MACHADO, Otávio Luiz; ZAIDAN FILHO, Michel (Org.). **Movimento estudantil brasileiro e a educação superior**. Recife: Universitária da UFPE, 2007.

MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. A Lógica da suspeição: sobre aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 17, n. 34, 1-11, 1997.

MARQUES, José Ribamar Felipe. **Perseguição profissional durante a ditadura militar**. Entrevista concedida. Recife, 2015.

MATOS, Olgaria C. F. **As barricadas do desejo**. Brasília: Brasiliense, 1981.

MELO, Demian Bezerra de. **A miséria da historiografia**: uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MOREIRA, Vânia Mara Losada, Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O Brasil republicano**: livro 4 : o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX . 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

NAPOLITANO, Marcos. **Cultura brasileira**: utopia e massificação (1950 - 1980). São Paulo: Contexto, 2004.

NASCIMENTO, Dmitri Felix do. **O serviço nacional de informações (SNI)**: o estado de Pernambuco vigiado. 2013. 116 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

NASCIMENTO, Luciana; CADIOLLI, Sandra Teresa Basílio. As vozes e os silêncios: uma leitura de “apesar de você”, de Chico Buarque. **O Guari**, jan. 2013. Disponível em: <<http://oguari.blogspot.com.br/2013/01/as-vozes-e-os-silencios-uma-leitura-de.html>>. Acesso em: 28 jun. 2016.

NUNES, Letícia. Ex-guerrilheiro abre baú de memórias. **Observatório da Imprensa**, n. 270, mar. 2004. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/exguerrilheiro-abre-bau-de-memorias>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas In: FICO, Carlos. *et al.* (Org.). **Ditadura e Democracia na América Latina**: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

PAZ, Carlos Eugênio. **Viagem à luta armada**. Memórias da Guerrilha. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2008.

PEREIRA, Mônica Mourão. **A esquerda bem informada, a estratégia de comunicação política do PCdoB em dois tempos**. 2009. 142 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2009.

PIGNATARI, Décio. **Informação, linguagem, comunicação**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

PINHO, José Benedito. **Propaganda institucional**: usos e funções da propaganda em relações públicas. 5. ed. São Paulo: Summus, 1990.

PINSKY, Carla Bassanezi. LUCA, Tania Regina de (Org.). **O historiador e suas Fontes**. São Paulo: Contexto. 2011.

POERNER, Arthur. **O poder jovem**: história da participação política dos estudantes desde o brasil-colônia até o Governo Lula. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.

POLLACK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

QUINTERO, Alejandro Pizarroso. **História da imprensa**. Tradução Fernanda Soares e Paulo Pisco. Revisão de Frederico Sequeira. Lisboa: Planeta, 1994.

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs). **O golpe e a ditadura militar**: Quarenta anos depois (1964-2004). Bauru, São Paulo: Edusc, 2004.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Partidos e organizações. In: _____; RIDENTI, Marcelo (Org.). **História do marxismo no Brasil**: partidos e organizações dos anos 20 aos 60. Campinas: UNICAMP, 2002.

REVISTA MANCHETE. n. 834, São Paulo, Bloch, abr. 1968.

REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil**: repressão e pretensão da legitimidade 1964-1984. Londrina: UEL, 2013.

SCARPELLI, Carolina Dellamore Batista. Vidas clandestinas: a ditadura militar brasileira e as memórias da clandestinidade. **X Encontro Nacional de História Oral**, 2010. Disponível em: <http://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1270410148_ARQUIVO_VidasClandestinas-TrabalhoCompleto.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2016.

SILVA, Karin Alana S.; AZEVEDO, Tânia de. **Tropicália e a pós-modernidade**: uma (re) leitura possível. Ilhéus, Uesc, 2007. Disponível em: <http://www.ciencialit.letras.ufrj.br/garrafa/garrafa20/karinhallanaetaniadeazevedo_tropicaliaeapos.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2016.

SILVA, Marcília Gama da. **Informação, repressão e memória**: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985). Recife: UFPE, 2014.

SILVA, Simone Tenório Rocha e. **Em busca da utopia**: as manifestações estudantis em Pernambuco (1964-1968). 2002. 161 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

SOARES, Thiago Nunes. **Campanhas políticas e repressão policial**: as pichações na cidade do Recife (1979-1985). 2012. 212 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos da teoria e pesquisa da comunicação e dos media**. 2. ed. rev. amp. Porto. 2006. Acesso em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-teoria-pesquisa-comunicacao-media.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

SYRKIS, Alfredo. **Os carbonários**: memórias da guerrilha perdida. São Paulo: Global, 1980.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **O golpe e a ditadura militar**: quarenta anos depois (1964-2004). Bauru, São Paulo: Edusc, 2004.

VENTURA, Zuenir. **1968**: o ano que não terminou. São Paulo: Planeta do Brasil, 2008a.

_____. **O que fizemos de nós**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2008b.

APÊNDICE 1: CRONOLOGIA DE ENTREVISTAS

1999: entrevistas para o vídeo-documentário “Militância e Comunicação”. Fabíola Alves de Lucena. Conclusão do curso de Comunicação Social (Rádio & TV) UFPE. Entrevistados: Maria do Amparo Almeida Araújo, Luís Anastácio Momesso, Marcelo Mário Melo, Carlos Alberto Soares, Francisco de Assis, Marcelo Santa Cruz).

2003: Maria do Amparo Almeida Araújo e Luís Anastácio Momesso - pela autora da dissertação Fabíola Alves de Lucena.

2011: Teresa Cristina Wanderley Neves, Paulo Pontes da Silva e Marcelo Mário Melo - pela autora da dissertação Fabíola Alves de Lucena.

2015: José Ribamar Felipe Marques - pela autora da dissertação Fabíola Alves de Lucena.

APÊNDICE 2: RELAÇÃO DOS PRONTUÁRIOS FUNCIONAIS DO APEJE PESQUISADO

Prontuário funcional nº 0430 - Inquéritos FESP/ UFRPE/ UNICAP

Prontuário funcional nº1593 - Propaganda Subversiva

Prontuário funcional nº 29.582 - Quadro de subversão no Brasil ou Sobversão no Brasil

Prontuário funcional nº 29.747 - Trabalho de Agitação e Propaganda

Prontuário funcional nº 29.772 - Propaganda comunista PCBR (1945-1970)

Prontuário funcional nº 6350 - CENIMAR (Órgão de informação da Marinha) Fotos e relação de indivíduos procurados pela polícia

Prontuário funcional nº 28.569 - Relatos da segunda guerra

Prontuário funcional nº 29.738 - Transmissão Clandestina - 1970

Prontuário funcional nº 28.569 - Contra Espionagem (Cópia de relatório contra a rede de Espionagem)

Prontuário funcional nº 27.594 - CENIMAR - Atividades Subversivas do Brasil – 1972.

Prontuário funcional nº 29.341 - Censura Telegráfica

Prontuário funcional nº 5255 - Departamento Nacional de Informação

Prontuário funcional nº 7819 - Documentos Diversos (Partido Operário Revolucionário Trotskista)

Prontuário funcional nº 27.021 - Encaminhamentos, informações, carta de apresentação, relatório.

Prontuário funcional nº 26.612 - Encaminhamentos, ofícios, telegramas, envelopes, cartas, anotações, folhetos, informações jornais, livretos, partes

Prontuário funcional nº 28.851 - Encontros e Reuniões de Estudantes

Prontuário funcional nº 1305 - Relatório da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

Prontuário funcional nº 1337 - Relatórios (Entrevistas e Reuniões Subversivas)

Prontuário funcional nº 27 593 - Relatórios sobre Atividades Subversivas, Delegacias Auxiliares

Prontuário funcional nº 29738 - Transmissão Clandestina - 1970

Prontuário funcional nº 29.064 - Bureau de Pesquisas e Propagandas Nacionais - Comitê de Propaganda Nacionalista

Prontuário funcional nº 29. 762- Quinto Poder (agosto 1968)

Prontuário funcional nº 30. 953- Subversão